

I N D I C E

SUMÁRIO/I

PARTE A: MARCOS DE REFERÊNCIA

- I - INTRODUÇÃO/4
- II - DIRETRIZES NACIONAIS/12
- III - A CAPES E SEU PAPEL NA INOVAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO/16

PARTE B: O PROJETO

- IV - RAZÕES E BENEFÍCIOS DO PROJETO/19
- V - OBJETIVOS E METAS/24
- VI - DESCRIÇÃO TÉCNICA/27
- VII - CUSTOS E FINANCIAMENTO/39

NOTAS / 52

SUMÁRIO

Os mais graves problemas da educação brasileira encontram-se nos primeiros níveis. Apesar da grande expansão das últimas décadas há uma fração considerável da população escolar que ou jamais passa pela escola ou nela permanece poucos anos. Ademais, há graves deficiências no grau de aprendizado obtido por boa parte dos alunos, mesmo aqueles que permanecem bem mais tempo na escola.

Por outro lado, as desigualdades de acesso e rendimento escolar estão profundamente associadas ao local de residência e o nível sócio-econômico do aluno. Os grandes centros ainda não perderam sua enorme superioridade sobre o resto do país. Também, as estratégias de ensino convencionais não têm sido capazes de lidar com a formidável heterogeneidade sócio-cultural da população brasileira.

O Ministério da Educação está plenamente consciente dessa situação e propõe-se a enfrentá-la com energia. No entanto, é preciso não ser ingênuo, ou de míope imediatismo na busca das soluções. Em particular, devemos usar nossas vantagens comparativas ao mesmo tempo que entender a natureza das barreiras que existem. O excesso de polarização em torno dos grandes centros conjuga-se com um excessivo centralismo administrativo. Frustam-se os esforços pela distância excessiva, pela falta de proximidade entre solução e problema e pela falta de legitimidade a nível local para o que se tenta fazer. Ao mesmo tempo, é fraca e ineficaz a reivindicação daqueles que estão distantes dos grandes centros.

Faz-se necessário desenvolver lideranças locais capazes de despolarizar o país geograficamente. Isto, claramente requer gente bem preparada e capaz de enfrentar a complexidade dos problemas contemporâneos; iniciativa e boa vontade não bastam.

Ao mesmo tempo, a falência da escola tradicional,

afogada com números assustadores de alunos e utilizando formas de ensinar que se revelam ineficazes para os alunos que nela hoje se encontram, indica a necessidade de rever de forma sistemática e corajosa esses procedimentos. É necessário entender o que está errado com as atuais formas de proceder, desenvolver estratégias alternativas e difundí-las de maneira premeditada e eficaz.

Em que pesem todas as nossas deficiências, temos um trunfo que seria absurdo ignorar ou subestimar: a universidade. As últimas décadas presenciaram um fantástico crescimento do ensino superior. Significativa parte do crescimento da matrícula não se poderia justificar por necessidade social, à parte o fato de que os níveis de qualidade às vezes são assustadoramente baixos. Essas críticas frequentes não nos devem fazer perder de vista os lados positivos. O Brasil tem hoje um respeitável contingente de grupos de ensino e pesquisa de excelente qualidade. Haverá pouquíssimos países do terceiro mundo com o nível de desenvolvimento da pós-graduação equivalente ao do Brasil, em termos de qualidade e massa crítica.

Se falamos portanto em solução brasileira para problemas brasileiros, devemos estar falando de capitalizar os benefícios dessa enorme capacidade instalada. Construída a um custo altíssimo, ela somente se justifica na medida em que possa ser uma ferramenta para resolver nossos problemas e não um castelo de cartas, vulnerável pela sua inutilidade. A universidade em boa parte está construída, cabe agora usá-la.

E este é um momento oportuno, pois trata-se de uma instituição que hoje se repensa, em busca de novas formas de atuação.

No projeto descrito na presente carta-consulta, propomos um conjunto de ações visando utilizar a universidade como instrumento para desenvolver os pólos sub-regionais e suas lideranças, desenvolver e difundir estratégias de ensino apropriadas à periferia e à variedade sócio-cultural do país.

A CAPES, órgão coordenador de aperfeiçoamento de recursos humanos do Ministério da Educação e Cultura se propõe a implementar um programa de tal envergadura, em razão de sua posição privilegiada dentro do sistema educacional brasileiro.

I - INTRODUÇÃO

A realidade brasileira apresenta sérios problemas de natureza social, cuja solução requer uma política social, decidida e eficaz. A educação, dentro deste contexto, apresenta problemas peculiares e graves, exigindo por sua vez, medidas de grande alcance para encaminhá-los a uma solução conveniente e duradora, que atinja o sistema de profundidade.

Dentre os problemas enfrentados pelo sistema educacional, cabe destacar a exigüidade dos recursos financeiros, a insuficiente expansão da rede de primeiro grau, os sérios problemas da educação primária que atende aos segmentos mais carentes da população situada nas periferias urbanas e no meio rural, com elevadíssimos índices de evasão e de repetência e, por consequência, um baixíssimo nível de produtividade do sistema e um baixo nível de custo eficiência, representando um inadmissível desperdício dos escassos recursos destinados ao ensino. Embora as razões que explicam o estado atual do sistema educacional extrapolem o ambiente do sistema escolar em si, e se espalhem ao longo de toda uma gama de problemas sócio-econômico-políticos e culturais dos quais a sociedade brasileira ainda não se desvencilhou, todavia, o próprio sistema educacional responde em grande parte pela inadequada solução de muitos desses problemas.

As universidades, por sua vez, nas duas últimas décadas, capitalizaram massa crítica e potencial de pesquisa, não tendo devolvido e distribuído à sociedade os benefícios deste investimento, por estarem, na maioria dos casos, desconectadas dos problemas comunitários.

1 - O Sistema Educacional Brasileiro: um diagnóstico

O sistema educacional brasileiro tem tido um desenvolvimento expressivo ao longo das últimas décadas, quer em termos de expansão quantitativa, quer em termos de alterações

qualitativas. Mas se é inegável um relativo progresso do sistema, continua sendo inegável sua incapacidade para resolver grande parte dos problemas pendentes, enquanto o próprio crescimento põe a descoberto ou mesmo agrava desafios e dificuldades. A seguir se procura caracterizar, de forma sucinta, os diferentes problemas e tropeços que desafiam o sistema, tomando como referência os dados relativos aos anos de 1977/1978.

1.1. - Pré-escolarização.

O ensino pré-escolar, considerado hoje de importância decisiva como agente de socialização das crianças e de preparação das mesmas para o ensino posterior de primeiro grau, aumentando-lhes as condições de prontidão para a alfabetização e para o desempenho das demais atividades que compõem o currículo das séries iniciais, é pouquíssimo desenvolvido em nosso País.

Com uma população superior a 20 milhões de crianças na faixa etária correspondente, apenas cerca de 5% tem oportunidade de matricular-se em estabelecimentos de pré-escolarização. Para agravamento dos problemas, cerca de 50% dos estabelecimentos existentes pertencem à rede particular de ensino, com anuidades pagas pelas famílias, tornando o sistema altamente seletivo. A pré-escola, dessa forma, deixa de ser o instrumento de equalização das oportunidades de êxito do sistema educacional, porque não consegue, de um lado, desempenhar uma função compensatória para as crianças das famílias de baixa renda das periferias urbanas, e de outro lado ao beneficiar as crianças das famílias de nível de renda, cultura e instrução mais elevado, age como elemento de distanciamento entre as possibilidades educacionais das diferentes classes sociais. Dois problemas aqui se colocam; a necessidade de ampliação da rede física, para poder atender a todos, sobretudo aos mais carentes; e, em segundo lugar, atuar inovadoramente em termos de metodologia de ensino pré-escolar, de descoberta e criação material didático-pedagógico que, embora perfeitamente adequados ao desenvolvimento das habilidades requeridas a esse nível, sejam condizentes com a situação de escassez de recursos dos órgãos públicos e não sejam elementos que violentem culturalmente as populações beneficiadas.

1.2. - O ensino de primeiro grau

Apesar do grande crescimento do sistema de ensino de primeiro grau, hoje com mais de 20 milhões de crianças matriculadas, restam 27% das crianças na faixa etária de 7-14 anos que não frequentam a escola. E este dado é parte de um outro mais amplo que nos mostra uma taxa de escolarização, para a população de 7 a 24 anos de idade, de apenas 51,1%.

Além de não conseguir atender a toda a demanda potencial por escolarização, são grandes as perdas do sistema, pela evasão e repetência. Uma análise da coorte de alunos do período 1968/1975, considerando os alunos matriculados no primeiro grau, assim caracteriza a situação:

1. ^a série	100,0
2. ^a série	45,6
3. ^a série	36,8
4. ^a série	30,4
5. ^a série	29,0
6. ^a série	22,0
7. ^a série	20,1
8. ^a série	17,2

Há pois uma perda de 55% da primeira para a segunda série, logo no início, portanto, do processo de escolarização, sendo que apenas 30% concluem o curso primário ou as primeiras quatro séries fundamentais, restando 17,2 em cada 100 alunos ao final das oito séries do ensino básico.

O quadro exposto acima, embora grave, mostra, por certo, apenas um aspecto dos problemas enfrentados pelo sistema de ensino a esse nível, e é suficiente para indicar a magnitude dos problemas a serem resolvidos. De modo geral são poucos os que permanecem na escola, e os poucos que permanecem aprendem pouco, segundo pesquisas realizadas recentemente, e dentro de uma concepção pedagógica autoritária que inibe o desenvolvimento do espírito crítico e embota a criatividade.

1.3. - O ensino de segundo grau

O ensino de segundo grau está longe de ter alcançado os níveis ideais, apesar da grande expansão que sofreu nas últimas décadas. Considerando-se os índices de mortalidade escolar no primeiro grau, considerando-se ainda o fato de que 57% dos estabelecimentos de ensino são de dependência administrativa particular, com anuidades pagas, e que 46% das matrículas são feitas nas escolas particulares, facilmente se pode perceber o grau de elitização do sistema e as implicações que esses fatores têm com o sistema subsequente de ensino a nível de terceiro grau. Em verdade, o ensino público a este nível ainda é minoritário, embora tenha se expandido vertiginosamente nos últimos períodos, chegando perto de uma situação de equilíbrio.

O outro problema do ensino de segundo grau continua sendo sua indefinição de objetivos, ou sua perplexidade ante a dicotomia entre educação geral, propedêutica ao ensino superior, e a formação profissionalizante, de caráter terminal e voltada para o mercado de trabalho para profissionais de nível médio.

1.4. O ensino de terceiro grau

O ensino de terceiro grau, ou superior, é, de longe, o que tem experimentado maiores taxas de crescimento nos últimos 15 anos. Assim, de 98.172 alunos matriculados no início do ano em 1961, passou-se para 1.225.557 em 1978, num crescimento de 1.139%, estando hoje com cerca de 1.500.000 alunos matriculados.

O número de cursos passou de 1.236 para 4.147 no mesmo período. O corpo docente passou de 22.796 para 98.172 e as conclusões passaram de 18.226 para 187.973. Tal crescimento, por sua vez, se fez sobretudo pela expansão da rede particular de ensino e pela multiplicação de estabelecimentos isolados de ensino superior. Assim, em 1978, tínhamos 893 estabelecimentos de ensino superior, sendo 65 universidades e 828 estabelecimentos isolados.

Quanto à dependência administrativa, 32 universidades eram federais, 10 estaduais, 2 municipais e 21 particulares. Quanto aos estabelecimentos isolados de ensino superior, 22 eram federais, 53 estaduais, 11 municipais e 642 particulares.

A distribuição de matrícula nos apresentava 548.547 alunos em instituições universitárias e 667.010 alunos em estabelecimentos isolados.

O número de matrículas nas instituições federais era de 288.011 alunos, estudando 261.698 em instituições universitárias e 26.313 em estabelecimentos isolados, e representando 23,5% do total de matrículas no ensino superior. Os restantes 76,5% dos discentes de nível superior, frequentam estabelecimentos não federais, num total de 937.546. Os estabelecimentos isolados particulares, distribuídos pelo interior do País ou nas periferias urbanas dos grandes centros, respondiam por 570.817 matrículas (46,5%), restando 105.750 (8,6%) para os estabelecimentos estaduais, sejam universitários ou isolados, e 58.592 (4,8%) para as instituições municipais de ensino. As universidades particulares atendiam a 202.387 alunos, equivalente a 16,5% do total de alunos de nível superior.

O corpo docente, formado por 98.172 professores, se repartia entre a rede federal e não federal de ensino na proporção de 33.807 (34%) e 64.365 (66%) respectivamente. Os estabelecimentos isolados, estaduais, municipais e particulares contavam com 40.948 (42%) desse contingente.

Em termos de titulação para o exercício do magistério a nível superior, segundo as recomendações dos órgãos normativos do sistema brasileiro de ensino, verificava-se que apenas 14% dos docentes das universidades federais possuem o título de doutorado, 18% possuem curso de mestrado e 24% possuem algum curso de aperfeiçoamento ou especialização, restando 42% sem qualquer habilitação para o magistério superior a não ser o próprio curso de graduação. Somente na rede federal restam, pois, cerca de 15.000 professores para cursos de aperfeiçoamento ou especialização, subindo para cerca de 25.000, atualmente, o nú

mero de docentes que são candidatos potenciais a cursos de pós-graduação a nível de mestrado.

Se considerarmos a hipótese otimista, dadas as condições precárias das instituições não federais em termos de recursos humanos e financeiros, de que a distribuição dos docentes por titulação nos estabelecimentos não federais, se equivale aos da rede federal, encontraremos, atualmente, cerca de 28.000 docentes com simples diploma de graduação (40%) e cerca de 16.000 (24%) com cursos de aperfeiçoamento ou especialização. Ao todo, na rede não federal de ensino, há 45.000 docentes como candidatos potenciais aos cursos de mestrado.

Considerando de forma global, ou seja, agragando necessidades do ensino superior como um todo, federal e não federais, temos 70.000 docentes sem titulação a nível de mestrado e 43.000 para serem atendidos por cursos de aperfeiçoamento ou especialização, condição formal mínima necessária para o exercício da função.

Como corolário, caracteriza-se uma situação de extrema gravidade, pois vemos uma expansão vertiginosa das matrículas e cursos, acompanhada de um crescimento não proporcional da qualidade dos docentes e uma distribuição perversa em termos de responsabilidade administrativa e geo-espacial. Em decorrência, a qualidade do ensino vai-se comprometendo, e a cada ano o mercado de trabalho recebe um contingente expressivo de profissionais recém-graduados cuja qualidade de preparo e formação é, seguramente, deficiente. Agravando o caráter regressivo do que marca de forma paradoxal o nosso sistema de ensino superior, verifica-se que os cursos de melhor qualidade ainda costumam ser aqueles oferecidos por instituições universitárias e, em particular, as instituições federais, que são relativamente poucas, e gratuitas, atendendo a uma parcela reduzida de alunos, pertencentes a uma classe de renda mais elevada.

O interior do País fica servido por uma rede de escolas isoladas estaduais, municipais, e sobretudo particulares, onde o ensino é pago, de pouca qualidade. A sua clientela

é de baixo poder aquisitivo e por seus poucos recursos financeiros tem maiores dificuldades de acesso a bons cursos de graduação nas escolas federais das capitais dos Estados e nos maiores centros urbanos.

Por outro lado, tais escolas representam um potencial muito grande em termos de regionalização do ensino superior, pois são estas instituições que participam da realidade concreta, local e micro regional, podendo, desempenhar um papel decisivo na transformação das condições locais de vida, um muitos casos há um sério trabalho educativo e as lideranças locais se encontram entre sua clientela. São estes estabelecimentos, por exemplo, que habilitam a quase totalidade dos profissionais que formam o quadro do magistério local ou micro-regional - geralmente localizados em cidades-pólo das micro-regiões - e preparam também boa parte dos quadros gerenciais e técnicos das pequenas e médias empresas que sustentam as economias locais.

O apoio à consolidação dessas instituições parece ser um imperativo coerente com os propósitos de promoção da equidade social pela regionalização e descentralização dos serviços sociais básicos tal como proposto pelo III PND. Faz-se necessário reestruturá-las de forma racional, em sua administração e em seus programas, adequando-as às exigências de qualidade do bom ensino, e acima de tudo, às exigências e capacidade de absorção do mercado de trabalho onde o ensino superior também se insere.

Por outro lado, em que pese o crescimento vertiginosos, caótico e excessivo, sem justificativa plausível do ponto de vista sócio-cultural e econômico, muitas coisas de valor igualmente aconteceram. No sistema de ensino superior, de fato não se pode negar, hoje, a existência de alguns centros de excelência com elevados padrões de ensino e sólidos núcleos de pesquisa de boa qualidade nas mais diferentes áreas. Entretanto, a polarização dessas instituições nos grandes centros tem agido no sentido de tolher sua capacidade de atendimento aos pequenos centros e pequenas indústrias da periferia do sistema.

Há necessidade de medidas que descentralizem o saber gerado nas boas universidades, numa estratégia adequada de intercâmbio com as instituições educativas e empresariais das periferias, para que o capital acumulado por elas nestes anos possa agora ter vazão, distribuindo os produtos gerados de forma mais ampla e eqüitativa pela sociedade como um todo, reparando os benefícios do investimento feito no período.

II - As Diretrizes Nacionais

O presente projeto está vinculado às diretrizes básicas do governo brasileiro para o setor social como um todo, destacando as linhas traçadas para o setor educacional.

São quatro os documentos básicos que traçam orientações para a ação social no campo do desenvolvimento cultural, educacional e científico-tecnológico: o III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980/1985), o III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1980/1985), o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos (1980/1985) e o II Plano Nacional de Pós-Graduação (1980/1985).

A política Setorial de Educação, consubstanciada no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (1980/1985), após definir a educação no meio rural, a educação nas periferias urbanas, o desenvolvimento cultural e a valorização dos recursos humanos ligados à educação, à cultura e ao desporto - como suas linhas básicas e prioritárias de ação, destaca a questão do "planejamento e da modernização técnico-administrativa" como instrumentos essenciais na obtenção dos resultados esperados, ressaltando ainda a questão da tecnologia aplicada à educação, à cultura e ao desporto pela sua importância para a melhoria da qualidade dos serviços educacionais.

Os graves problemas enfrentados pelo País no setor educação, são agravados, segundo o documento, "pelo distanciamento da Universidade em relação aos problemas sociais e educacionais. De um lado, verifica-se ausência de articulação e de compromisso entre o 3º e 4º graus com os graus anteriores; de outro, continua o ensino superior excessivamente elitista e seus esforços de ensino, pesquisa e extensão desconhecem geralmente as necessidades básicas da população mais carente. Ademais, não se constata tendência suficiente da Universidade a se comprometer com o desenvolvimento nacional e regional, sobretudo em termos de liderança política, científica e tecnológica".

Em decorrência de tais fatos, salienta-se a necessidade de, na educação superior, buscar desenvolver o seu papel em prol de uma sociedade informada, criar outras modalidades educativas, corrigir disparidades sociais e regionais e, ainda, enfatizar suas características de centros captadores e disseminadores de conhecimentos científicos, pedagógicos, culturais e tecnológicos. E recomenda-se, entre outras coisas, que se procure:

- estimular a universidade brasileira a descobrir e desenvolver a sua vocação regional, de forma a se comprometer com o meio, transformando-o no motivo principal de seu planejamento;
- fomentar a criatividade para tipos diversificados de ensino superior, de modo a obter uma relativa pluriformidade nas alternativas educacionais;
- promover o desenvolvimento da infra-estrutura científica e pedagógica das instituições universitárias, suprindo-as de meios adequados em face das deficiências existentes, com vistas ao aprimoramento do desempenho acadêmico e à maximização das relações custo-eficiência;
- fortalecer a articulação entre a educação superior e os de mais níveis de ensino, principalmente os de 1º e 2º graus, tendo em vista uma visão de conjunto da problemática educacional brasileira, sobretudo no meio rural e periferia urbana;
- fortalecer a pós-graduação, regulando seu crescimento e estimulando, ao mesmo tempo, outras formas de pós-graduação, diversificando-a, segundo a tipicidade das instituições de ensino superior, a comunidade regional e as diferentes áreas de conhecimento.

Tais diretrizes do Ministério da Educação e Cultura para a educação superior, se associam às linhas de ação do III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o período de 1980-1985 que, em relação à educação e à cultura, propõe:

- promover estudos sobre a estrutura e o funcionamento dos programas e das instituições educacionais, formular propostas alternativas e fomentar experiências-piloto;

- promover estudos no sentido de avaliar as necessidades de expansão do sistema escolar rural e urbano, bem como as modalidades de educação não integrantes do sistema escolar convencional; do ensino profissionalizante, cursos de aperfeiçoamento, atualização e especialização nos diversos graus;
- desenvolver pesquisas que visem à identificação de conteúdo e de procedimentos metodológicos adequados ao desenvolvimento da educação, levando-se em conta o rural e o urbano;
- instituir módulos curriculares especiais, com o objetivo de disseminar tecnologia, despertar a criatividade e o esforço de inovação tecnológica em todos os níveis do processo produtivo e gerencial;
- incentivar as instituições de ensino superior a desenvolver programas de extensão e assistência, visando à criação e à transferência de ciência e tecnologia aos diversos segmentos da sociedade, em particular ao setor produtivo.

As diretrizes acima mencionadas, de sua parte, são desdobramentos, a nível dos ministérios e respectivos órgãos, das disposições do III Plano Nacional de Desenvolvimento 1980/1985, que no seu capítulo V - Políticas Setoriais, Regional e Urbana - assim sintetiza a política para o setor Educação e Cultura:

- será vista e administrada (...) com ênfase voltada para os objetivos de universalização do ensino básico e qualificação de recursos humanos para o desenvolvimento nos diversos níveis e áreas.

Mais adiante, no capítulo VI (Outras Políticas Governamentais - seção 1 - Temas Especiais), ao abordar o item Ciência e Tecnologia, menciona a relevância da pesquisa científica e tecnológica e sua aplicação para o desenvolvimento do País, diminuindo-lhe a dependência do exterior.

Nesse sentido, recomenda que se busque "compatibilizar as ações - tanto em termos de transferência como de criação de conhecimentos e tecnologias - com os objetivos e prioridades nacionais nos diversos campos do desenvolvimento, a exem

plo dos setores energéticos e agrícolas, industrial, de educação, trabalho, habitação e transporte".

Para tanto, propõe, entre outras, as seguintes linhas de ação:

- apoiar as instituições de pesquisa já existentes, de forma a aproveitar e reforçar a sua capacidade, no sentido de maior desenvolvimento tecnológico da empresa nacional;
- fortalecer e ampliar o domínio do conhecimento científico, especialmente através da eliminação de carências e estrangulamentos nos programas de pós-graduação das universidades; e
- tornar acessível, no que for cabível, esse conhecimento a outros níveis, através do ensino em nível de graduação e dos cursos de formação técnica especializada.

O presente projeto pretende ser uma forma de articular a pós-graduação com as políticas e planos nacionais de desenvolvimento do setor educacional, dentro das novas ênfases propostas.

III - A CAPES e seu papel na inovação do sistema educacional brasileiro.

Criada pelo decreto Nº 29.741 de 11 de julho de 1951 na forma de uma Comissão para promover a "Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior", a CAPES sofreu ao longo dos anos uma série de modificações no seu decreto, sem no entanto fugir do seu objetivo maior que era o de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados do país".

Para tanto previam-se as seguintes ações a serem executadas pela CAPES:

- a) Promover estudos das necessidades do País em matéria de pessoal especializado;
- b) Mobilizar, em cooperação com instituições públicas e privadas competentes, os recursos existentes no País para oferecer oportunidades de treinamento de modo a suprir as deficiências de recursos humanos altamente qualificados do País;
- c) Promover a instalação e expansão dos centros de aperfeiçoamento e estudos Pós-Graduados do País.

Os decretos que se seguiram, buscavam mais promover ajustes na estrutura jurídica e interna da instituição, do que mudanças no seu objetivo principal.

Um balanço do que foi realizado pela CAPES ao longo dos quase trinta anos de existências, indica que sua atuação real esteve sempre condicionada pela situação reinante nas Universidades Brasileiras, que eram por sua vez influenciadas pelas condições de desenvolvimento econômico do país.

No que tange suas atividades na área de treinamento, nas duas primeiras décadas a atuação da CAPES esteve quase que exclusivamente voltada para o envio de estudantes brasileiros ao exterior, com o objetivo de realizarem cursos de Pós

Graduação a nível de especialização, de Mestrado e de Doutorado. Durante este período a Universidade Brasileira se caracterizava pela inexistência do tempo integral, resultando na falta de Pesquisa e do Ensino de Pós-Graduação. Daí a necessidade de enviar alunos ao exterior para programas de Pós-Graduação. O estágio de industrialização do País por outro lado não demandava os profissionais criativos para a geração ou mesmo absorção de conhecimentos avançados.

No entanto, a rápida industrialização dos anos 60 gerou no final da década uma grande preocupação por parte do Governo da necessidade de geração de conhecimentos científicos e tecnológicos nacionais, resultando no aparecimento de vários programas institucionalizados de Pós-Graduação e Pesquisa nas Universidades Brasileiras, dado o retorno do pessoal formado. Tal preocupação resultou também na institucionalização do tempo integral para os docentes das Universidades Federais e culminou com a elaboração, em 1974, do I Plano Nacional de Pós-Graduação (I PNPG) para o período de 1975 a 1979.

Foi exatamente neste período que a CAPES passou por sua maior transformação, passando a se preocupar diretamente com toda a problemática da Pós-Graduação no País, no sentido estrito e lato sensus.

Surgiram, aí, os Programas Institucionais de Capacitação Docente, os Programas de Apoio Financeiro às Pró-Reitorias de Pós-Graduação, os Programas de Acompanhamento e Avaliação da Pós-Graduação no País, e os Projetos Setoriais de Apoio a Pós-Graduação.

Um balanço da situação, hoje, indica que o grande investimento feito pela CAPES na formação de uma massa crítica de docentes e pesquisadores, e de criação de condições para sua fixação na Universidade, já começa a mostrar resultados concretos.

Vários grupos se consolidaram nas diversas áreas de conhecimento, apoiados em sólidos programas de Pós-Graduação e Pesquisa.

Muitos destes grupos mostram hoje condições de prestar seus serviços de treinamento, consultorias e pesquisa para o setor produtivo, tanto privado quanto governamental, contribuindo mais diretamente para o desenvolvimento econômico e social do País.

Ampliar este tipo de atividade, direcionando-a decididamente para a resolução dos problemas do próprio setor educacional é uma missão que a CAPES vê como uma exigência do momento presente. Além disso é o órgão que pode mediar e coordenar tal tipo de atividade, dada a sua proximidade com a Universidade Brasileira e com o próprio sistema educacional como um todo.

IV - RAZÕES E BENEFÍCIOS DO PROJETO

O sistema educacional brasileiro requer, em razão dos sérios problemas que enfrenta, a tomada de uma série de medidas, sejam medidas para universalizá-lo de fato, no seu nível fundamental, seja para corrigir-lhe as deficiências que se manifestam no presente, dentro das atuais estruturas.

Um dos sérios problemas é a articulação dos diferentes níveis entre si, eliminando os estrangulamentos existentes; outro problema é o de tornar flexível o sistema para que dê conta dos problemas específicos enfrentados setorial e regionalmente. Questões como as da educação pré-escolar, da educação dos deficientes e excepcionais, da educação de adultos e da educação permanente, ou, ainda, das relações entre educação e mundo do trabalho (o binômio educação-produção) permanecem atendidas de forma insatisfatória.

Esses problemas todos, embora não sejam solucionáveis apenas com a tomada de medidas intra-sistema escolar, não serão equacionados satisfatoriamente sem uma séria intervenção no processo de formação dos professores e dos planejadores e administradores do sistema.

Os conteúdos, métodos e técnicas de nossa educação necessitam de profundas revisões, numa intervenção e concepção corajosamente inovadoras.

As questões relacionadas com a concepção do processo de ensino-aprendizagem e sua organização, a questão referente a material didático adequado aos diferentes objetivos do ensino, à própria forma de estruturar e organizar o sistema de ensino e à formação dos professores, supervisores, planejadores e administradores exigem um enfoque totalmente inovador.

O sistema de ensino precisa enfrentar a questão da ciência e da tecnologia, por exemplo, considerando as dife

rentes condições urbanas e do meio rural brasileiros e sua integração com o sistema produtivo. E seu ensino também reclama de uma nova concepção de educação, lastreada em conteúdos, métodos e materiais melhor adequados que os empregados até o momento.

Dentre os desafios a serem enfrentados, e para atender aos demais, está o da reativação e renovação dos cursos de formação de professores para os diferentes níveis de ensino, formação que se dá ao nível médio e superior.

Quanto à formação de planejadores e administradores dos sistemas de ensino, tendo em vista a elaboração dos planos de ação, a formulação de políticas e à administração propriamente dita (direção, controle, supervisão e coordenação dos sistemas), enfatiza-se, hoje, a necessidade de uma nova ótica de concepção dos problemas, privilegiando a participação dos beneficiários na sua formulação e elaboração. A experiência brasileira, como a latino-americana, têm demonstrado que os problemas da educação, como outras questões sociais, embora tecnicamente discutidos e equacionados, persistem através do tempo, desafiando planejadores e administradores. A participação, hoje incipiente e restrita a uma linha institucional, deverá se abrir amplamente à participação comunitária, pois é no espaço social que a educação e seu planejamento ganham sentido e consequência. A própria sociedade se vai educando ao refletir sobre as questões educacionais, científicas e tecnológicas. O desenvolvimento dos sistemas de ensino se deve realizar numa perspectiva eminentemente local ou regional, com a instauração de um tipo de planejamento participativo que diminua as distâncias entre quem pensa e que faz, entre quem elabora e quem executa. Em síntese:

- a política educacional se busca renovar, colocando-se dentro de uma perspectiva de política social comprometida com a melhoria das condições de vida da população, sobretudo no meio rural e nas periferias urbanas, entrelaçada a questões como atenção primária à saúde, habitações, emprego e renda, saneamento básico, marginalidade, entre outros;

- a formação de planejadores, administradores, professores deve privilegiar soluções locais, formando os qua

dros de pessoal a nível local e regional, apoiada em eficiente cooperação técnica dos órgãos centrais, nacionais e internacionais;

- a administração da educação necessita superar formas cristalizadas de gerir os sistemas, pela descentralização e participação, injetando criatividade e superando rotinas inadequadas;

- a formação de pessoal é uma condição necessária para as inovações (embora não seja condição suficiente), desde que vinculada estreitamente com as realidades locais, para que técnicos de alto nível não proponham soluções de alto nível, que sejam desvinculadas da realidade social e de suas manifestações culturais mais profundas;

- os desafios vividos pela comunidade nacional, por sua vez, requerem uma nova proposta pedagógica que supere uma concepção autoritária, elitista e meramente adaptativa da educação.

Inegavelmente, cuidar do ensino de primeiro grau é o desafio maior do sistema educacional brasileiro, hoje.

Por outra parte é invejável que, em boa parte, há no País um potencial a ser utilizado para esse objetivo. E neste particular se destaca o papel da Universidade, das boas Universidades existentes no País, com um vasto potencial acumulado em estudos e pesquisas no setor. *Há cerca de 29 cursos de graduação, em diferentes regiões do País, enquanto o curso de Pedagogia, superior, em uma cidade, acontece ao mesmo tempo em 12 diferentes cursos de licenciatura nas áreas de Ciências, Letras e História.* Trata-se, pois, de utilizar uma estratégia adequada para canalizar esse potencial em benefício dos diferentes sistemas e níveis de ensino. Há pessoas e há idéias em estoque, e uma estratégia inteligente e uma tática oportuna podem utilizá-las para a criação de pólos alternativos de crescimento local e agências a serviço do desenvolvimento comunitário e da melhoria educacional. Um dos objetivos da CAPES, na sua função de coordenação do aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, é o de provocar o sistema de ensino superior, induzindo-o, pela forma de aperfeiçoamento utilizada, a se integrar com a comunidade e com o ensino de primeiro e de segundo graus, descentrali

zando-se e regionalizando-se, de forma a ligar dois pólos educacionais até agora praticamente sem canais de intercomunicação.

Além disso, as instituições de ensino superior isoladas representam um potencial instalado, um considerável investimento social. Trata-se então, de dar apoio àqueles cursos de maior conseqüência a longo prazo para que eles possam atingir seus objetivos de forma pertinente. Não é preocupação da CAPES reforçar as "universidades de subúrbio", cuja função nos grandes centros urbanos, é aproveitar-se da demanda reprimida, sobra de matrícula das Universidade de bom nível, numa comercialização ética e culturalmente discutível do ensino superior. Longe disso, o que se pretende é dar apoio à descentralização e regionalização do ensino superior pela consolidação das instituições isoladas, com clientela local específica e com características promissoras como instituição.

Apoiar tais instituições, com bolsas de estudo para seus docentes, com cursos de aperfeiçoamento e/ou especialização, com empréstimo de professores das grandes Universidades, motivá-las a co-participarem da produção de pesquisas, criação de núcleos de pesquisa, é também compensar o esvaziamento provocado nessas localidades pelo "brain-drain" de talentos e recursos humanos da periferia para o centro do sistema.

O apoio a tais centros de pequeno e médio porte, representa a busca da equidade na distribuição dos benefícios sociais através de uma estratégia hábil de descentralização e regionalização, de desenvolvimento social e comunitário.

O quanto foi dito a respeito do papel da Universidade para com o ensino de primeiro e segundo graus, é igualmente válido para o sistema empresarial de periferia, sobretudo no que tange às necessidades de criação e inovação tecnológica.

Em função deste contexto definem-se novas perspectivas para a atuação da Universidade, devido às necessárias mudanças de ênfase da educação, na esteira das diretrizes elaboradas a nível nacional. E a própria CAPES, no seu papel de for

necedora de Recursos Humanos e responsável, em grande parte, pelo aperfeiçoamento dos quadros docentes e administrativos do sistema superior de ensino, dos órgãos superiores de administração pública e do próprio setor empresarial privado, se sente desafiada a multiplicar seus esforços de capacitação de pessoal de uma forma ajustada às necessidades manifestadas dentro da sociedade brasileira. Decorre daí sua preocupação em induzir a articulação do ensino superior - da Universidade - com os níveis anteriores de escolarização, tendo em vista aperfeiçoar o pessoal em função da busca de soluções e da realização de pesquisas que contemplem os problemas considerados no campo da educação.

V - OS OBJETIVOS E METAS DO PROJETO

O projeto pretende alcançar os seguintes objetivos:

1. Apoio à elevação do nível de desempenho do sistema de ensino de primeiro grau, através da melhor qualificação dos docentes que atuam nas Faculdades ou Centros de Educação das nossas universidades ou instituições de ensino superior, responsáveis pela formação dos professores das diferentes redes e níveis de ensino;
2. Apoio aos esforços de elevação do nível de eficiência dos sistemas estaduais e municipais de ensino, através da qualificação de seus quadros ^{docentes, e} técnicos, com ênfase em planejamento e administração educacional; *metodologia de ensino no 1º grau.*
3. *1 cal* Dinamização da vida cultural e da produção científica das pequenas instituições de ensino superior do interior do País, através do intercâmbio cultural e científico propiciado pelo sistema de empréstimo de professores e de sua integração em programas de pesquisa;
4. *1 cal* Incentivo à melhoria das condições tecnológicas das indústrias de periferia, oferecendo-lhes cursos que atendam à necessidade de formação, preparação ou reciclagem dos seus quadros técnicos e gerenciais;
5. Melhoria da qualidade do ensino ^{pedagógico} superior das comunidades interioranas pela elevação do nível de qualificação do quadro docente das instituições de ensino de 3º grau, ^{2º e} através de sua *programa de melhoria do ensino de 1º e de 2º graus.*
6. Articulação dos grandes centros de pesquisa com os grupos locais, incentivando o surgimento de núcleos embrionários de investigação e de implementação de experimentos *em educação*

Para atender tais objetivos, o projeto propõe as seguintes metas:

- a) Fortalecer o sistema de ensino de primeiro grau, utilizando o ensino superior, sobretudo na área de educação, e através de cursos de aperfeiçoamento e/ou especialização para docentes das Faculdades de Educação, com ênfase no estudo de metodolo

gias de ensino para as diversas área do conhecimento e de reformulação curricular. Estima-se num total de 100 cursos, atendendo a cerca de 3.000 docentes.

b) Dar apoio aos sistemas estaduais e municipais de ensino, treinamento, capacitando ou atualizando seus técnicos de nível superior e intermediário através de cursos de administração, planejamento e avaliação de sistemas educacionais, através de 150 cursos, com capacidade de atender a 4.500 técnicos;

nos c) Fortalecer o ensino de 1º e 2º graus através da melhoria do ensino das matérias básicas dos cursos de graduação, sobretudo de licenciatura, por meio de cursos de aperfeiçoamento e/ou especialização, num total de cerca de 200 cursos, atingindo perto de 4.000 docentes;

d) Reformular a concepção ensino-aprendizagem para 1º e 2º graus, com introdução de novas metodologias, compatíveis com a realidade sócio-econômica e cultural das populações marginalizadas;

nos e) Diversificar as oportunidades de pós-graduação para professores das instituições isoladas do interior do País, através da implantação e consolidação do sistema de ensino por tutoria à distância, através do sistema de ensino por correspondência; Serão oferecidos cerca de 50 cursos no primeiro ano, que, acrescidos de mais 50 nos anos subsequentes (1982 e 1983), permitirão, cumulativamente, a oferta simultânea de até 100 cursos dessa natureza, no último período do projeto, perfazendo um total de 200 oferecidos durante a vigência do atual projeto, e atendendo a aproximadamente 3.000 docentes;

nos f) Propiciar a integração dos centros de excelência acadêmica, na área científico-tecnológica, com as demais instituições de ensino superior e com o sistema de produção, pela implantação de sistemas de tutoria à distância por TV, mediante uso de video-cassetes. Prevê-se a implantação de três (03) Centros de educação continuada por TV;

nos g) Estimular o intercâmbio cultural, científico e pedagógico entre as instituições de ensino superior de alto nível - as Universidades em particular - e as pequenas instituições isola

das de ensino superior, através do incentivo ao sistema de emprestimo de professores das primeiras para as últimas, movimentando um total aproximado de 3.000 docentes nos próximos três anos;

h) Fortalecer o ensino das ciências a nível de primeiro grau, através da oferta de 200 bolsas de estudo no exterior para docentes de nível superior que atuam na formação de quadros docentes para o sistema de ensino básico, ou supervisores que atendem ao sistema educacional dos Estados e Municípios;

nes j) Consolidar o ensino de 3º grau em instituições isoladas não federais de bom nível, de pequeno e médio porte no interior do País através de concessão de 6.000 bolsas de estudo aos seus docentes para programas de mestrado.

VI - Descrição Técnica do Projeto

1. Programas e Componentes do projeto

O presente projeto contempla recursos para reorientação dos programas de pós-graduação stricto e latu sensu desenvolvidos pela CAPES sob a denominação de PICD I e II, respectivamente. Integram o projeto ~~dez~~ subprogramas distintos, embora congêneres, a serem executados através de seis modalidades básicas de ação..

Em primeiro plano, destacam-se os subprogramas integrados por cursos convencionais de pós-graduação "latu sensu", em forma de aperfeiçoamento e/ou especialização, de caráter ^{com-} ~~in-~~ ^{tenso} ~~tensivo~~, a serem executados em períodos de férias escolares e em períodos especiais ao longo do ano letivo, com duração ^{média} ~~mínima~~ de ~~360 horas e máxima~~ de 720 horas.

Tais cursos têm como objetivo a formação de ^{de 1.º e de 2.º grau} ~~do~~ ^{banco} ~~centes~~ de ensino superior nas áreas prioritárias do conhecimento, ~~nas matérias básicas dos cursos de graduação, nas disciplinas específicas dos cursos de formação de professores,~~ além de formar, capacitar ou atualizar técnicos dos sistemas de ensino estaduais e municipais nas áreas de administração, planejamento, avaliação e supervisão, bem como nas áreas de apoio dos órgãos de administração do ensino nas esferas mencionadas.

^{na} Em segundo plano destacam-se os programas de pós-graduação "latu sensu", também a nível de aperfeiçoamento e/ou especialização, de natureza não convencional, a serem desenvolvidos por meio de tutoria à distância.

Estes cursos, por sua vez, serão desenvolvidos com a utilização dos métodos de ensino por correspondência e do ensino por TV, através do uso de video-cassetes. Seu objetivo é atender aos professores das instituições de ensino superior no interior do país e a profissionais de nível superior e técnicos das pequenas, médias e micro empresas, sobretudo as da periferia, com ênfase na atualização dos quadros técnicos e gerenciais.

Em terceiro plano, destaca-se um programa total

mente inovador que é a implantação de um sistema de empréstimo de professores das instituições de maior porte e de maior gaba-
rito pedagógico e científico para as pequenas instituições do interior do País, com deficiência de qualificação dos seus quadros de pessoal ligados ao magistério.

separa
Em ~~quarto~~ lugar, considera-se o programa de bolsas no exterior. Seu objetivo é permitir o envio de docentes e técnicos ao exterior para se especializarem em metodologia de ensino de primeiro grau, com ênfase na área de ciências, em programas que atendam a crianças oriundas de famílias de baixa renda e pouco desenvolvimento cultural das áreas periféricas dos aglomerados urbanos e das áreas remanescentes do meio rural.

Em quinto lugar, contempla-se o programa de bolsas de estudo no País, a nível de pós-graduação "stricto sensu", para atender às necessidades de qualificação dos quadros docentes dos estabelecimentos isolados de ensino superior do País, dando ênfase a participação de docentes de instituições localizadas nas cidades de pequeno e médio porte.

Em terceiro lugar
Finalmente, propõe-se o programa de implementação de experimentos em Educação, buscando o envolvimento direto da Universidade com a Sociedade, a partir da busca de soluções para os problemas que afetam o sistema educacional, sobretudo a nível de primeiro grau. Portanto, será incentivada a busca de metodologia apropriada para o contexto rural e periférico urbano, de estratégias de mudança e novas formas do ensino das ciências, com o objetivo de implantar uma escola flexível e integrada a vida comunitária local, que atenda à informação e sobretudo à formação do indivíduo, compatíveis às suas necessidades.

2. Períodos considerados e etapas de execução

Considera-se o período de execução do presente projeto, com base nos recursos solicitados, o espaço de tempo compreendido entre ^{junho} janeiro de 1981 e dezembro de 198⁵, num total de ~~12~~ ⁹ semestres.

Os programas e subprogramas, todavia, em função de sua natureza, se desenvolverão em distintas etapas, que po

dem ser assim resumidas:

2.1. Cursos "convencionais" de aperfeiçoamento e/ou especialização de professores para áreas prioritárias, matérias básicas e disciplinas básicas dos cursos de educação a nível de 1º e 2º graus:

- 1a. etapa: julho/1981
- 2a. etapa: janeiro/fevereiro/1982
- 3a. etapa: julho/1982
- 4a. etapa: janeiro/fevereiro 1983
- 5a. etapa: julho/1983
- 6a. etapa: janeiro/fevereiro 1984

7ª etapa = julho/84
 8ª etapa = jan/fev 85
 9ª etapa = jul/85

2.2. Cursos "convencionais" de aperfeiçoamento e/ou especialização para técnicos das Secretarias de Educação:

- 1a. etapa: 2º semestre de 1981
- 2a. etapa: 1º semestre de 1982
- 3a. etapa: 2º semestre de 1982
- 4a. etapa: 1º semestre de 1983
- 5a. etapa: 2º semestre de 1983
- 6a. etapa: 1º semestre de 1984

7ª etapa: 2º semestre de 1984
 8ª etapa: 1º semestre de 1985

2.3. Cursos "não convencionais" de aperfeiçoamento e/ou especialização por "tutoria à distância":

nas

mu

a) Cursos para docentes, pelo método de ensino por correspondência:

- 1a. etapa: 1981 40 cursos
- 2a. etapa: 1982 70 cursos
- 3a. etapa: 1983 90 cursos
- T o t a l.....200 cursos

b) Cursos para docentes e técnicos de nível superior do setor de empresas, por TV, com utilização de video-cassetes:

- 1a. etapa: 1981 - aquisição e instalação dos equi

pamentos e implantação do sistema dentro das instituições-emissoras ou geradoras.

- hail*
- 2a. etapa: 1982 - início de funcionamento dos programas, através de experiências piloto.
 - 3a. etapa: 1983 - ampliação e consolidação dos programas pelas instituições, em caráter de auto-financiamento e gestão.

hail

2.4. Programa de empréstimo de professores:

- 1a. etapa: 1981 (2º sem.)/1982 (1º sem.).... 1.000
- 2a. etapa: 1982 (2º sem.)/1983 (1º sem.).... 1.000
- 3a. etapa: 1983 (2º sem.)/1984 (1º sem.).... 1.000
- T o t a l. 3.000

2.5. Programas de bolsas para o exterior:

- 1a. etapa: 1982 100 bolsas
- 2a. etapa: 1983 100 bolsas
- T o t a l. 200 bolsas

hao

2.6. Programa de bolsas no País:

- 1a. etapa: março/81 1.500 bolsas
- 2a. etapa: março/82 1.500 bolsas
- 3a. etapa: março/83 1.500 bolsas
- 4a. etapa: março/84 1.500 bolsas
- T o t a l. 6.000 bolsas

2.7. Programa de implementação de experimentos.

- 1a. etapa: jan/81 a julho/81 - levantamento de todas as pesquisas já realizadas na área, sobretudo no que se refere ao ensino de ciência.
- 2a. etapa: julho/81 a julho/83 - desenvolvimento de vários projetos experimentais sob a responsabilidade de seis núcleos (inicialmente FUNBEC, Fundação

Carlos Chagas, UFRGS, PUC/RJ, UFC e UFRJ), associados a outros grupos de pesquisa de instituições menores em cada região do País e aos sistemas de ensino locais.

- 3a. etapa: julho/83 a julho/84 - divulgação de resultados, mediante Seminários, feiras, congressos de ciência, livros, cursos de aperfeiçoamento/especialização, com apoio da CAPES.

3. Parâmetros básicos dos programas (esboço)

A proposta consubstanciada neste projeto é fundamentalmente, de formação de recursos humanos.

- 3.1. Uma análise das necessidades de treinamento de formação de recursos humanos para os setores considerados, ao lado da capacidade de atendimento do sistema, sugere a seguinte proposta:

Programa	nº de Cursos/ Núcleo	Professores mobilizados	nº de bolsas	população atendida
<i>has</i> 1. Áreas prioritárias	250	-	-	5.000
2. Matérias Básicas	200	-	-	4.000
3. Área de Educação	100	-	-	3.000
4. Técnicos em educação	150	-	-	4.500
<i>has</i> 5. Tutoria à distância p/ correspondência	200	-	-	3.000
6. Tutoria por TV	03	-	-	-
7. Empréstimo de professores	-	3.000	-	-
<i>sim</i> 8. Bolsas p/ o exterior	-	-	200	200
<i>has</i> 9. Bolsas p/ o País	-	-	6000	6.000
<i>sim</i> 10. Pesq. em educação	(03) ¹	-	-	-
T o t a l	906	3.000	6200	25.700

3.2. Áreas, matérias ou disciplinas a serem atendidas

À guisa de informação, cumpre observar que a seleção das áreas, matérias ou disciplinas a serem atendidas se fez em consideração aos seguintes tópicos:

i) Natureza dos programas de pós-graduação "láu sen su": a duração dos cursos, que é reduzida, e o seu objetivo - aperfeiçoamento - determinam a seleção de áreas nas quais não haja necessidade de utilização de grande quantidade de equipamentos sofisticados e que tenham um enfoque onde as aplicações práticas, a nível profissional, docente ou não, prepondere sobre os aspectos puramente teóricos ou especulativos;

ii) Necessidade de atendimento a problemas mais evidentes: a consideração básica, neste caso, são os problemas enfrentados pelo País, bem como pelas instituições.

nas
↓

Considera-se, necessário deixar uma margem de flexibilidade, em todo programa deste gênero, para atender ao que se convencionou denominar de "vocaçãõ das instituições". Entende-se, por esta expressão, o desenvolvimento, em cada instituição, de programas de ensino e de pesquisa que visam ora ao atendimento de necessidades específicas do seu meio ambiente, ora a um determinado potencial de pesquisa ou de ação comunitária para as quais esteja habilitada por razões peculiares de recursos humanos ou financeiros. Há pesquisas que embora desprovidas de um caráter de aplicabilidade de desenvolvimento geral do País ou do desenvolvimento científico propriamente dito.

iii) Características dos beneficiários: há necessidade de um atendimento diversificado, através dos cursos, considerando o perfil dos interessados. As prioridades se alteram em função das característi

cas dos destinatários dos cursos, no presente projeto constituídos de docentes (de áreas básicas, de matérias básicas, de disciplinas básicas), de técnicos em educação ou de profissionais vinculados ao setor empresarial _ industrial ou de serviços.

- iv) Efeito inovador, multiplicador ou de consolidação/ampliação do conhecimento: dentro desta perspectiva, é fundamental que os cursos para técnicos industriais, por exemplo, se caracterizem pelo impacto inovador a ser gerado nos meios de produção. No caso das matérias básicas dos cursos de graduação, interessa atuar sobre aquelas que por serem básicas, isto é, ministrados como conteúdos fundamentais de um grande número de cursos, tenham seu efeito multiplicado pelo atendimento a um maior número possível de alunos.

No que se refere às áreas prioritárias de saber, o aspecto de maior relevância é sua função de consolidação dos conhecimentos disponíveis, atualizando profissionalmente os beneficiários, ampliando as informações a seu alcance, propiciando a articulação de profissionais de uma mesma área, atuantes em diferentes instituições ou regiões, para facilitar o intercâmbio de informações e experiências. E considerando sempre, convém ressaltar, os problemas ou necessidades mais prementes vividos pela sociedade como um todo.

Considerando os fatores acima, o projeto tem como prioridades:

WJ
a) Nas áreas básicas:

- Ciências Biológicas: Biologia, Bioquímica, Botânica, Fisiologia, Genética, Imunologia, Microbiologia, Morfologia, Parasitologia, Oceanografia Biológica.
- Ciências Exatas: Física, Matemática, Química, Meteorologia.

- Ciências Sociais: Economia
- Profissões Técnicas: Engenharia Civil (ênfase em Habitação Popular)
- Profissões da Saúde: Medicina Preventiva e Saúde Pública, Medicina Tropical, Enfermagem Comunitária, Educação Física, Nutrição, Odontologia, Pediatria.
- Profissões Sociais: Administração de Pequenas Empresas, Biblioteconomia e Ciências da Informação, Arquitetura (para habitações populares) e Urbanismo.
- Profissões Agro-Industriais: Ciência e Tecnologia de Alimentos, Veterinária, Zootecnia, Fitotecnia, Solos e Engenharia Agrícola, Agronomia.
- Letras e Linguística: Língua Portuguesa

b) Matérias básicas

Embora a diversificação de algumas matérias básicas em função das áreas em que os cursos se inserem, consideram-se, como tais, no projeto.

- Ciências Biológicas: Biologia, Fisiologia e Morfologia, com as disciplinas derivadas.
- Ciências Exatas: Matemática, Física e Química com as disciplinas derivadas.

c) Nos Cursos da área da Educação:

Devem ser considerados as seguintes disciplinas básicas:

- Administração da Educação, Planejamento e Avaliação Educacionais, Ensino-Aprendizagem, Tecnologia Educacional,

Sim

avaliação da Aprendizagem

- Educação Permanente e Educação de Adultos;
- Educação Rural e Educação Especial.

3.3. Observações sobre os outros programas:

- na*
- a) Programas de tutoria à distância: atenderão aos destinatários dentro das prioridades apontadas acima, cuidando em atender às áreas selecionadas, bem como às matérias e/ou disciplinas e em evidência.
- na*
- b) Programa de Empréstimo de Professores: procurará atender às mesmas prioridades apontadas nos itens a, b e c.
- sim*
- c) Programas de Bolsas de Estudo: atenderão, de um lado, ao pessoal ligado à área da educação - docentes ou técnicos -, dando ênfase às sub-áreas mencionadas no item c, e, de outro, aos docentes vinculados a instituições interioranas, segundo nas necessidades por elas manifestadas.
- sim*
- d) Programa de Implementação de experimentos: destina-se a apoiar iniciativas no campo da experimentação pedagógica a nível de primeiro grau, testando metodologias de ensino na área de Língua e Ciências, a partir dos conhecimentos gerados pelas pesquisas básicas no campo da Psicologia e da Sociologia Educacional. Antropologia e Linguística.

4. Aquisição de equipamentos e materiais

A aquisição de equipamentos e materiais representará um investimento proporcionalmente reduzido no âmbito deste projeto. Basicamente serão efetuados gastos de duas naturezas, correspondendo à natureza dos programas a serem desenvolvidos.

De um lado, há os programas de aperfeiçoamento e/

ou especialização realizados na forma convencional de cursos intensivos, ministrados com utilização das instalações e equipamentos existentes nas instituições-sede dos cursos. Neste caso, os gastos com material se destinam à aquisição de livros, para reforço das bibliotecas existentes, usualmente mal equipadas, sobretudo nas instituições do interior, e aquisição de equipamentos de laboratório, quando se trata de cursos nas áreas de ciências exatas, profissões técnicas e profissões da saúde. Considerou-se o percentual de 5% do valor do empréstimo como uma quantidade significativa para esta finalidade, representando o total de U\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares), equivalendo a cerca de Cr\$ 60.000.000,00 (Sessenta milhões de cruzeiros).

na Os gastos mais importantes, entretanto, embora de menor monta, concernem à aquisição de equipamentos para implantação do programa de tutoria à distância por TV (Programa Pós-grad-TV) em três centros de ensino superior. Os centros empenhados na implantação e implementação de tal tipo de programa são a COPPE (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), o CDA (Centro de Desenvolvimento em Administração da Fundação João Pinheiro de Belo Horizonte, Minas Gerais), e a EPUSP (Escola Politécnica de São Paulo, São Paulo). O programa pressupõe investimentos, em cada uma dessas três instituições, na instalação de aparelhos para gravação de aulas, um laboratório de produção de filmes e video-cassetes, além das instalações complementares de apoio ao desenvolvimento completo do programa, tais como equipamentos para guarda e conservação do material produzido, para controle e distribuição.

na Apresentamos, abaixo, a estimativa dos custos para implantação de um sistema de gravação de aulas em video-cassete no Departamento de Engenharia Elétrica da EPUSP (em Cr\$):

- | | |
|---|------------|
| 1. Adaptação de 2 salas de aulas para gravação | 400.000,00 |
| 2. Adaptação de 3 salas de aulas para play-back..... | 300.000,00 |
| 3. Aquisição e instalação de 5 receptores de
TV a cores, 26" | 250.000,00 |
| 4. Aquisição e instalação de 2 receptores de
TV a cores, 20" | 80.000,00 |

5. Aquisição de 6 gravadores de video-cassete	900.000,00
6. Aquisição e instalação de 7 câmeras de TV. a cores, portáteis, com zoom telecomandável.....	770.000,00
7. Aquisição e instalação de 4 posicionadores telecomandados para elevação e azimute das câmaras.....	320.000,00
8. Aquisição e instalação de 3 microfones em cada sala-estúdio.....	80.000,00
9. Aquisição e instalação de 2 mesas para te lecontroles de azimute, elevação, zoo e lu minosidade de 2 câmeras e escolha da ima - gem e som a serem gravados.....	80.000,00
10. Aquisição de 300 fitas de video-cassetes pa ra gravação de até 5 cursos de 60 horas.....	1.500.000,00
T o t a l	<u>4.680.000,00</u>

na Estimando em Cr\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de cruzeiros), em função das variações na implantação do sistema nos outros centros, os gastos somam cerca de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) ou US\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares) considerando a taxa cambial do cruzeiro equivalente a Cr\$ 60,00 por US\$ 1,00.

5. Problemas técnicos especiais:

O principal problema relacionado com a execução do projeto concerne ao acompanhamento dos cursos, à avaliação da qualidade dos mesmos e ao cadastramento dos docentes em condições ótimas de atuarem como professores nos cursos previstos.

Quanto ao cadastramento de docentes para atuação nos cursos como professores, a CAPES reúne boas condições de realizá-lo, uma vez que tem a relação dos egressos dos cursos de mestrado e doutorado no País e no exterior, e se mantém em contato permanente com a comunidade científica nacional.

Com respeito ao acompanhamento dos cursos, ministrando a necessária supervisão e apoio, conta com uma Coordenação de Programas de Pós-Graduação Lato Sensu, com suficiente experiência no trato das questões envolvidas em tal tipo de ativi

dade, seja no acompanhamento pedagógico dos programas, seja no controle financeiro e contábil.

Para avaliação dos cursos existe também na CAPES um bem montado sistema de consultoria, responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação "stricto-sensu" tendo havido já participação em avaliação também de cursos de pós-graduação "lato sensu". Far-se-á necessário, seguramente, ampliar tal quadro de consultores.

Com relação à implantação dos cursos de "tutoria à distância", seja por correspondência, seja por video-cassete, considera-se importante o serviço de consultores estrangeiros, com conhecimento e experiência em programas congêneres existentes em seus países.

nas

VII - CUSTOS E FINANCIAMENTO DO PROJETO

1. Bases e critérios de formulação:

As estimativas dos custos foram feitas considerando a natureza dos diferentes programas que compõem o projeto e os gastos reais dos programas semelhantes em execução pela CAPES no exercício financeiro de 1980.

Basicamente os programas assumem cinco modalidades distintas, cada um com suas peculiaridades e requisitos específicos em termos de inversão de recursos.

1.1. Cursos convencionais de pós-graduação "latu sensu":

Dentro desta categoria estão incluídos os sub-programas de aperfeiçoamento/especialização para docentes das áreas básicas do conhecimento, das matérias básicas dos cursos de graduação, das disciplinas básicas dos cursos de formação de professores e, finalmente, para os técnicos dos sistemas estaduais e municipais de ensino.

A estimativa dos custos por curso foi feita tomando como parâmetros os custos médios dos cursos em realização pela CAPES no ano de 1980. A variância dos gastos é muito grande em função da região onde os cursos são ministrados, e sobretudo, em função da área de conhecimento a que os cursos se referem (Ciências Humanas, Profissões Técnicas ou Profissões da Saúde apresentam requisitos diferentes).

Além disso, há cursos de caráter temporário e há cursos de caráter permanente. Neste segundo caso, há necessidade de gastos maiores com equipamentos e instalações, redundando em maiores investimentos iniciais, de resto plenamente justificáveis pela economia de escala resultante da sua plena utilização.

ção ao longo de múltiplos períodos de utilização, atendendo à clientela de sucessivos cursos. Os custos de capital, sendo imputados a todos os usuários, anula a preocupação inicial com o montante dos investimentos.

A partir destas ponderações, verifica-se a seguinte composição de custos dos cursos atualmente financiados pela CAPES:

Natureza dos gastos com cursos convencionais de pós-graduação "latu sensu" a nível de aperfeiçoamento (1980).

Rubrica	Especificação	Valor		%
		Cr\$	US\$	
Despesas de Custeio				
3.1.3.1.	Remuneração de Ser.Pes.	800.000	13.333	58 58%
3.1.3.2.	Serviços de Terceiros	370.000	6.167	25
3.1.4.0.	Outros Serviços e Cargos	96.000	1.600	06 21%
3.1.2.0.	Material de Consumo <i>e expediente</i>	204.000	3.400	14 21%
	SUB-TOTAL	1.470.000	24.500	98
Despesas de Capital				
4.1.4.0.	Material Permanente	30.000	500	2
	SUB-TOTAL	30.000	500	2
	TOTAL GERAL	1.500.000	25.000	100

1.2. Cursos não-convencionais de pós-graduação
"latu sensu".

Consideram-se, aqui, os cursos por "tutoria à

distância" nas duas modalidades de execução: ensino por correspondência e por video-cassete.

nel 1.2.1. Cursos de "tutoria à distância" por correspondência:

Neste tipo de curso, as despesas de capital são eliminadas e a rubrica "outros serviços e encargos" aumenta em função das peculiaridades do curso e de sua metodologia.

Verifica-se, então, o seguinte quadro:

Valor e natureza dos gastos nos cursos de tutoria por correspondência:

Rubrica	Especificação	Valor		%
		Cr\$	US\$	
Despesa de Custeio				
3.1.3.1.	Remun. Serv. Pessoais	700.000	11.667	54
3.1.3.2.	Serviços de Terceiros	90.000	1.500	7
3.1.4.0	Outros Serviços e Encargos	400.000	6.667	31
3.1.2.0	Material de Consumo	110.000	1.833	8
	TOTAL	1.300.000	21.667	100

nel 1.2.2. Cursos de "tutoria à distância" por TV:

As despesas da CAPES, previstas no presente projeto, se referem a gastos com aquisição de equipamentos e material necessários à implantação dos cursos junto às instituições interessadas. A especificação consta do item 4 do capítulo VI. Os gastos estimados para implantação de 03 centros de ensino montam em Cr\$ 15.000.000,00 correspondentes a US\$... 250.000,00.

nas

1.3. Programa de Empréstimo de Professores

No programa de empréstimo de professores tomou-se como base para cálculo de custos o valor do salário médio recebido por um professor da rede de universidades federais, calculado em Cr\$ 60.000,00 ou US\$ 1.000,00.

Chegou-se a um valor hora/aula de Cr\$ 2.000,00 O valor hora/aula supõe a remuneração das aulas propriamente ditas e de todo o trabalho didático pedagógico de orientação e acompanhamento das atividades discentes.

De outra parte, o número de docentes a serem envolvidos pelo programa foi estimado com base no número de instituições e cursos existentes no País em 1978.

Segundo os dados estatísticos oficiais, disponíveis para esse ano, havia no Brasil 893 instituições de ensino superior, sendo 65 universidade e 828 estabelecimentos isolados.

Essas instituições, por sua vez ofereciam 4.147 cursos, sendo 2.372 em estabelecimentos isolados. Neste último caso, os cursos assim se distribuem pelas diferentes áreas de conhecimento:

Ciências Biológicas e Profissões da Saúde...	209
Ciências Exatas e Tecnológicas.....	537
Ciências Humanas.....	1.183
Ciências Agrárias.....	26
Letras.....	275
Artes.....	142.

Propondo como meta atingir 50% desses cursos através do programa de empréstimo de professores e considerando a hipótese de cada cursos realizar apenas 01 empréstimo por ano, ao longo de 03 anos, será movimentado o equivalente a 3.000 docentes. O montante de recursos requeridos pelo programa monta a Cr\$ 450.000.000,00 ou US\$ 7.500.000.00, para custear inclusive diárias e passagens.

1.4. Programa de Bolsas

Consideramos a possibilidade de conceder 200 bolsas para estudos no exterior, na área de ensino de ciências, metodologia de ensino - com ênfase no ensino de ciências - de periferia urbana e meio rural, e planejamento e administração do ensino, dando-se ênfase ao pessoal ligado aos órgãos de administração.

Partindo do valor de US\$ 800,00 por bolsa/mes incluindo nessa quantia as despesas com passagem, taxas escolares, seguro saúde, pagamento de anuidades e manutenção pessoal do bolsista, durante 48 meses, em média, ao todo tem-se despesas da ordem de US\$ 7.680.000,00 ou Cr\$ 460.800.000,00. Considera-se a taxa de câmbio correspondente a Cr\$ 60,00 por US\$ 1,00.

As bolsas para cursos no País foram estimadas no total em Cr\$ 1.800.000.000,00 ou US\$ 30.000.000, tendo como base os gastos do programa PICD-I no ano de 1980.

1100

1.5. Programa de Implementação de Experimentos:

Para este programa teve-se o cuidado de se determinar sobretudo a composição das despesas que assim se distribuem:

Rubrica	Especificação	Valor		%
		Cr\$	US\$	
<u>Despesas de Custeio</u>				
3.1.3.1	Remuner. Serv. Pessoais	1.500.000	25.000	60
3.1.3.2	Serviços de Terceiros	600.000	10.000	24
3.1.2.0	Material de Consumo	400.000	6.667	16
		<u>2.500.000</u>	<u>41.667</u>	<u>100</u>

Considerando-se como 2.500.000 o custo médio de uma pesquisa na área, ter-se-ã condições de viabilizar cerca de 20 pesquisas ou experimentos, atingindo um montante de Cr\$.... 50.000.000,00 ou US\$ 833.333.

2. Categorias de Inversão:

O presente projeto não inclui despesas com engenharia, por não prever construção de obras físicas.

Os gastos se referem, em pequena monta a equipa-mentos e materiais, concentrando-se nos elementos correspon-den-tes a "outros bens, serviços, e gastos". Uma reduzida parcela será destinada a cobrir custos correntes de administração e de cooperação técnica, prevendo-se, ainda, recursos destinados a cobrir despesas com imprevistos. Além, obviamente, de contemplar os gastos referentes a juros incidentes durante o período de execução do projeto, a comissão de crédito e inspeção e vigilância por parte do BID.

Em função da natureza do projeto, temos, pois, as categorias de inversão conforme especifica o quadro I.

3. Cooperação Técnica:

Para a boa execução do projeto, algumas atividades são consideradas importantes:

1. Consultorias internacionais ou nacionais.

Os trabalhos de consultoria são uma constante na CAPES que recorre, habitualmente, ao conhecimento e experiência de proeminentes personalidades do mundo acadêmico, científico e tecnológico para discussão, acompanhamento e avaliação de seus programas. O que tem se revelado de inegável valor e proveito para todos os programas e subprogramas.

No presente projeto considera-se importante a presença de consultores internacionais para três subprogramas:

- Aperfeiçoamento/especialização de técnicos em educação, sobretudo no que se refere a metodologias de ensino de primeiro grau.

(NAD) - Tutoria à distância por correspondência, sobre tudo no que se refere à avaliação do programa, em execução sob

QUADRO I
CATEGORIAS DE INVERSÃO

CATEGORIAS	Cr\$	US\$	%
1. Administração do Projeto <i>na</i>	232.200.000	3.870.000	5,0
2. Equipamentos e Materiais <i>na</i>	15.000.000	250.000	0,4
3. Outros bens, serviços gastos	4.120.800.000	68.680.000	90,6
<i>na</i> 3.1 Empréstimo de professores	450.000.000	7.500.000	9,9
<i>na</i> 3.2 Bolsa de estudo	2.260.800.000	37.680.000	49,7
3.3 Cursos de Aperfeiçoamento	1.310.000.000	21.833.333	28,8
3.4 Financiamento de implementação de experimentos	100.000.000	1.666.667	2,2
4. Custos Concorrentes	45.500.000	758.333	1,0
<i>na</i> 4.1 Cooperação técnica (Consultorias nacionais e internacionais)	45.500.000	758.333	
5. Sem destinação específica	91.000.000	1.516.667	2,0
<i>na</i> 5.1 Imprevistos <i>na</i>	91.000.000	1.516.667	
<i>na</i> 6. Gastos Financeiros (Inspeção e vigilância) <i>na</i>	45.500.000	758.333	1,0
TOTAL	4.550.000.000	75.833.333	100,0

/jls.

caráter experimental;

~~Não~~ - Tutoria à distância por "vídeo-cassetes" (Pos-grad-TV), sobretudo na fase de implantação.

Com relação ao último sub-programa, recorrer-se-á pelo menos uma das seguintes instituições: Massachusetts Institute of Technology, cujo Center for Advanced Engineering Study executa programas e projetos especiais para clientes externos e concentra as atividades do MIT na área de educação continuada.

- Colorado State University, que mantém curso de atualização ou educação continuada por TV (Engineering Renewal and Growth Program - ERGP).

- Stanford University, uma das primeiras universidades americanas a usar o ensino por TV, tendo iniciado suas atividades em 1969, e oferecendo cursos a nível de graduação e pós-graduação.

Estima-se em US\$ 458.333,00 o montante a ser dispendido com esse item.

No plano interno, não se dispensará, em nenhum dos programas de tutoria à distância, o trabalho de consultoria e apoio da ABT (Associação Brasileira de Tecnologia Educacional), co-patrocinadora dos cursos de tutoria por correspondência e responsável pelos estudos de viabilidade técnica dos cursos de tutoria à distância por TV.

3.2. Capacitação de pessoal local e/ou organização de cursos locais.

A natureza dos programas e sub-programas contemplados no presente projeto não parece indicar necessidade de programas de aperfeiçoamento ou treinamento de pessoal para sua operacionalização.

~~Não~~ O sub-programa de pós-graduação pelo sistema de tutoria à distância por TV, embora sendo o que represente maior

grau de inovação no sistema, envolve dificuldades técnicas de pequena monta, passíveis de encaminhamento através de orientação de consultores especializados, como antes mencionado.

4. Quadro resumo dos custos do projeto:

O quadro II apresenta o resumo dos custos do projeto, com os gastos especificados por programas.

5. Financiamento do projeto:

O quadro nº III mostra a distribuição dos recursos previstos por categorias de inversão e por origem, discriminando a parcela (35%) solicitada ao BID e a parcela (65%) constituída de recursos próprios da CAPES.

Para uma idéia da capacidade financeira da CAPES em 1981, segue-se um quadro demonstrativo da proposta orçamentária para o mesmo ano, tal como encaminhada ao Congresso Nacional (ver quadro nº IV).

6. Cronograma de desembolso:

O desembolso dos recursos procura respeitar o escalonamento dos gastos em função das diferentes etapas dos programas constantes do projeto, levando em consideração a natureza dos mesmos e os períodos de tempo necessários para sua implementação.

O período previsto para execução do projeto é de 06 anos, tendo início no primeiro semestre de 1981, e terminando no segundo semestre de 1986. Espera-se, nesse período, ter realizado a aplicação do total dos recursos.

O quadro nº V especifica a proposta de desembolso.

PARÂMETROS BÁSICOS DO PROJETO COM CUSTOS
CORRESPONDENTES POR PROGRAMA (em Cr\$ e em US\$)

QUADRO II

PROGRAMAS	Nº CURSOS	Nº BOLSAS	Nº DOCENTES QUALIFICADOS	TOTAL HORAS	CUSTO TOTAL	
					Cr\$	US\$
1. Pós-Graduação "lato sensu"					1.325.000.000	22.083.333
no 1.1 1.1 Áreas Prioritárias	250	-	5.000	360	375.000.000	6.250.000
no 1.2 1.2 Matérias básicas	200	-	4.000	360	300.000.000	5.000.000
<i>Sim</i> { 1.3 Disciplinas pedagógicas	<i>300</i> { 150 <i>150</i>	-	<i>500</i> { 3.000	<i>720</i> { 360	<i>150.000.000</i>	<i>2.500.000</i>
1.4 Técnicos em educação	150	-	4.500	360	225.000.000	3.750.000
no 1.5 1.5 Tutoria por correspondência	200	-	3.000	360	260.000.000	4.333.333
no 1.6 1.6 Tutoria por TV (03 núcleos)	-	-	-	30	15.000.000	250.000
no 2. 2. Empréstimo de Professores (3.000 docentes)	-	-	-	60	450.000.000	7.500.000
no 3. 3. Pós-Graduação "stricto sensu"	-	-	-	-	2.260.800.000	37.680.000
no 3.1 3.1 Bolsas no Exterior	-	6.000	6.000	-	460.000.000	7.680.000
no 3.2 3.2 Bolsas no País (escolas isoladas)	-	200	200	-	1.800.000.000	30.000.000
<i>Sim</i> { 4. Implementação de experimentos (50)	-	-	-	-	<i>150.000.000</i> 100.000.000	<i>1.666.667</i>
TOTAL	900	6.200	25.700	-	4.135.800.000	68.930.000

FINANCIAMENTO DO PROJETO

QUADRO III

ESPECIFICAÇÃO POR CATEGORIAS	EM Cr\$ 1.000			EM US\$ 1.000			
	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL	%
1. Administração do Projeto <i>nas</i>	66.000	172.200	232.200	1.000	2.870	3.870	5,0
2. Equipamentos e outros <i>nas</i>	-	15.000	15.000	-	250	250	0,4
3. Outros Bens, Serviços e Gastos	<u>1.380.000</u>	<u>2.740.800</u>	<u>4.120.800</u>	<u>23.000</u>	<u>45.680</u>	<u>68.680</u>	90,6
3.1 Empréstimo de professores <i>nas</i>	360.000	90.000	450.000	6.000	1.500	7.500	9,9
3.2 Cursos de Aperfeiçoamento	930.000	380.000	1.310.000	15.500	6.333,3	21.833,3	28,8
3.3 Bolsas de Estudo <i>nas</i>	-	2.260.800	2.260.800	-	37.680,0	37.680,0	48,7
3.4 Implementação de Experimentos	90.000	10.000	100.000	1.500	1.66,7	1.666,7	2,2
4. Custos Concorrentes	<u>18.000</u>	<u>27.500</u>	<u>45.500</u>	<u>300</u>	<u>458,3</u>	<u>758,3</u>	1,0
4.1 Cooperação Técnica <i>% ?</i>	18.000	27.500	45.500	300	458,3	758,3	
5. Sem Destinação Específica	<u>50.600</u>	<u>40.400</u>	<u>91.000</u>	<u>843,4</u>	<u>673,3</u>	<u>1.516,7</u>	2,0
5.1 Imprevistos <i>% ?</i>	50.600	40.400	91.000	843,4	673,3	1.516,7	
6. Gastos Financeiros (Inspeção e Vigilância) <i>% ?</i>	<u>45.500</u>	-	<u>45.500</u>	<u>758,3</u>	-	<u>758,3</u>	1,0
TOTAL - GERAL	1.554.100	2.995.900	4.550.000	25.901,7	49.931,6	75.833,3	100,0

/jls.

QUADRO IV

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

EXERCÍCIO DE 1981

(CR\$ 1.000,00)

1500 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 1531 - COORDENAÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	VALOR	
				DETALHADO	TOTAL
1531.0808332.027 004	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO OPERAÇÃO DE CRÉDITO Nº 100177 COM O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	3261.00	00	861	17.322
		3262.00	00	861	
		4351.00	00	15.600	
1531.08440212.578 001	MANUTENÇÃO DA COORDENAÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR MANUTENÇÃO DA COORDENAÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR	3111.01	00	22.016	88.347
		3111.02	00	1.173	
		3113.00	00	3.596	
		3120.00	00	5.002	
		3131.00	00	6.000	
		3132.00	00	45.000	
		3192.00	00	500	
		3253.00	00	60	
		4120.00	00	5.000	
1531.08442064.424 000	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3211.02	00	30.000	1.782.600
		3222.02	00	10.000	
		3231.00	00	20.000	
		3254.00	00	1.682.600	
		4311.01	00	25.000	
		4322.01	00	10.000	
		4331.01	00	5.000	
1531.08442066.110 000	DESENVOLVIMENTO DE FORMAS DIVERSIFICADAS E EXPERIMENTOS EM PÓS-GRADUAÇÃO	3211.02	00	60.000	100.000
		3222.02	00	20.000	
		3231.00	00	20.000	

TESOURO	OUTRAS FONTES	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
1.988.269		26.845	1.900.824	60.600	1.988.269

QUADRO V

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Em US\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1981		1982		1983		1984		1985		1986		TOTAL		TOTAL-GERAL
	BID	CONTRA-PARTIDA	BID	CONTRA-PARTIDA	BID	CONTRA-PARTIDA	BID	CONTRA-PARTIDA	BID	CONTRA-PARTIDA	BID	CONTRA-PARTIDA	BID	CONTRA-PARTIDA	
1. Administração do Projeto	<u>200</u>	<u>625</u>	<u>333,3</u>	<u>930</u>	<u>366,7</u>	<u>861,7</u>	<u>100</u>	<u>286,7</u>	-	<u>83,3</u>	-	<u>83,3</u>	<u>1.000</u>	<u>2.870</u>	<u>3.870</u>
2. Equipamentos e Outros <i>LS</i>	-	<u>250</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<u>250</u>	<u>250</u>
3. Outros Bens, Serviços e Gastos	<u>3.310,8</u>	<u>3.597,5</u>	<u>9.151,8</u>	<u>9.658,2</u>	<u>8.684,2</u>	<u>12.560,8</u>	<u>1.853,2</u>	<u>9.983,5</u>	-	<u>6.820</u>	-	<u>2.960,0</u>	<u>23.000</u>	<u>45.680</u>	<u>68.680</u>
3.1 Empréstimo de Professores	1.000,0	250,0	2.000,0	500,0	2.000,0	500,0	1.000,0	250,0	-	-	-	-	6.000	1.500	7.500
3.2 Cursos de Aperfeiçoamento	1.806,8	797,5	6.401,8	2.614,8	6.384,2	2.607,5	853,2	313,5	-	-	-	-	15.500	6.333,3	21.833,3
3.3 Bolsas de Estudo	-	2.500,0	-	6.460,0	-	9.420,0	-	9.420,0	-	6,820	-	2.960,0	-	37.680	37.680,0
3.4 Implementação de Experimentos	450,0	50,0	750,0	83,4	300,0	33,3	-	-	-	-	-	-	1.500	166,7	1.666,7
4. Custos Concorrentes	<u>121,3</u>	<u>182,0</u>	<u>91,0</u>	<u>136,5</u>	<u>60,7</u>	<u>91,0</u>	<u>27,0</u>	<u>48,8</u>	-	-	-	-	<u>300</u>	<u>458,3</u>	<u>758,3</u>
5. Custos Financeiros	<u>251,7</u>	-	<u>253,3</u>	-	<u>253,3</u>	-	-	-	-	-	-	-	<u>758,3</u>	-	<u>758,3</u>
6. Reserva Técnica (Imprevistos)	<u>166,7</u>	<u>133,3</u>	<u>305,0</u>	<u>245,0</u>	<u>278,4</u>	<u>221,7</u>	<u>93,3</u>	<u>73,3</u>	-	-	-	-	<u>843,4</u>	<u>673,3</u>	<u>1.516,7</u>
TOTAL	4.050,5	4.787,8	10.134,4	10.969,7	9.643,3	13.735,2	2.073,5	10.392,3	-	7.003,3	-	3.043,3	25.901,7	49.931,6	75.833,3

/jls.

NOTAS

1. O presente projeto está sendo encaminhado para SEPLAN/SUBIN, com cópias para o Ministério da Educação e Cultura/SESu.
2. Sua elaboração seguiu as orientações constantes do capítulo V do "Guia para Formulacion de Solicitudes de Préstamos" do BID.
3. Elaboração sob responsabilidade técnica de ÂNGELA MARIA SANTANA CARVALHO e ROGÉRIO DE ANDRADE CÔRDOVA

da

Assessoria Técnica da CAPES

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior - CAPES/MEC.

Diretor Geral: Cláudio de Moura Castro

Diretor^{as} Adjunto^s: Hélio Guedes de Campos Barros

Brasília, 31 de outubro de 1.980

51

- 10 -

HISTÓRICO DO NÚMERO DE BOLSAS E AUXÍLIOS

CONDIÇÃO DE BOLSAS

Valores Correntes

ANO	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81
Número de bolsas no País	153	198	581	1 150	825	762	772	716	938	1 108	1 620	1 601	2 443	3 974	5 581	6 052	6 862	7 107	7 066
Número de bolsas no exterior	128	212	338	343	373	70	131	121	113	140	163	160	396	625	658	746	1 480	1 432	1 113
Auxílios Institucionais (em Cr\$ 1 000)	3 660	1 706	2 500	4 179	2 009	3 056	6 159	7 053	8 548	7 168	10 236	12 802	34 631	27 631	161 159	149 467	105 207	303 291	207 868

TABELA 29
 CORRELAÇÃO (SPEARMAN) ENTRE TESES
 E INDICADORES DA PÓS-GRADUAÇÃO NOS CURSOS DE
 MESTRADO – ÁREAS SELECIONADAS
 1981

	<i>Engenharia</i>	<i>Física</i>	<i>Matemática</i>	<i>Química</i>	<i>Economia</i>	<i>Administração</i>
Engenharia	0,34 ***	0,23 *	0,55 ***	0,29 **	0,48 ***	
Física	-0,17	0,63 **	0,16	0,31	0,17	
Matemática	0,21	0,05	0,21	0,29	0,35	
Química	0,08	0,43 *	0,65 ***	0,27	0,08	
Economia	-0,01	0,04	0,22	0,24	0,65 ***	
Administração	-	-	-	-	-	
Direito	-0,18	0,03	-0,22	0,80 ***	-0,23	
C. Biológicas	0,08	-0,05	0,30 **	0,07	0,20 *	
Medicina	0,39 **	-0,07	0,19 *	0,24 *	0,42 ***	
Odontologia	0,43 **	-0,18	0,18	0,01	0,04	
Farmácia	-0,77	0,36	-0,21	0,46	-0,23	
Agronomia	0,51 ***	-0,02	0,37 **	-0,18	0,65 ***	
Veterinária	0,42	-0,30	0,66 *	0,78 *	0,80 ***	
Letras	0,15	0,24	0,44 **	0,48 **	0,18	
Psicologia	-0,21	-	0,20	0,57 **	0,37	
Educação	0,18	0,14	0,02	0,26	0,51 **	

Significância:

- * \leq 0,05
- ** \leq 0,01
- *** \leq 0,001

TABELA 50
 CORRELAÇÃO (SPEARMAN) ENTRE TESES
 E INDICADORES DA PÓS-GRADUAÇÃO NOS CURSOS DE
 DOUTORADO – ÁREAS SELECIONADAS
 1981

Área	Indicadores	Relação Aluno/ Professor	Professor Visitante	Candidatos	Bolsistas/Aluno	Tempo de Criação
Engenharia		0,53 ***	-0,18	-0,01	-0,07	0,50 * * *
Física		0,36	0,56 *	0,33	0,32	0,03
Matemática		0,33	0,84 ***	0,49	0,04	0,27
Química		0,36	0,31	0,31	0,09	0,34
Economia		-0,21	-0,24	0,32	-0,74	0,50
Administração		-	-	-	-	-
Direito		0,41	-	0,39	0,74 **	-0,21
C. Biológicas		0,53 ***	-0,24 ***	0,31 *	0,04	0,46 * *
Medicina		0,31 **	0,10	-0,20	0,32 **	0,51 * *
Odontologia		-0,38	-	-0,77 **	0,47	0,52
Farmácia		-	-	-	-	-
Agronomia		0,75 *	0,77 *	0,36	-0,35	0,76 "
Veterinária		-	-	-	-	-
Letras		0,49	-0,31	-0,36	-0,34 *	0,40 *
Psicologia		-	99,00	-0,40	0,20	0,89
Educação		0,70	0,10	0,23	0,22	0,37

Significância:

- * \leq 0,05
- ** \leq 0,01
- *** \leq 0,001

TABELA 31
 Produção Científica em Número de Títulos
 e Média nas Áreas Seleccionadas - 1981

	Produção Cient. Nacional		Produção Cient. Internacional		Produção		Gini	Dim.
	Número	M	Número	M	Número	M		
Engenharia	976	12,3	398	5,0	1.374	17,4	0,66	0,66
Física	357	18,8	525	27,6	882	46,4	0,55	0,55
Matemática	99	4,7	112	5,3	211	10,0	0,52	0,52
Química	614	23,2	281	12,2	815	35,4	0,51	0,51
Geografia	209	10,9	52	2,5	281	13,4	0,51	0,41
Biologia	108	6,0	33	1,8	141	7,8	0,50	0,54
Medicina	131	6,2	30	1,4	161	7,7	0,49	0,50
Outras áreas	1.658	21,5	806	10,5	2.464	32,0	0,48	0,48
Letras	1.347	11,7	343	3,0	1.690	14,7	0,44	0,43
Arquitetura	259	9,6	41	1,5	300	11,1	0,63	0,63
Artes	78	9,7	15	1,9	93	11,6	0,41	0,41
Administração	624	23,5	108	3,1	932	26,6	0,39	0,39
Agronomia	178	16,2	27	2,4	205	18,6	0,40	0,40
Veterinária	472	11,0	125	2,9	597	14,0	0,59	0,59
Letras	105	6,2	22	1,3	127	7,5	0,57	0,57
Psicologia	344	12,7	98	3,6	442	16,4	0,41	0,41
Educação	7.099	12,8	3.016	5,4	10.715	18,2		
Total - das Áreas								
Total	7.697	12,8	3.587	4,8	11.284	17,6	0,85	18,2
Pós Graduação	9.677	19,0			3.557	4,8		18,2

TABELA

32

Produção Científica Total em Número de Títulos
e Média das Áreas Seleccionadas por Status Jurídico -- 1981

Áreas	Instituições Federais		Instituições Estaduais		Instituições Particulares	
	Número	M	Número	M	Número	M
Linguística	826	17,4	375	15,6	173	34,6
Física	397	25,6	447	111,7	126	42,6
Matemática	161	12,4	42	7,0	8	4,0
Química	399	25,9	374	53,4	52	52,0
Economia	139	9,9	39	13,0	101	25,7
Administração	70	7,0	14	7,0	57	9,5
Direito	63	9,7	61	6,1	32	8,0
C. Biológicas	1.514	31,0	934	34,6	16	16,0
Medicina	1.147	15,5	482	15,1	61	6,8
Odontologia	46	5,1	242	17,3	12	3,0
Farmácia	10	3,3	83	16,6	-	-
Zoologia	751	30,0	181	18,1	-	-
Veterinária	202	18,6	3	3,0	-	-
Letras	255	14,1	187	11,0	155	19,4
Psicologia	39	9,7	38	9,5	50	5,5
Educação	251	16,7	73	18,2	118	14,7
Total destas áreas	6.125	15,7	3.575	22,3	963	15,1
	6.125	15,7	3.575	22,3	963	15,1
Total da Pós-Graduação	7.403	17,4	4.288	19,4	1.283	14,6

TABELA 33

DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA POR NÍVEL DE
 AVALIAÇÃO NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DAS ÁREAS
 SELECIONADAS - 1981

Nível Médio Área	A		B		C		D		E		SA	
	Produção	Nº	Produção	Nº	Produção	Nº	Produção	Nº	Produção	Nº	Produção	Nº
Contabilidade	809	21	185	13	229	23	50	11	35	7	66	4
Educação	676	9	109	4	24	2	2	1	2	2	69	1
Engenharia	116	7	19	3	31	3	27	3	14	4	4	1
Geografia	451	8	22	3	174	5	1	1	0	1	167	5
Economia	152	9	85	8	14	1	3	1	27	2	-	-
Administração	70	4	21	3	11	2	31	5	8	3	0	1
Direito	35	1	94	13	4	3	18	3	10	1	-	-
Biológicas	1.149	17	311	14	455	19	387	18	41	3	118	6
Medicina	538	22	501	25	454	35	159	17	11	7	24	9
Odontologia	224	14	31	3	39	5	1	4	-	-	5	1
Farmácia	18	3	19	1	49	3	-	-	-	-	7	1
Zoologia	397	14	106	8	285	9	-	-	-	-	144	4
Veterinária	52	3	29	2	111	4	13	2	-	-	-	-
Letras	223	14	111	14	138	8	30	2	13	4	0	1
Psicologia	87	4	27	3	9	3	4	1	3	3	5	2
Letras e Ciências	1150	7	110	38	68	6	273	3	255	3	-	-
Total destas Áreas	5.167	167	1.600	127	2.115	131	775	72	189	39	701	36
Total da Pós-Graduação	6.194	207	2.537	175	2.425	171	978	91	196	44	701	37

DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS QUE ABANDONARAM O CURSO POR "ÁREA DE CONHECIMENTO"

ÁREA \ ANO	1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980	
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
Economia	28	-	23	-	24	03	16	01	44	02	45	01	168	04
Engenharia	3700	37	623	15	346	01	762	10	1363	77	897	40	870	45
Administração	152	-	30	-	152	01	55	-	60	08	289	20	237	-
Direito	152	11	172	07	282	21	69	09	684	09	621	104	330	08
Medicina	65	06	75	01	100	02	84	05	69	04	386	88	304	16
Odontologia	09	-	13	-	16	-	05	-	17	-	91	-	52	-
Veterinaria	19	-	07	-	06	-	02	-	15	-	-	-	08	-
Ciências Exatas	1656	54	269	11	295	23	395	36	665	133	568	119	475	31
Prof. Agro-Indust.	480	11	63	66	102	02	124	04	261	34	262	31	190	06
Ciências Biológicas	356	24	59	06	50	12	110	24	476	237	410	248	288	125
Ciências Sociais e Humanas	857	01	253	-	329	03	368	07	688	18	602	10	964	11
Letras	680	29	176	05	203	04	304	02	702	03	463	15	227	10
Educação	607	-	145	-	115	-	260	-	676	-	480	-	220	04
Matemática	198	05	73	02	64	11	149	08	126	07	156	16	122	06
Química	49	04	38	03	15	02	29	11	18	07	36	03	22	04
Física	65	10	56	-	50	07	54	16	72	11	467	157	180	23
Psicologia	47	01	40	-	70	-	38	02	34	03	266	02	118	02
Farmácia	04	-	07	-	02	-	-	-	-	-	73	10	69	-

EVOLUÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO DAS DESISTÊNCIAS NA PÓS-GRADUAÇÃO
POR ÁREA DE CONHECIMENTO E NÍVEL - 1975-1981

ANO \ ÁREA	1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981	
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
ENGENHARIA	-84	-60	-45	-94	120	300	78	670	-35	-49	-04	12	52	-31
FÍSICA	-14	-	-11	-	08	128	33	-32	548	36	-62	-86	-86	-17
MATEMÁTICA	-64	-60	-13	450	132	-28	-16	-13	23	128	-22	-63	30	133
QUÍMICA	-23	-25	-61	-34	93	450	-38	-37	100	-58	-39	33	186	125
ECONOMIA	-18	-	04	-	-34	-66	175	100	02	-50	273	300	-0,6	-50
ADMINISTRAÇÃO	-81	-	406	-	-64	-	09	-	381	150	-18	-	108	-
DIREITO	13	-37	63	200	-76	-58	891	00	-10	11	-47	-93	14	01
C. BIOLÓGICAS	-84	-75	-16	100	120	100	332	887	-14	04	-30	-50	-49	-90
MEDICINA	15	-84	33	100	-16	150	-18	-20	459	2100	-22	-82	-15	125
ODONTOLOGIA	44	-	23	-	-69	-	240	-	435	-	-43	-	-27	-
FARMÁCIA	75	-	-72	-	-	-	-	-	-	-	-06	-	84	-
AGRONOMIA	-82	17	60	-86	-19	100	07	800	125	-05	-13	-76	-63	-50
VETERINÁRIA	-64	-	-15	-	-67	-	650	-	-	-	-	-	13	-
LETRAS	-75	-83	15	-20	49	-50	130	50	-35	400	-51	-34	-07	-30
PSICOLOGIA	-15	-	75	-	-46	-	-11	50	682	-34	-56	00	-08	550
EDUCAÇÃO	-77	-	-21	-	126	-	160	-	-29	-	-55	-	80	-75
TOTAL DESTAS ÁREAS	-75	-70	-01	63	27	01	121	886	09	01	-31	-52	14	-39
TOTAL DA PÓS-GRADUAÇÃO	-80	-82	-03	44	78	41	92	548	-22	-10	-07	-83	11	-31

DISTRIBUIÇÃO DE DESISTÊNCIAS NA PÓS-GRADUAÇÃO POR ÁREA DE CONHECIMENTO POR NÍVEL - 1974-1981.

ÁREA \ ANO	1 9 7 4		1 9 7 5		1 9 7 6		1 9 7 7		1 9 7 8		1 9 7 9		1 9 8 0		1 9 8 1	
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
ENGENHARIA	3700	37	623	15	346	01	762	10	1363	77	897	40	870	45	1319	31
FÍSICA	65	10	56	-	50	07	54	16	72	11	467	15	180	23	25	19
MATEMÁTICA	198	05	73	02	64	11	149	08	126	07	156	16	122	06	159	14
QUÍMICA	49	04	38	03	15	02	29	11	18	07	36	03	22	04	63	09
ECONOMIA	28	-	23	-	24	03	16	01	44	02	45	01	168	04	136	02
ADMINISTRAÇÃO	152	-	30	-	152	01	55	-	60	08	289	20	237	-	493	00
DIREITO	152	11	172	07	282	21	69	09	684	09	621	10	330	08	377	05
C. BIOLÓGICAS	356	24	59	06	50	12	110	24	476	237	410	248	288	125	148	13
MEDICINA	65	05	75	01	100	02	84	05	69	04	386	88	304	16	257	36
ODONTOLOGIA	09	-	13	-	16	-	05	-	17	-	91	-	52	-	38	00
FARMÁCIA	04	-	07	-	02	-	-	-	-	-	73	10	69	-	11	00
AGRONOMIA	257	06	45	07	72	01	58	02	62	18	140	17	121	04	45	02
VETERINÁRIA	19	-	07	-	06	-	02	-	15	-	-	-	52	-	38	00
LETRAS	680	29	176	05	203	04	304	02	702	03	463	15	227	10	211	07
PSICOLOGIA	47	01	40	-	70	-	38	02	34	03	266	02	118	02	108	13
EDUCAÇÃO	607	-	145	-	115	-	260	-	676	-	480	-	220	04	397	01
TOTAL DESTAS ÁREAS	6388	133	1582	40	1567	65	1995	66	4418	519	4820	484	3336	251	3796	152
TOTAL DA PÓS-GRADUAÇÃO	9524	271	1910	48	1856	69	3311	97	6363	629	4959	523	4608	255	5117	175

T A B E L A 615

PROJEÇÃO DE ALUNOS VINCULADOS NOS
NOS CURSOS DE DOUTORADO
1982-1986

ÁREA	1 9 8 2	1 9 8 3	1 9 8 4	1 9 8 5	1 9 8 6
ENGENHARIA	569	658	764	883	1022
FÍSICA	298	319	342	367	393
MATEMÁTICA	222	239	256	275	296
QUÍMICA	294	335	382	436	497
ECONOMIA	135	153	173	196	222
ADMINISTRAÇÃO	89	98	108	119	132
DIREITO	147	195	264	357	483
C. BIOLÓGICAS	1009	1169	1354	1568	1816
MEDICINA	714	799	893	998	1116
ODONTOLOGIA	100	112	126	141	157
FARMÁCIA	-	-	-	-	-
AGRONOMIA	188	206	226	247	271
VETERINÁRIA	14	16	18	20	22
LETRAS	398	439	484	534	589
PSICOLOGIA	182	202	224	249	275
EDUCAÇÃO	124	170	232	317	433
TOTAL DESTAS ÁREAS	4483	5110	5846	6707	7724
TOTAL DA PÓS-GRADUAÇÃO	5274	6012	6878	7891	9655

T A B E L A 62 51

PROJEÇÃO DE ALUNOS VINCULADOS
NOS CURSOS DE MESTRADO
1982-1986

ÁREA	1 9 8 2	1 9 8 3	1 9 8 4	1 9 8 5	1 9 8 6
ENGENHARIA	5673	6161	6691	7266	7891
FÍSICA	860	969	1092	1231	1387
MATEMÁTICA	1122	1228	1343	1470	1608
QUÍMICA	759	806	856	910	966
ECONOMIA	1615	1825	2062	2330	2633
ADMINISTRAÇÃO	1891	1932	1975	2018	2062
DIREITO	2419	2819	3284	3825	4457
C. BIOLÓGICAS	2395	2521	2655	2796	2944
MEDICINA	3009	3294	3608	3951	4326
ODONTOLOGIA	625	697	778	867	967
FARMÁCIA	194	211	228	247	266
AGRONOMIA	1146	1211	1279	1350	1426
VETERINÁRIA	355	368	382	397	412
LETRAS	2230	2275	2321	2367	2415
PSICOLOGIA	1507	1652	1810	1984	2174
EDUCAÇÃO	3293	3540	3805	4091	4397
TOTAL DESTAS ÁREAS	29093	31509	34169	37100	40065
TOTAL DA PÓS-GRADUAÇÃO	37299	40396	43806	47564	51365

EVOLUÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ALUNOS VINCULADOS POR ÁREA DE CONHECIMENTO NA PÓS-GRADUAÇÃO

ANO \ ÁREA	1973		1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981	
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
ENGENHARIA			-	-	02	74	01	69	01	53	01	-13	-01	11	1	29	01	-01
FÍSICA			-	-	21	99	16	08	15	38	24	16	-24	-03	08	08	-10	-23
MATEMÁTICA			-	-	-13	84	25	20	48	75	19	04	-24	13	01	-02	03	02
QUÍMICA			-	-	-23	91	17	-02	23	24	30	11	-29	-01	53	74	-29	-22
ECONOMIA			-	-	-	-	88	-	-03	-98	02	8100	07	15	21	14	37	11
ADMINISTRAÇÃO			-	-	64	-	43	133	43	-86	-79	1300	-07	68	46	64	08	05
DIREITO			-	-	103	503	-33	-	52	100	-35	98	125	-24	-13	-	03	67
C. BIOLÓGICAS			-	-	02	79	07	14	04	39	17	09	04	17	03	04	-0,1	12
MEDICINA			-	-	80	09	21	132	14	263	-07	75	08	-03	15	16	06	31
ODONTOLOGIA			-	-	45	-	14	21	51	04	-05	-33	-05	237	-03	-	17	67
FARMÁCIA			-	-	42	-	11	-	07	-	21	-	01	-	10	100	-02	-
AGRONOMIA			-	-	31	73	40	-10	10	20	15	29	-10	09	-41	-03	-06	12
VETERINÁRIA			-	-	67	-	09	-	40	233	-0,2	50	-33	-33	06	10	01	18
LETRAS			-	-	04	216	03	-13	15	62	-0,3	113	05	0,3	-14	-04	01	06
PSICOLOGIA			-	-	65	04	28	128	28	98	20	04	-03	58	-03	-06	06	-06
EDUCAÇÃO			-	-	140	-	10	-	16	343	15	-35	-16	140	09	60	11	18
TOTAL DESTAS ÁREAS			-	-	57	98	12	15	19	39	07	27	0,2	09	02	13	03	05
TOTAL DA PÓS-GRADUAÇÃO			-	-	53	142	10	09	18	46	05	18	09	09	04	15	03	08

DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS VINCULADOS POR ÁREA DE CONHECIMENTO - 1974-1981.

ANO \ ÁREA	1973		1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981	
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
ENGENHARIA			1821	88	3040	153	3332	259	3572	397	5097	345	5075	384	5150	494	5224	491
FÍSICA			515	101	626	201	724	57	1116	113	1340	118	1299	186	1295	175	1375	165
MATEMÁTICA			677	45	586	83	732	100	1085	175	1294	182	980	206	993	202	1026	207
QUÍMICA			636	74	488	142	573	139	705	172	917	191	654	190	1003	331	715	258
ECONOMIA			-	-	431	-	810	60	789	01	808	82	863	94	1046	107	1429	119
ADMINISTRAÇÃO			371	-	609	06	871	14	1249	02	253	28	1167	47	1706	77	1850	81
DIREITO			766	30	1558	181	1041	-	1582	64	1026	127	2313	96	2022	100	2077	107
C. BIOLÓGICAS			702	205	1640	368	1753	419	1821	584	2123	638	2206	745	2277	777	2274	872
MEDICINA			893	93	1608	101	1952	234	2220	247	2074	433	2245	420	2583	486	2748	639
ODONTOLOGIA			220	-	320	19	366	23	551	24	521	16	495	54	481	54	561	90
FARMÁCIA			81	-	115	-	128	-	137	-	166	05	168	05	184	10	180	10
AGRONOMIA			858	60	1126	104	1582	94	1745	113	2002	146	1958	159	1161	154	1086	172
VETERINÁRIA			187	-	312	-	340	03	476	10	475	15	319	10	338	11	342	13
LETRAS			1948	37	2019	117	2077	102	2380	165	2374	352	2493	353	2156	339	2187	361
PSICOLOGIA			414	24	682	25	872	57	1116	13	1340	118	1299	186	1295	175	1345	165
EDUCAÇÃO			848	-	2037	-	2235	07	2603	31	3001	20	2531	48	2754	77	3063	91
TOTAL DESTAS ÁREAS			10937	757	17197	1500	19288	1727	22862	2397	24503	3044	25552	3331	25996	3755	26900	3954
TOTAL DA PÓS-GRADUAÇÃO			14441	771	22107	1870	24214	2041	28555	2977	30105	3526	32767	3841	34190	4419	35387	4783

T A B E L A 5

PROJEÇÃO DO NÚMERO DE CANDIDADOS
NOS CURSOS DE DOUTORADO

1982-1986

ÁREA	1982	1983	1984	1985	1986
ENGENHARIA	312	338	367	397	431
FÍSICA	122	142	165	192	223
MATEMÁTICA	69	74	80	86	93
QUÍMICA	153	169	186	205	226
ECONOMIA	58	66	75	85	96
ADMINISTRAÇÃO	57	71	88	110	136
DIREITO	90	128	182	257	364
C. BIOLÓGICAS	278	290	301	313	326
MEDICINA	273	309	350	396	448
ODONTOLOGIA	76	82	88	95	102
FARMÁCIA	-	-	-	-	-
AGRONOMIA	67	70	74	77	81
VETERINÁRIA	7	8	9	10	12
LETRAS	120	129	138	148	159
PSICOLOGIA	18	20	23	25	29
EDUCAÇÃO	81	98	119	143	174
TOTAL DESTAS ÁREAS	1.781	1.994	2.245	2.539	2.900
TOTAL DA PÓS-GRADUAÇÃO	2.071	2.319	2.610	2.952	3.372

T A B E L A. 58

PROJEÇÃO DOS NÚMEROS DE CANDIDATOS
NOS CURSOS DE MESTRADO

1982-1986

ÁREA	1982	1983	1984	1985	1986
ENGENHARIA	4 670	4 936	5 217	5 515	5 829
FÍSICA	467	495	525	557	590
MATEMÁTICA	621	611	600	590	580
QUÍMICA	541	587	637	691	750
ECONOMIA	1 965	2 106	2 257	2 418	2 591
ADMINISTRAÇÃO	1 403	1 483	1 567	1 656	1 751
DIREITO	1 421	1 560	1 713	1 881	2 065
C. BIOLÓGICAS	1 500	1 635	1 782	1 942	2 117
MEDICINA	1 164	1 234	1 308	1 386	1 469
ODONTOLOGIA	438	505	584	674	779
FARMÁCIA	159	165	172	179	186
AGRONOMIA	716	694	673	653	634
VETERINÁRIA	182	191	200	210	220
LETRAS	886	870	854	839	824
PSICOLOGIA	699	724	751	777	805
EDUCAÇÃO	1 503	1 545	1 588	1 633	1 678
TOTAL DESTAS ÁREAS	18 335	19 341	20 428	21 601	22 868
TOTAL DA PÓS-GRADUAÇÃO	22 919	24 176	25 535	27 001	28 585

TABELA 58
EVOLUÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO NÚMERO DE CANDIDATOS
POR "ÁREA DE CONHECIMENTO" NA PÓS-GRADUAÇÃO

ANO \ ÁREA	1973		1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981	
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
ENGENHARIA	-	-	30	31	19	36	2	-29	0,3	-7	43	8	-13	-6	20	11	6	197
FÍSICA	-	-	-14	14	16	31	0,3	133	10	261	23	1	-20	-78	10	120	13	22
MATEMÁTICA	-	-	14	183	7	50	-15	41	-4	8	5	-33	6	23	-13	-25	11	33
QUÍMICA	-	-	-4	-6	-2	32	105	-57	-4	-17	14	10	-1	3	11	45	59	189
ECONOMIA	-	-	-2	50	19	80	69	41	-21	97	29	-31	37	11	-31	-57	10	104
ADMINISTRAÇÃO	-	-	704	-	-7	-	22	-	-6	-51	-3	-95	53	200	-24	200	-8	411
DIREITO	-	-	44	260	-6	11	-1	50	-55	-95	118	33	-22	150	26	70	9	276
C. BIOLÓGICAS	-	-	7	48	20	14	37	9	-22	-4	40	45	-29	-70	44	165	-16	37
MEDICINA	-	-	31	8	54	-9	30	118	-17	-37	15	82	5	17	16	29	-13	-12
ODONTOLOGIA	-	-	-50	118	125	-23	38	-30	-8	-	-14	-	54	346	-45	-24	68	39
FARMÁCIA	-	-	-24	-	144	-	20	-	70	-	273	-	20	-	17	67	33	-
AGRONOMIA	-	-	34	100	11	27	13	-35	-30	-2	50	27	-12	-45	-28	95	-11	-11
VETERINÁRIA	-	-	23	-	30	-	112	-	20	-	33	-45	-40	-66	14	150	-28	20
LETRAS	-	-	80	-3	-22	-	4	-35	21	-55	-33	588	-3	76	0,1	-18	-0,1	26
PSICOLOGIA	-	-	38	-	46	-	97	-	-29	180	17	82	30	-61	1	85	-1	-57
EDUCAÇÃO	-	-	47	-	-14	-	28	-	-13	-35	-2	191	-28	-84	22	1100	10	12
TOTAL DESTAS ÁREAS	-	-	39	31	6	26	11	17	-14	8	21	19	-2	-22	1	36	2	43
TOTAL DA PÓS-GRADUAÇÃO	-	-	23	33	0,1	20	4	20	-4	12	9	11	-7	-23	18	56	1	44

TABELA 55
DISTRIBUIÇÃO DE CANDIDATOS POR "ÁREA DE CONHECIMENTO"

ANO \ ÁREA	1973		1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981	
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
ENGENHARIA	1 758	73	2 279	96	2 713	130	2 780	92	2 787	86	3 975	93	3 465	87	4 167	97	4 418	288
FÍSICA	329	14	282	16	328	21	329	49	361	77	445	79	357	39	391	86	440	105
MATEMÁTICA	566	12	646	34	694	31	590	72	584	78	615	52	653	64	568	48	632	64
QUÍMICA	169	67	162	63	158	83	324	35	310	29	354	32	351	33	313	48	499	139
ECONOMIA	884	10	863	15	1 030	27	1 737	38	1 368	75	1 759	52	2 416	58	1 668	25	1 834	51
ADMINISTRAÇÃO	151	-	1 214	-	1 126	-	1 377	41	1 292	20	1 257	01	1 918	3	1 450	09	1 327	46
DIREITO	1 819	10	2 627	36	2 476	40	1 250	60	557	03	1 214	04	942	10	1 187	17	1 294	64
C. BIOLÓGICAS	846	94	904	139	1 085	159	1 486	174	1 154	167	1 612	243	1 138	74	1 637	196	1 376	268
MEDICINA	414	74	542	80	837	73	1 092	159	902	100	1 034	182	1 081	213	1 258	274	1 098	241
ODONTOLOGIA	212	16	107	35	241	27	333	19	307	-	264	15	406	67	225	51	379	71
FARMÁCIA	33	-	25	-	61	-	73	-	22	-	82	-	98	06	115	10	153	16
AGRONOMIA	787	28	1 057	56	1 172	71	1 319	46	923	45	1 310	67	1 153	37	830	78	738	64
VETERINÁRIA	66	-	81	-	105	-	223	-	267	11	354	06	212	02	241	05	174	06
LETRAS	784	33	1 409	31	1 102	31	1 150	20	1 391	09	929	62	926	109	964	89	902	112
PSICOLOGIA	157	-	216	-	316	-	623	10	443	28	521	51	676	20	682	37	675	16
EDUCAÇÃO	1 090	-	1 608	-	1 380	-	1 771	17	1 536	11	1 508	32	1 087	05	1 328	60	1 462	67
TOTAL DESTAS ÁREAS	10 065	431	14 022	566	14 824	713	16 457	832	14 204	839	17 233	1 071	16 879	827	17 024	1 124	17 401	1 602
TOTAL DA PÓS-GRADUAÇÃO	15 165	459	18 658	610	18 684	733	19 401	880	18 539	988	20 251	1 101	18 759	839	22 164	1 311	22 388	1 886

T A B E L A 51

PROJEÇÃO DO NÚMERO DE DOUTORES
POR ÁREA DE CONHECIMENTO - 1982-1986

ÁREA	1 9 8 2	1 9 8 3	1 9 8 4	1 9 8 5	1 9 8 6
ENGENHARIA	69	32	74	59	58
FÍSICA	52	111	63	27	49
MATEMÁTICA	20	16	7	9	10
QUÍMICA	22	24	32	33	31
ECONOMIA	8	5	1	4	6
ADMINISTRAÇÃO	2	1	3	5	6
DIREITO	8	10	3	18	10
C. BIOLÓGICAS	107	111	59	119	116
MEDICINA	78	59	55	67	66
ODONTOLOGIA	8	1	25	17	33
FARMÁCIA	-	-	-	-	-
AGRONOMIA	33	13	29	23	22
VETERINÁRIA	1	1	3	3	3
LETRAS	5	15	28	21	25
PSICOLOGIA	10	22	7	15	4
EDUCAÇÃO	1	4	4	3	3
TOTAL DESTAS ÁREAS	424	425	393	423	442

T A B E L A 49-50

PROJEÇÃO DO NÚMERO DE MESTRES POR
ÁREA DE CONHECIMENTO - 1982-1986

ÁREA	1 9 8 2	1 9 8 3	1 9 8 4	1 9 8 5	1 9 8 6
ENGENHARIA	448	578	485	489	492
FÍSICA	107	182	128	92	97
MATEMÁTICA	152	116	68	87	99
QUÍMICA	103	81	109	112	119
ECONOMIA	109	110	87	130	129
ADMINISTRAÇÃO	115	109	130	130	142
DIREITO	129	159	235	167	282
C. BIOLÓGICAS	374	307	382	361	355
MEDICINA	415	301	359	387	424
ODONTOLOGIA	111	58	111	94	116
FARMÁCIA	59	45	57	41	38
AGRONOMIA	229	179	151	160	152
VETERINÁRIA	52	61	55	52	46
LETRAS	286	188	182	195	179
PSICOLOGIA	112	172	151	109	155
EDUCAÇÃO	243	252	224	232	240
TOTAL DESTAS ÁREAS	3080	2898	2914	2838	3065
TOTAL DA DCS-CRA-	4650	3614	4397	4194	4135

DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS TITULADOS NA PÓS-GRADUAÇÃO POR ÁREA DE CONHECIMENTO E NÍVEL - 1974-1981

ÁREA \ ANO	1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981		TOTAL	
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
ENGENHARIA	302	06	299	10	347	05	324	28	390	63	235	55	590	69	555	50	4901	286
FÍSICA	75	20	93	13	79	28	169	22	96	17	133	34	108	36	98	54	1134	257
MATEMÁTICA	61	06	73	05	73	10	135	22	119	26	125	10	107	23	132	11	1152	156
QUÍMICA	55	15	68	23	56	28	99	22	67	51	94	27	104	19	109	32	904	294
ECONOMIA	07	-	26	01	30	02	88	04	49	03	132	04	59	04	116	09	719	27
ADMINISTRAÇÃO	09	-	12	01	36	-	108	-	64	-	89	-	97	01	103	02	417	04
DIREITO	02	-	06	-	25	01	30	-	37	02	37	02	82	10	112	09	664	34
C. BIOLÓGICAS	141	40	239	45	234	67	328	93	344	121	215	79	385	175	389	118	2800	893
MEDICINA	48	09	91	09	134	09	369	47	668	46	369	87	281	53	371	48	2496	354
ODONTOLOGIA	34	-	36	-	65	01	88	02	70	-	95	07	121	-	117	08	691	18
FARMÁCIA	05	-	17	-	13	-	21	-	30	-	51	10	32	03	63	00	247	16
AGRONOMIA	123	04	158	07	264	09	378	19	742	31	167	15	294	28	248	32	3324	148
VETERINÁRIA	34	-	59	02	58	-	115	01	115	01	01	-	57	05	77	01	647	10
LETRAS	67	05	159	08	120	11	190	19	258	12	139	03	292	48	276	51	1700	167
PSICOLOGIA	26	-	53	01	43	03	87	03	40	01	149	09	87	22	109	14	615	53
EDUCAÇÃO	332	-	241	-	162	-	276	-	383	01	153	-	291	03	235	07	2225	11
TOTAL DESTAS ÁREAS	1091	105	1630	125	1739	174	2805	282	3472	375	2184	292	2987	499	3110	446	19650	2441
TOTAL DA PÓS-GRADUAÇÃO	1245	120	2171	138	2199	188	2907	316	3885	376	2327	362	4121	554	4859	509	23831	2807

T A B E L A - 56

PROJEÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS NOVOS MATRICULADOS
EM DOUTORADO POR ÁREA DE CONHECIMENTO E NÍVEL

1982-1986

ÁREA	1982		1983		1984		1985		1986	
	ENGENHARIA	1 481	123	1 490	140	1 500	158	1 510	180	1 520
FÍSICA	247	78	253	80	258	82	264	84	269	86
MATEMÁTICA	309	33	329	26	350	21	371	17	394	13
QUÍMICA	204	42	217	41	232	41	247	40	263	40
ECONOMIA	341	22	359	28	379	36	399	46	420	58
ADMINISTRAÇÃO	565	35	616	42	672	52	733	64	799	79
DIREITO	928	71	1 037	89	1 159	112	1 297	171	1 450	177
C. BIOLÓGICAS	582	149	610	148	639	146	669	145	701	144
MEDICINA	703	153	771	154	846	154	928	155	1 018	155
ODONTOLOGIA	209	240	229	471	251	923	275	1 807	302	3 539
FARMÁCIA	46	-	47	-	49	-	50	-	-	-
AGRONOMIA	312	51	296	57	280	65	266	73	252	82
VETERINÁRIA	80	3	70	4	62	7	55	5	48	6
LETRAS	464	91	481	117	499	150	517	193	536	248
PSICOLOGIA	328	9	347	9	366	9	387	10	408	10
EDUCAÇÃO	662	28	687	26	712	24	738	22	765	21
TOTAL DESTAS ÁREAS	7 461	1 128	7 839	1 432	8 254	1 977	8 706	2 982	9 145	4 862
TOTAL DA PÓS-GRADUAÇÃO	8 989	1 359	9 678	1 725	10.190	2 382	10 748	3 593	11290	5 858

52

T A B E L A

PROJEÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS NOVOS MATRICULADOS
EM MESTRADO POR ÁREA DE CONHECIMENTO - 1982-1986

ÁREA	1 9 8 2	1 9 8 3	1 9 8 4	1 9 8 5	1 9 8 6
ENGENHARIA	1481	1490	1500	1510	1520
FÍSICA	247	253	258	264	269
MATEMÁTICA	309	329	350	371	394
QUÍMICA	204	217	232	247	263
ECONOMIA	341	359	379	399	420
ADMINISTRAÇÃO	565	616	672	733	799
DIREITO	928	1037	1159	1297	1450
C. BIOLÓGICAS	582	610	639	669	701
MEDICINA	703	771	846	928	1018
ODONTOLOGIA	209	229	251	275	302
FARMÁCIA	46	47	49	50	51
AGRONOMIA	312	296	280	266	252
VETERINÁRIA	80	70	62	55	48
LETRAS	464	481	499	517	536
PSICOLOGIA	328	347	366	387	408
EDUCAÇÃO	662	7687	712	738	765
TOTAL DESTAS ÁREAS	7461	7839	8254	8706	9145
TOTAL DA PÓS-GRADUAÇÃO	8989	9678	10190	10748	11290

DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS NOVOS MATRICULADOS POR ÁREA DE CONHECIMENTO POR NÍVEL - 1973-1981.

ANO \ ÁREA	1973		1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981	
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
ENGENHARIA	1300	29	1291	58	1598	49	1662	92	1623	74	2063	127	1466	60	1752	137	1471	109
FÍSICA	253	18	193	78	282	81	253	46	267	81	455	174	319	99	231	42	242	76
MATEMÁTICA	622	16	361	47	280	54	352	36	319	19	505	89	386	71	227	30	291	41
QUÍMICA	230	28	155	22	148	43	177	30	175	30	214	30	181	33	142	43	192	44
ECONOMIA	249	04	125	09	158	23	130	25	286	23	272	39	275	25	217	06	324	18
ADMINISTRAÇÃO	285	-	252	-	343	08	331	14	343	08	306	21	459	19	435	05	519	29
DIREITO	348	29	613	20	575	20	431	12	380	15	469	05	690	28	499	16	830	57
C. BIOLÓGICAS	297	13	502	155	441	150	525	145	490	139	575	145	473	76	588	155	555	151
MEDICINA	831	66	399	48	446	67	494	77	421	75	675	177	741	135	538	126	641	152
ODONTOLOGIA	112	-	73	-	125	27	247	19	161	-	252	05	191	40	100	02	91	03
FARMÁCIA	58	03	24	-	61	-	46	-	34	-	66	-	50	05	63	04	45	00
AGRONOMIA	141	07	425	51	530	55	659	43	499	35	613	60	498	27	390	57	329	45
VETERINÁRIA	52	02	55	19	58	35	26	-	125	08	167	05	86	01	101	01	91	03
LETRAS	660	20	618	27	521	24	510	28	716	14	470	44	456	80	487	60	448	71
PSICOLOGIA	142	-	177	12	198	27	315	07	224	21	344	45	303	15	217	31	311	09
EDUCAÇÃO	334	-	848	-	918	-	585	14	675	12	818	19	695	05	720	35	639	30
TOTAL DE DESISTÊNCIAS	5194	235	611	547	6682	663	6743	588	6738	554	8344	985	7269	719	6707	750	7119	958
TOTAL DA PÓS-GRADUAÇÃO	7549	775	7881	571	8445	731	8693	684	8464	656	10109	989	7861	866	9558	1065	9119	1169

LAÇÃO DO CORPO DOCENTE
participação P.T.C.D.
ÁREA DE CONHECIMENTO

D.C.T.	D.S.T.	T.T.M.	T.T.D.	T.T.
82	678	208	11	119
135	843	110	17	124
237	1.028	141	26	167
698	2.580	288	76	340
44	1.112	124	13	118
374	1.400	203	57	260
1.750	5.382	783	203	982
776	1.203	170	49	219
1.559	2.429	544	239	781
1.558	3.622	603	253	866
774	1.404	338	139	476
671	739	223	83	304
368	2.166	182	22	204
573	1.185	255	125	381
708	1.080	271	164	434
1.048	1.936	445	126	576
823	1.973	468	97	491
259	374	110	43	174
538	765	216	177	393
346	631	143	86	229
338	312	105	45	150
1.193	1.035	328	175	507
267	681	169	55	220
112	393	75	5	80
81	527	48	21	69
15.312	35.478	6.550	2.307	8.664

7abulo 03

DISTRIBUIÇÃO DA TITULIDADE, EST. SOCIO ECON. CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DAS UNIVERSIDADES, POR

ÁREAS	T.D.	M.	D.
ARQUITETURA	750	39	33
ARTES: COMUNICAÇÃO/MÚSICA	908	81	54
BIBLIOTECONOMIA	1.265	132	105
ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, EST. SOCIO ECON. CIÊNCIAS CONTÁBEIS	3.197	514	162
EDUCAÇÃO FÍSICA	995	33	7
ENFERMAGEM/FARMÁCIA/NUTRIÇÃO	2.038	217	160
MEDICINA	7.128	794	952
ODONTOLOGIA	2.014	245	541
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	4.026	773	788
ENGENHARIAS	7.629	1.071	450
LETRAS	2.170	564	261
VETERINÁRIA	2.930	415	290
DIREITO	2.553	127	242
MATEMÁTICA	1.755	420	151
QUÍMICA	1.785	405	311
EDUCAÇÃO	3.113	1.074	275
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	2.758	435	329
GEOCIÊNCIAS	656	206	85
FÍSICA	1.300	327	209
CIÊNCIAS EXATAS	1.176	189	157
AGRONOMIA	651	177	163
PROF. AGRO-INDUSTRIAIS	1.221	659	533
PSICOLOGIA	993	194	73
SERVIÇO SOCIAL	409	63	49
MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA	340	56	27
T O T A L	53.760	9.210	6.407

70... 46 UIC

TABELA 12 - EVOLUÇÃO DO CORPO DOCENTE DE ENSINO SUPERIOR SEGUNDO A NATUREZA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DAS INSTITUIÇÕES - 1972/80

ANOS	NATUREZA DA INSTITUIÇÃO				DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				TOTAL	%
	Universidades	%	ISOLADAS E FEDERAÇÕES	%	Públicas	%	PARTICULARES	%		
1972	34.106	-	24.172	-	32.438	-	25.840	-	58.278	-
1973	35.600	4,3	29.987	24,0	34.100	5,1	31.487	21,9	65.587	12,5
1974	41.931	17,9	33.950	13,2	40.974	20,2	34.957	11,0	75.931	15,8
1975	46.031	9,6	37.355	10,00	46.195	12,7	37.191	6,4	83.386	9,8
1976	49.431	7,3	35.813	-4,1	45.680	-1,1	39.564	6,4	85.244	2,2
1977	55.270	11,8	38.380	7,2	50.258	10,0	43.392	9,7	93.650	9,9
1978	55.183	-0,2	38.746	1,0	49.402	-1,7	44.527	2,6	93.929	0,3
1979	63.325	14,7	40.469	4,4	57.675	16,7	46.119	3,6	103.794	10,5
1980*	68.000	7,3	42.000	3,7	62.000	7,4	48.000	4,0	110.000	5,9

FONTE: CCDEAC/SESu - Boletim Informativo SESu - Coletânea de Dados Estatísticos, 1981

* Dados Estimados

FF - 45

TABELA 9 - EVOLUÇÃO DAS CONCLUSÕES DE GRADUAÇÃO, POR ÁREA DE CONHECIMENTO

ANO	CIÊNC. EXATAS E TECNOLÓGICAS	CIÊNC. BIOLÓG. E PROFIS. DA SAÚDE	CIÊNC. AGRÁRIAS	CIÊNC. HUMANAS	LETRAS	ARTES
1974	26360.0	21578.0	3000.00	80301.	16456.0	2483.00
1975	28700.0	22600.0	3300.00	85900.	14000.0	3100.00
1976	30903.0	23604.0	3317.00	88257.	15250.0	4627.00
1977	34523.0	25024.0	4403.00	96125.	13989.0	5509.00
1978	38628.0	26300.0	4642.00	106397.	12317.0	6066.00
1979	41467.0	27714.0	5483.00	118031.	13937.0	5782.00
1980	45000.0	29500.0	6500.00	130000.	14000.0	6000.00

FONTE: CODEAC/Sesu. - Boletim Informativo SESu - Coletânea de Dados Estatísticos. MEC, 1981.

- 26 - 11/81

**TOTAL DO Nº DE CURSOS E ALUNOS DA
GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
1960 - 1981**

Ano	GRADUAÇÃO				PÓS-GRADUAÇÃO			
	Cursos	Δ% anual	Alunos	Δ% anual	Cursos	Δ% anual	Alunos	Δ% anual
1960	1.115		93.202					
1961	1.236	74	98.892	6				
1962	1.345	8	107.299	8				
1963	1.227	-9	124.214	16				
1964	1.257	2	142.386	15				
1965	1.224	-3	155.781	9	36			
1966	1.304	6	130.109	16	43	19		
1967	1.449	11	212.882	18	57	33		
1968	1.712	18	278.295	31	93	63		
1969	2.023	18	342.886	23	125	34	1.352	
1970	2.166	7	456.134	24	228	82	3.068	126
1971	2.620	20	575.010	26	362	50	5.690	85
1972	13.124	19	709.316	23	462	27	8.960	57
1973	3.216	2	820.493	16	552	19	10.887	21
1974	3.774	4	897.200	9	610	10	15.212	39
1975	3.602	7	967.000	8	673	10	22.245	46
1976	3.744	3	1.042.472	8	764	13	26.255	18
1977	3.753	0	1.137.070	9	839	9	31.532	20
1978	3.769	0	1.267.599	11	879	4	33.034	4
1979	3.939	4	1.298.331	2	974	10	36.608	10
1980	4.079	3	1.379.390	4	982	0	38.609	5
1981	4.243	4	1.434.567	4	1.021	3	38.748	0

*dados estimados

Fonte: MEC/SEEC - Ensino Superior - 1960 - 1972
 MEC/SESu - Ensino Superior no Brasil - 1980
 MEC/CAPES - Situação da Pós-Graduação - 1974
 MEC/CAPES - Situação da Pós-Graduação - inédito
 MEC/CAPES - Dados não publicados - 1981.

43
TABELA 42

Total do Valor Aplicado em Bolsas de Estudo
pelo CNPq para Mestrado e Doutorado no País

1972 - 1980

Ano \ Nível	Mestrado		Doutorado		Total	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
1972	1.025	7.052.000	49	505.190	1.074	7.557.190
1973	1.210	11.427.240	99	1.062.270	1.265	12.489.510
1974	1.329	14.552.550	89	1.312.750	1.418	15.865.300
1975	1.645	25.974.550	115	2.264.350	1.760	28.238.900
1976	2.300	51.382.000	201	5.971.710	2.501	57.353.710
1977	2.625	84.971.250	269	12.177.630	2.894	97.148.880
1978	3.474	128.954.880	386	28.059.884	3.860	157.014.764
1979	3.869	256.127.800	568	56.694.920	4.438	312.822.720
1980	3.992	387.224.000	703	113.780.550	4.695	501.004.550

Fonte: CNPq - Relatório 1975 - 1980

SEPLAN - CNPq: Apoio ao Desenvolvimento Científico,
desempenho do setor no período 1976 - 1980.

Total do Valor Aplicado em Bolsas no País
e Exterior Concedidas pela CAPES

1971 - 1979

Ano	Bolsas no País		Bolsas no Exterior		Total	Total do valor aplicado
	Nº	Valor aplicado	Nº	Valor aplicado		
1971	938	9.674.335,00	79	2.834.634,11	1.017	12.508.969,11
1972	1.155	13.121.693,00	103	3.916.826,34	1.258	17.038.519,34
1973	1.831	22.402.783,00	134	5.359.094,00	1.965	27.761.877,00
1974	1.601	26.994.873,00	160	5.973.882,92	1.761	32.968.755,92
1975	2.611	55.474.420,20	396	24.072.309,29	3.007	79.819.729,49
1975	3.974	158.057.244,00	625	22.096.233,00	4.599	180.153.477,00
1977	5.581	207.149.236,10	658	58.168.369,94	6.239	265.317.606,04
1978	6.052	362.458.039,09	746	100.846.231,82	6.798	463.304.270,91
1979	6.862	625.070.405,00	1.480	249.004.322,55	8.342	874.074.727,25

10 - 1

**COMPARAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DA UNIÃO NOS ESTADOS E TERRITÓRIOS, 1979-1982,
EM PERCENTUAIS**

CÓD.	SUBPROGRAMAS	1980		1981	
		União	Est. + Territ.	União	Est. + Territ.
055	Pesquisa Aplicada	42.99	33.70	81.99	70.08
054	Pesquisa Fundamental	10.90	42.28	3.70	7.12
057	Informação Científica e Tecnológica	1.14	2.02	0.71	5.43
206	Ensino de Pós-Graduação	29.85	5.12	9.83	5.52
235	Bolsas de Estudo	6.45	—	1.53	—
296/045	Outros Estudos e Pesquisas	3.61	15.10	1.00	10.65
217	Treinamento de Recursos Humanos	2.96	0.80	0.49	0.34
056	Desenvolvimento Experimental	2.09	0.97	0.78	0.86

FONTE: CNPq. Orçamento de Ciência e Tecnologia — Estados e Territórios. 1981

CNPq. Recursos do Tesouro no Orçamento da União Destinados à Ciência e Tecnologia, Dez. 1979.

ORÇAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DOS
ESTADOS E TERRITÓRIOS, 1979-1981 – Cr\$ CORRENTE E PERCENTUAIS
(Cr\$ 1.000,00)

CÓD	SUBPROGRAMAS	1970 ²	%	1980	%	1981	%
055	Pesquisa Aplicada (Tecnologia)	1.529.091	30.92	2.476.251	33.70	8.094.864	70.08
054	Pesquisa Fundamental (Científica)	2.010.037	40.65	3.106.394	42.28	822.528	7.12
057	Informação Científica e Tecnológica	37.526	0.76	148.760	2.02	627.734	5.43
206	Ensino de Pós-Graduação	260.851	5.27	376.429	5.12	637.765	5.52
235	Bolsas de Estudo	—	—	—	—	—	—
296/045	Outros Estudos e Pesquisa	1.065.227	21.54	1.109.097	15.10	1.229.752	10.65
217	Treinamento de Recursos Humanos	27.130	0.55	58.683	0.80	39.734	0.34
056	Desenvolvimento Experimental	14.981	0.30	71.456	0.97	99.045	0.86
TOTAL		4.944.843	99.99	7.347.070	99.99	11.551.422	100.00

FONTE: CNPq. Orçamento de Ciência e Tecnologia – Estados e Territórios. 1981.

39

ORÇAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA UNIÃO, 1980-1982
Cr\$ CORRENTE - PERCENTUAIS 1980
(EM 1.000,00)

CÓD.	SUBPROGRAMAS *	1980	1981	1982	PERCENTUAIS		
					1980	1981	1982
055	Pesquisa Aplicada (Tecnológica)	6.374.628	71.934.070	62.191.960	42.99	81.99	53.58
054	Pesquisa Fundamental (Científica)	1.616.750	3.246.515	15.331.698	10.90	3.70	13.21
057	Informação Científica e Tecnológica	169.382	625.339	14.443.269	1.14	0.71	12.44
206	Ensino de Pós-Graduação	4.427.384	8.630.959	10.474.711	19.85	9.83	9.02
235	Bolsas de Estudo	956.100	1.340.000	5.630.000	6.45	1.53	4.85
296/045	Estudos e Pesquisas (outros)	536.000	875.000	2.374.300	3.61	1.00	2.05
217	Treinamento de Recursos Humanos	439.300	427.000	800.000	2.96	0.49	0.69
056	Desenvolvimento Experimental	310.549	680.549	4.816.204	2.09	0.78	4.15
T O T A L		14.829.835	87.759.432	116.062.142			

* Of. Orçamento da União p/ 1982.

FONTE: *CNPq. Recursos do Tesouro no Orçamento da União Destinados à Ciência e Tecnologia, Dez. 1979*
CNPq. Orçamento da União para Ciência e Tecnologia, 1981
CNPq. Orçamento da União para Ciência e Tecnologia, 1982.

Número de Bolsas Concedidas pela CAPES e pelo CNPq

no País e no Exterior

1972 - 1980

Ano	Inst.	País			Exterior		
		CAPES	CNPq	TOTAL	CAPES	CNPq	TOTAL
1972		1.108	1.074	2.182	140	100	240
1973		1.620	1.265	2.885	163	124	287
1974		1.601	1.418	3.019	160	139	299
1975		2.443	1.760	4.203	396	185	581
1976		3.974	2.501	6.475	625	321	946
1977		5.581	2.894	8.475	658	465	1.123
1978		6.052	3.860	9.912	746	530	1.276
1979		6.862	4.438	11.300	1.480	779	2.259
1980		7.107	4.695	11.802	1.432	880	2.312

Fonte: MEC/CAPES - Relatórios Anuais.
 SEPLAN-CNPq. Apoio ao Desenvolvimento Científico; Desempenho do setor no período 1976 - 1980.
 CNPq - Relatório 1975 - 1978.

TABELA 2, 6
 CORRELAÇÃO (SPEARMAN) ENTRE AVALIAÇÃO E INDICADORES
 DA PÓS-GRADUAÇÃO NOS CURSOS DE
 DOUTORADO DAS ÁREAS SELECIONADAS
 1981

Área	Indicadores					
	Teses	Relação Aluno/ Professor	Professor Visitante	Candidatos	Bolsista/ Aluno	Tempo de Criação
Engenharia	0,32 *	0,07	0,3 **	0,06	0,35 *	-0,24 *
Física	0,45 *	0,26	0,89 ***	0,20	0,22	-0,22
Matemática	0,27	0,04	0,57 **	0,62	0,84 ***	-0,42
Química	0,19	0,12	0,46 **	0,07	0,89 ***	-0,20
Economia	-99,00	-99,00	-0,04 *	-99,00	-99,00	-0,51 **
Administração	0,58	-0,26	0,18	0,26	0,54	-0,62 * *
Direito	-0,52	-0,48	0,00	-0,48	-0,74 **	0,33
C. Biológicas	0,44 **	0,19	-0,15	0,35 *	0,27	-0,39 * * *
Medicina	0,40 ***	0,37 ***	0,02	0,15	0,47 ***	-0,07
Odontologia	-0,40	0,65	-0,35 *	0,65	0,42	-0,23
Farmácia	-99,00	-99,00	-0,85 **	-99,00	-99,00	-0,61
Agronomia	-99,00	-99,00	-0,04	-99,00	-99,00	-0,49 ***
Veterinária	-99,00	-99,00	0,02	-99,00	-99,00	-0,42
Letras	0,01	0,03	0,14	0,47	-0,28 *	
Psicologia	-0,32	0,63 **	-99,00	0,63	-0,95 *	-0,57 **
Educação	0,02	0,07	0,04	0,46	0,73	-0,45 **

Significância:

- * \leq 0,05
- ** \leq 0,01
- *** \leq 0,001

TABELA 35
 CORRELAÇÃO (SPEARMAN) ENTRE AVALIAÇÃO E INDICADORES
 DA PÓS-GRADUAÇÃO NOS CURSOS DE
 MESTRADO DAS ÁREAS SELECIONADAS
 1981

Indicadores						
Área	Teses	Relação Aluno/ Professor	Professor Visitante	Candidatos	Bolsista/ Aluno	Tempo de Criação
Engenharia	0,46 ***	0,24 *	0,31 **	0,36 ***	0,37 ***	0,27 * *
Física	0,63 **	- 0,10	0,89 ***	0,35	0,51	0,17
Matemática	0,05	- 0,49 *	0,57 **	0,27	0,66 ***	0,55 * *
Química	0,56 **	0,10	0,46 *	0,64 ***	0,40 *	0,09
Economia	0,59 **	0,17	-0,04	0,23	0,36 *	0,46 *
Administração	0,68 ***	0,10	0,18	0,11	0,47 *	0,55 **
Direito	0,09	0,11	0,0	-0,14	0,10	0,67 ***
C. Biológicas	0,13	-0,01	-0,14	0,17	0,25 *	0,50 ***
Medicina	0,23 **	0,0	0,02	0,11	0,46 ***	0,18
Odontologia	0,33 *	0,19	-0,35 *	-0,07	0,59 ***	0,17
Farmácia	-0,31	0,52	-0,87 **	0,08	0,54	0,97 ***
Agronomia	0,55 ***	0,68 ***	-0,04	0,36 **	0,10	0,55 ***
Veterinária	0,52 *	0,19	0,02	0,41	0,25	0,17
Letras	0,14	0,07	0,14	0,20	0,44 ***	0,28 *
Psicologia	0,48 *	-0,11	-	0,07	0,57 **	0,31
Educação	0,49 **	0,37 *	0,04	0,12	0,29	0,20

Significância:

* \leq 0,05

** \leq 0,01

*** \leq 0,001

TABELA 24
 CORRELAÇÃO (SPEARMAN) ENTRE PRODUÇÃO
 CIENTÍFICA E INDICADORES DA PÓS-GRADUAÇÃO NOS
 CURSOS DE MESTRADO
 1981

Indicadores							
Área	Teses	Relação Aluno/ Professor	Professor Visitante	Bolsista/ Aluno	Avaliação	Candidatos	Tempo de Criação
Engenharia	0,55 ***	0,10	0,29 **	0,32 ***	0,63 ***	0,42 ***	0,34 ***
Física	0,74 ***	-0,36	0,75 ***	0,65 ***	0,78 ***	0,17	0,11
Matemática	0,31	-0,26	0,52 **	0,69 ***	0,57 **	0,48 **	0,47 *
Química	0,49 **	-0,24	0,28	0,65 ***	0,42 *	0,61 ***	-0,09
Economia	-0,08	0,16	0,05	0,10	0,29	0,24	0,11
Administração	0,36	0,06	0,25	0,55 ***	0,72	0,19	0,01
Direito	0,04	-0,05	0,38 *	0,06	0,25	0,56 **	0,23
C. Biológicas	0,23 *	0,14	-0,17	0,31 **	0,37 ***	0,14	0,29 **
Medicina	0,21	0,09	0,08	0,14	0,47 ***	0,16 *	0,29 **
Odontologia	0,46 **	0,14	-0,30	0,21	0,44 **	-0,25	0,18
Farmácia	-0,64	0,66	-0,15	-0,43	-0,13	0,07	-0,27
Agronomia	0,44 **	0,15	-0,19	-0,08	0,31 *	0,16	0,32 *
Veterinária	0,24	-0,26	-0,44	0,36	0,02	0,29	0,34
Letras	0,61 ***	-0,03	0,26 *	0,53 ***	0,17	0,37 **	0,02
Psicologia	0,46 *	-0,31	-	0,46 *	0,55 **	-0,02	0,09
Educação	0,40 *	0,07	-0,04	0,40 *	0,43 *	0,15	0,33 *

Significância:

- * \leq 0,05
- ** \leq 0,01
- *** \leq 0,001

3. Introdução:

3.1 A Cosmvisão

A nossa civilização, dita tecnológica, está ocupando, com agressividade, espaços dialéticos cosmovisionais unilaterais, reconhecendo, ao mesmo passo, as precariedades e fortuidades, em suas vãs pretensões de núcleo típico, imanentizador duma escala de valores, nessa mesma visão cósmica fundamental sua; o novo Humanismo, sem esquecer as raízes aderentes ao processo histórico, tenta consolidar os valores ontológicos, inalienáveis ao "Homo Sapiens et Ethicus et Ludens" no realismo do convívio multifacetado e sempre dialético do Homem em si.

3.2 A Visão da Problemática

01. A estratégia educacional brasileira optou, há mais de uma década, e de maneira organizada e sistemática, pelos Cursos de Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado.
02. Tais Cursos representariam implementação formal e metodológica na melhoria do Ensino da Graduação, como ainda, na Pesquisa.
03. A Universidade Federal do Paraná abriu, entre outros, o "Curso de Mestrado em Língua e Literatura Inglesa e Norte Americana", único no Estado do Paraná.
04. A contribuição oficial, inglesa e norte-americana, entre outras, através dos mais abalizados especialistas das diferentes áreas de indagação, tem caracterizado - além do contributo nacional - a renovação e verticalização do conhecimento e da pesquisa.
05. O Curso, como tal, se tem assinalado pela preocupação de sedimentar o conhecimento e a praxis, elaborando, de maneira lógica, um itinerário e ideário, longos, duplicando até a tarefa, em relação a outros Cursos congêneres nacionais.
06. A meta não seria a de uma propositura final, apenas alcançada, e sim, duma contribuição efetiva, através de Dissertações a espelharem perfeita harmonia metódico-científica ou estética.
07. Os nossos mestres aceitos, como tais, em Instituições estrangeiras, se houveram com naturalidade, quando não brilho, na busca do Doutorado ou Ph.D., em perfeitas condições, dentro dos parâmetros postulados.
08. O elastério temporal propôsto, regimentalmente, pela Uni-

versidade Federal do Paraná (de quatro anos), nos parece do melhor teor didático-pedagógico para consecução segura dos objetivos, divididos entre os créditos e a elaboração da Dissertação, dentro da conjuntura global do país, assaz exigente na manutenção pessoal, senão familiar; os cuidados da CAPES, na observância do teto máximo, na ordem temporal, quanto a bolsistas de estudos seus, são perfeitamente compreensíveis.

09. O rendimento positivo do Curso se adstringe, naturalmente, ao contingente inscrito e aprovado em si, como às circunstâncias histórico-sócio-acadêmicas de tal clientela.
10. Avaliamos o fluxo do rendimento como bom, enquanto, em alguns casos, ficamos ainda no aguardo de colheita melhor, quando do retorno dos primeiros doutorandos, respectivamente Ph.D., ainda este ano, dos melhores centros estrangeiros de investigação.
11. Em Língua e Literatura Inglesa e Norte-Americana, os contatos diretos, não só com a Universidade estrangeira em si, suas estruturas administrativo-didáticas, como também com a Cultura e a Civilização, típicas, representam valores incondicionais da mais entranhada sustentação, no plano da cosmovisão e da hierarquia de valores históricos, éticos, lingüísticos e estéticos, da vida e existência daquelas nações; latejando nas obras, tais pressupostos são inarredáveis nos estudos de Língua e Literatura Estrangeira.
12. Como corolário de todo nosso posicionamento acadêmico: enquanto nossos esforços convergem para um adensamento e soerguimento, críticos, as respostas se vêm sucedendo, a contento, o que pode ser constatado nas Tabelas adiante apresentadas.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA NOVA REPÚBLICA

“Um programa de emergência que interrompa o processo de deterioração de muitas das nossas instituições de pesquisa e que permita a continuidade da formação de novos pesquisadores” é uma das reivindicações do documento da SBPC “Algumas considerações sobre política científica e tecnológica no novo governo”. Eis a íntegra do documento onde a SBPC reivindica ainda mecanismos abertos de formulação da política para o setor:

“O tratamento das questões relativas à ciência e à tecnologia a nível da Presidência da República corresponde a uma antiga e profunda aspiração da comunidade científica e tecnológica brasileira: que é a de dar a este setor a importância que ele há tanto reclama.

Em inúmeras ocasiões a SBPC tem assinalado alguns princípios que a seu ver são essenciais para que essa área de atividade venha a atingir seus objetivos.

O primeiro é que a política científica e tecnológica do país seja formulada de forma aberta, com garantia de acesso de toda a sociedade às informações perti-

nentes. E o seu debate, contínuo e incluindo os órgãos de opinião pública, as instituições científicas e o Legislativo. É necessário que a sociedade saiba exatamente o quanto e em que se gasta no país nos diversos setores da pesquisa científica na área básica, nuclear, agrícola, militar, de informática, de saúde, de pesquisa social — e participe ativamente nas discussões das prioridades que orientam e deverão orientar essa política.

O segundo é que a comunidade científica e tecnológica esteja presente nos organismos em que as questões de política científica e tecnológica são decididas. As reformulações a serem feitas no sistema nacional de ciência e tecnologia devem contar com a presença e a colaboração da comunidade científica brasileira, através de suas instituições e membros mais representativos. Nesse sentido deverão ser levados em conta os estudos e a proposta de reformulação do CNPq e da Finep elaborados pela SBPC e a ABC, que receberam amplo apoio da comunidade científica.

O terceiro princípio é o de que a pesquisa científica, uma atividade contínua e de longo prazo, não pode ficar sujeita a diretrizes imediatistas e instáveis. Um grande número de centros de pesquisa do país, principalmente aqueles situados em universidades, se encontram hoje em situação extremamente precária, paralisados por falta de recursos mínimos e ameaçados de perder seu pessoal mais qualificado. Um programa de emergência que interrompa o processo de deterioração de muitas das nossas instituições de pesquisa e permita a continuidade da formação de novos pesquisadores não pode esperar, inclusive porque não significa um custo muito elevado para o Governo.

É indispensável que estas diretrizes sejam apoiadas por um aumento progressivo de recursos destinados à pesquisa, permitindo assim que ciência e tecnologia contribuam de modo efetivo e crescente para o desenvolvimento econômico, cultural e social do país.”

São Paulo, 1.º de março de 1985.

USA O TRU

O gás natural é a grande idéia alternativa para substituir o petróleo como combustível. Uma nova e poderosa energia. Limpa. Econômica. Simples. Garantida.

E 100% nacional.

Uma energia que a Petrobrás está trazendo para você. Já está funcionando, na

Refinaria Duque de Caxias, a 2ª Estação Experimental de Compressão e Distribuição de Gás Natural — BAGAS.

Construída pela Petrobrás e operada pela Petrobrás Distribuidora, a nova estação está abastecendo de gás natural o sistema de transporte coletivo e de carga da região.

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR SEGUNDO A NATUREZA E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 1970/1980

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	UNIVERSIDADES	ISOLADAS E FEDERAÇÕES	PÚBLICAS	PARTICULARES
ANO					
1970	516	50	466	159	357
1971	595	54	541	175	420
1972	711	55	656	188	523
1973	773	57	716	204	569
1974	848	57	791	217	631
1975	877	59	818	239	638
1976	885	63	822	222	663
1977	863	64	799	219	644
1978	861	64	797	216	645
1979	863	65	798	222	641
1980	875	65	810	228	647

FONTE: CODEAC/SESu - Boletim Informativo SESu - Coletânea de Dados Estatísticos, 1981. Tabela 1.1.

tab. 11 tab. 9

4.1 - EVOLUÇÃO DAS CONCLUSÕES DE GRADUAÇÃO, POR NATUREZA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DAS INSTITUIÇÕES - 1970/1980

ANO	UNIVERSIDADES			ISOLADAS E FEDERAÇÕES			TOTAL		TOTAL GERAL
	PÚBLICAS	PARTICULARES	TOTAL	PÚBLICAS	PARTICULARES	TOTAL	PÚBLICAS	PARTICULARES	
1970	22.970	10.080	33.050	6.346	14.375	20.721	29.316	24.455	53.771
%	42,7	18,8	61,5	11,8	26,7	38,5	54,5	45,5	100
1971	26.989	11.973	38.962	9.386	23.734	33.120	36.375	35.707	72.082
%	37,4	16,7	54,1	13,0	32,9	45,9	50,5	49,5	100
1972	29.620	15.288	44.908	12.685	40.821	53.506	42.305	56.109	98.414
%	30,1	15,5	45,6	12,9	41,5	54,4	43,0	57,0	100
1973	32.682	19.265	51.947	15.648	61.694	77.342	48.330	80.959	129.289
%	25,3	14,9	40,2	12,1	47,7	59,8	37,4	62,6	100
1974	35.090	21.617	56.707	17.556	75.915	93.471	52.646	97.532	150.178
%	23,4	14,4	37,8	11,7	50,5	62,2	35,1	64,9	100
1975	37.500	23.500	61.000	17.600	79.000	96.600	55.100	102.500	157.600
%	23,8	14,9	38,7	11,2	50,1	61,3	35,0	65,0	100
1976	41.089	24.098	65.187	16.768	84.003	100.771	57.857	108.101	165.958
%	24,7	14,5	39,2	10,2	50,6	60,8	34,9	65,1	100,0
1977	47.471	24.204	71.675	16.105	91.793	107.898	63.576	115.997	179.573
%	26,4	13,5	39,9	9,0	51,1	60,1	35,4	64,6	100
1978	49.374	27.721	77.095	16.254	101.001	117.255	65.628	128.722	194.350
%	25,4	14,3	39,7	8,4	51,9	60,3	33,8	66,2	100
1979	57.207	30.534	87.741	18.276	106.397	124.673	75.483	136.931	212.414
%	26,9	14,4	41,3	8,6	50,1	58,7	35,5	64,5	100
1980	65.000	33.000	98.000	19.000	114.000	133.000	84.000	147.000	231.000
%	28,1	14,3	42,4	8,2	49,4	57,6	36,3	63,7	100

FONTE: CODEAC/SESu - Relatório Anual dos Estabelecimentos de Ensino Superior.

* Dados Estimados.

Handwritten signature/initials

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO, NO PERÍODO DE 1970/1980

ESPECIFICAÇÃO	Nº DE CURSOS OFERECIDOS	CRESCIMENTO ANUAL
ANO		
1970	2.166	7,1
1971	2.620	21,0
1972	3.124	19,2
1973	3.216	2,9
1974	3.374	4,9
1975	3.602	6,8
1976	3.744	3,9
1977	3.753	0,2
1978	3.769	0,4
1979	3.939	4,5
1980*	4.079	3,6

FONTE: CODEAC/SESu - Boletim Informativo SESu - Coletânea de Dados Estatísticos, 1981.
Tabela 1.4.

* Situação no primeiro semestre de 1980.

Tabela 5. Estatística do Aluno do Curso Superior de Graduação em 1960-1972.

Graduação em Engenharia de Sanidade Ambiental - 1972

ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO NO BRASIL

MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO COM INDICAÇÃO DO CICLO BÁSICO E PROFISSIONAL

1960 - 1972

	MATRÍCULAS NO INÍCIO DO ANO												
	A N O S												
	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972
CICLO BÁSICO	--	--	--	--	--	--	--	--	--	44589	67562	142937	212218
CICLO PROFIS.	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
ADM. e ECONOMIA	8838	10071	11352	14458	16918	19751	24027	28463	36796	30642	40453	52218	61743
AGRICULTURA	1936	2165	2614	3204	3878	4397	4852	5343	5597	6049	6371	6482	6096
ARQ. e URBAN.	1589	1646	1903	2243	2488	2601	2774	3220	3635	3461	4527	4591	5218
TÉCNICO	2813	3353	2360	2261	2219	2056	1866	2422	3103	4489	4900	4889	4620
DIREITO	23293	23519	26140	28534	30974	33608	36363	41800	52856	60525	71236	76906	78340
ENFERMAGEM	1624	1608	1358	1139	921	1056	1266	1576	1909	2231	2663	2682	3082
ENGENHARIA	10821	11423	13286	16058	20701	21986	26603	28539	37552	26015	33783	39433	41468
FARMÁCIA	1841	2427	2021	2208	2320	2350	2619	3086	3736	3608	3955	4185	3852
FIL. CIÊNC. LET.	20418	22300	24170	27937	32396	36314	44802	52861	76799	100934	123384	156187	182446
MEDICINA	10716	10365	10838	12500	14183	15574	17152	20448	25226	27726	32267	30990	32767
MSD. VETERIN.	802	833	902	1190	1516	1740	1991	2295	2512	2804	2630	2743	1661
ZOOLOGIA	5591	5572	5552	5787	5946	6044	6794	7360	7791	6530	9524	8571	8629
SERV. SOCIAL	1289	1578	1800	2570	2834	3086	3121	3663	4248	4904	6201	6352	6259
OUTROS	2031	2032	3063	4180	5102	5218	5879	11486	16475	11324	16052	22031	39913
	93202	96892	107299	124214	142336	155781	130109	211111	278245	342886	425478	561397	688362

FONTE: S.E.E.C.

Fonte: CAPES/MEC - Estatística do Curso de Pós-Graduação - Brasil - 1974. tab. 1.

60-72-74-75

FIGURA 1

Evolução das taxas de crescimento anual do número de programas e matrículas da Pós-Graduação (1979-1981).

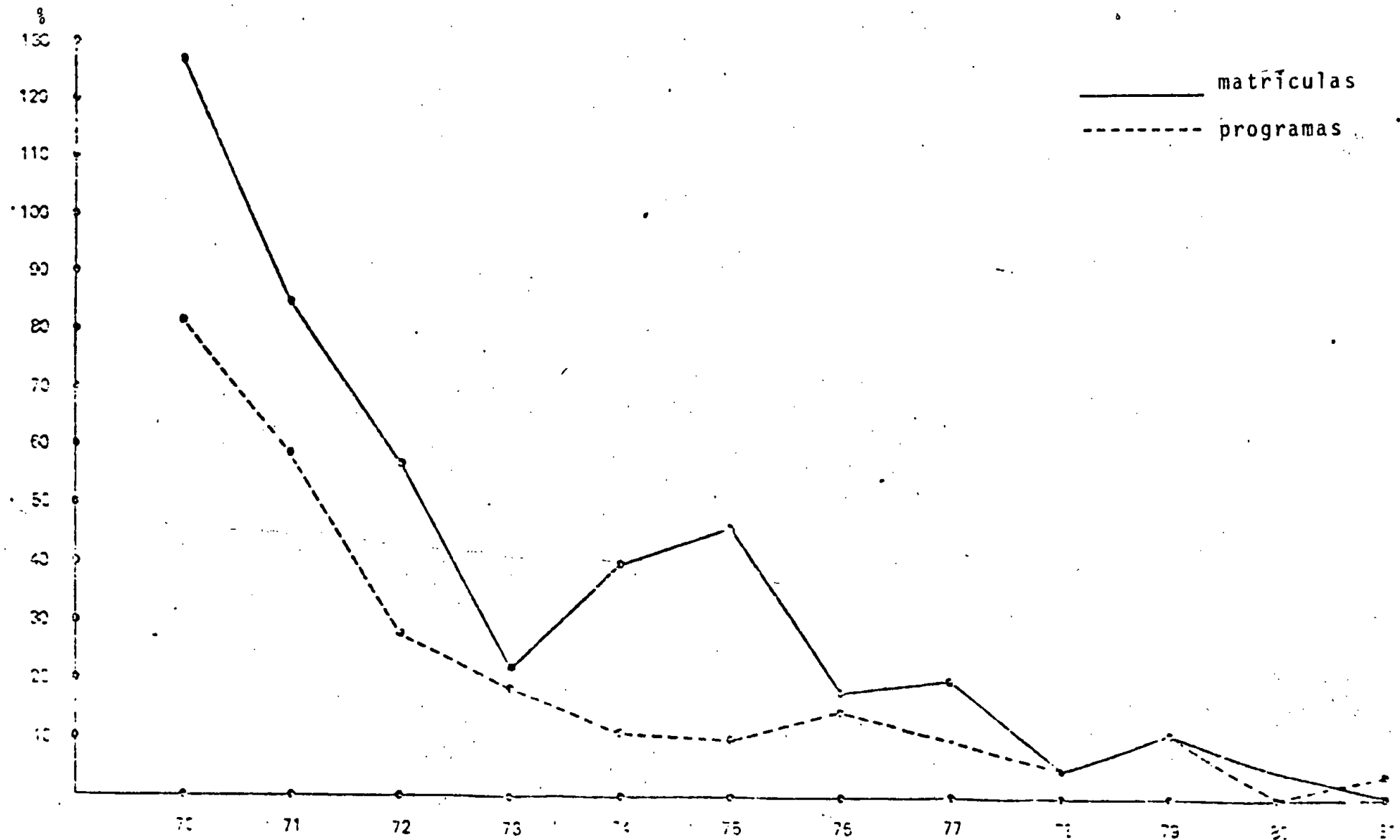


GRÁFICO I
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL
DO NÚMERO DE ALUNOS E CURSOS NA PÓS-GRADUAÇÃO
1970 - 1981

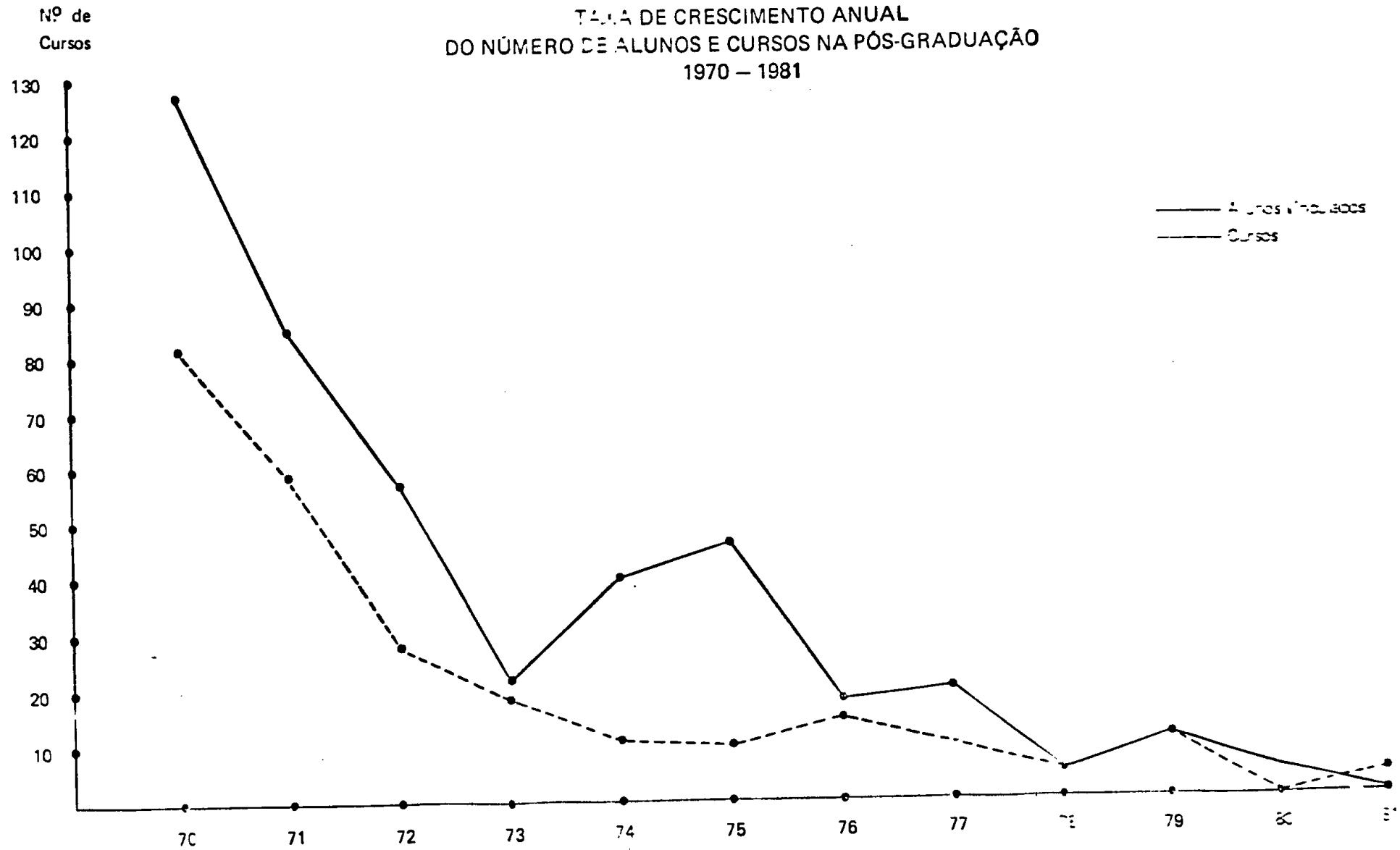


GRÁFICO III
 DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO
 DE CURSOS DE MESTRADO POR ÁREA DE CONHECIMENTO
 E STATUS JURÍDICO

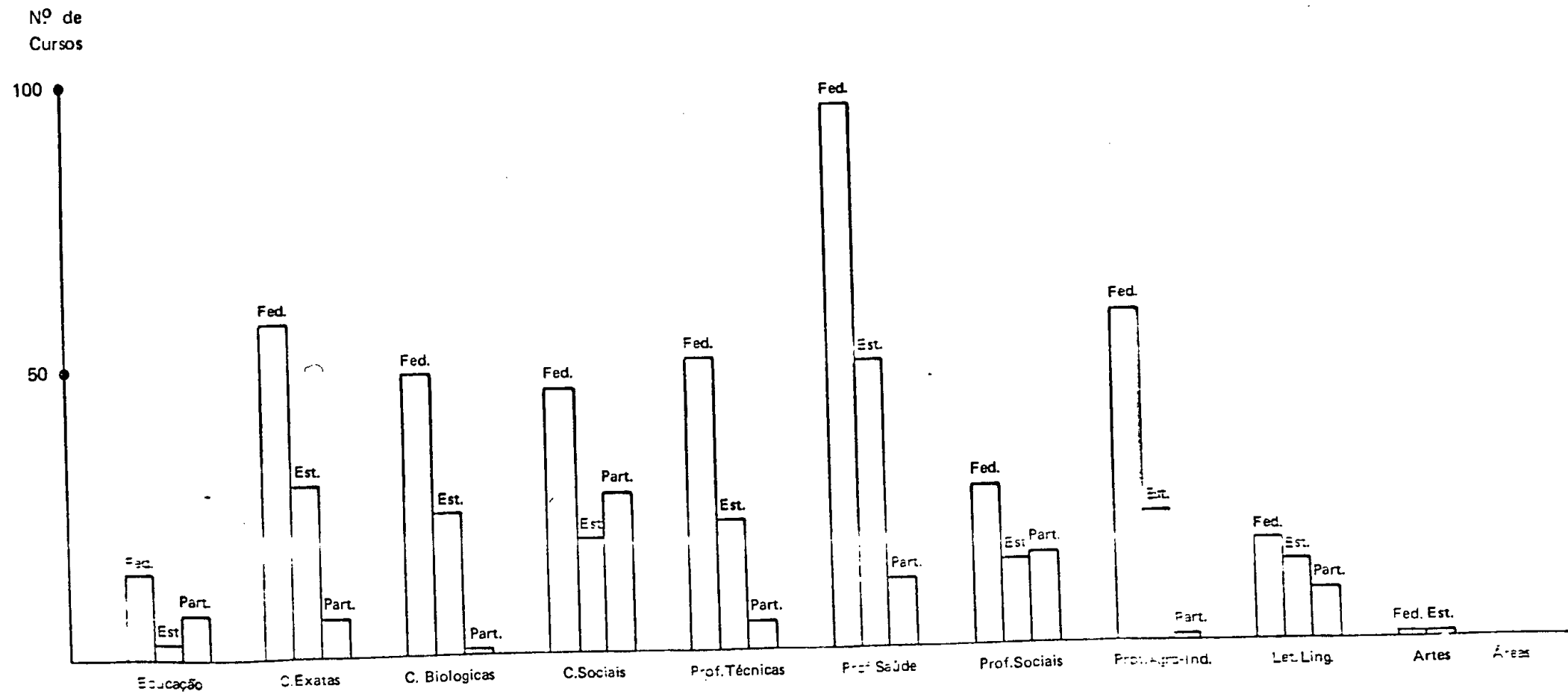


GRÁFICO II
NÚMERO DE CURSOS
PÓS-GRADUAÇÃO POR STATUS JURÍDICO E NÍVEL EM 1980

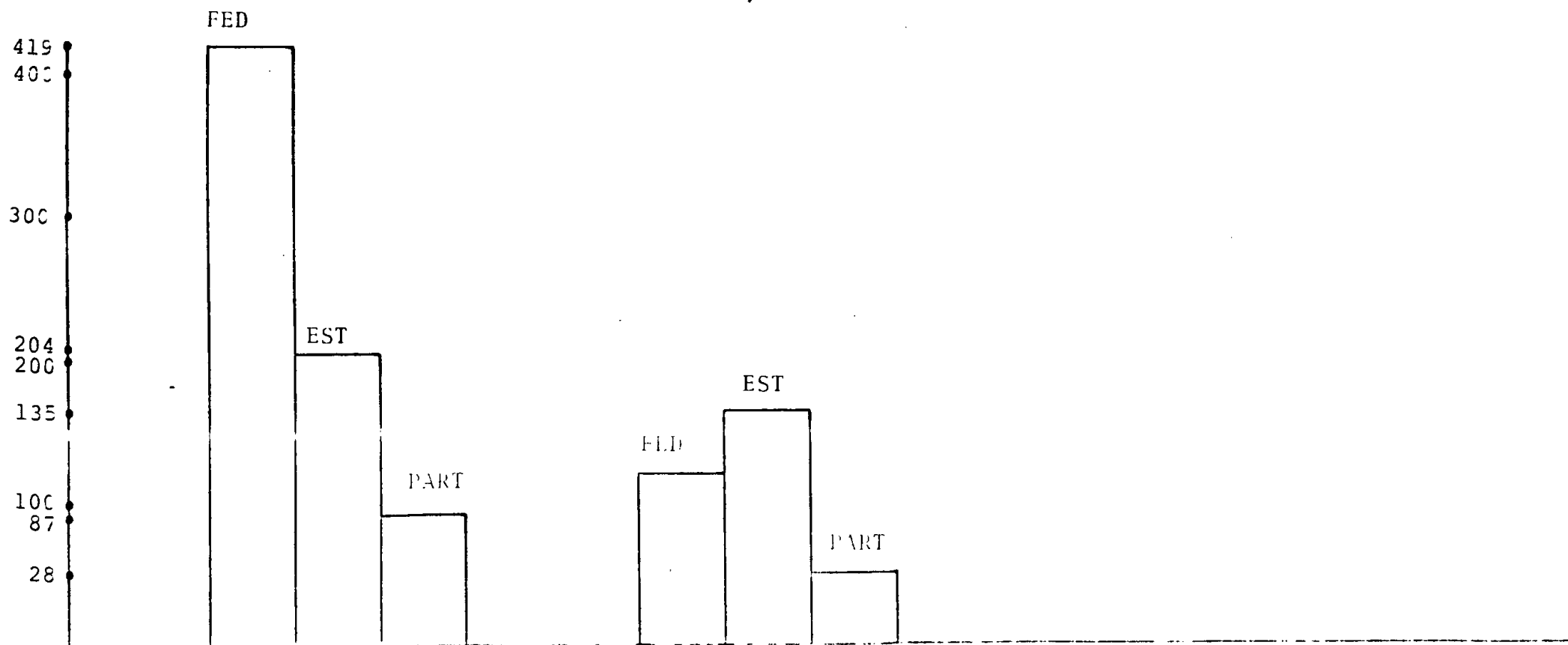
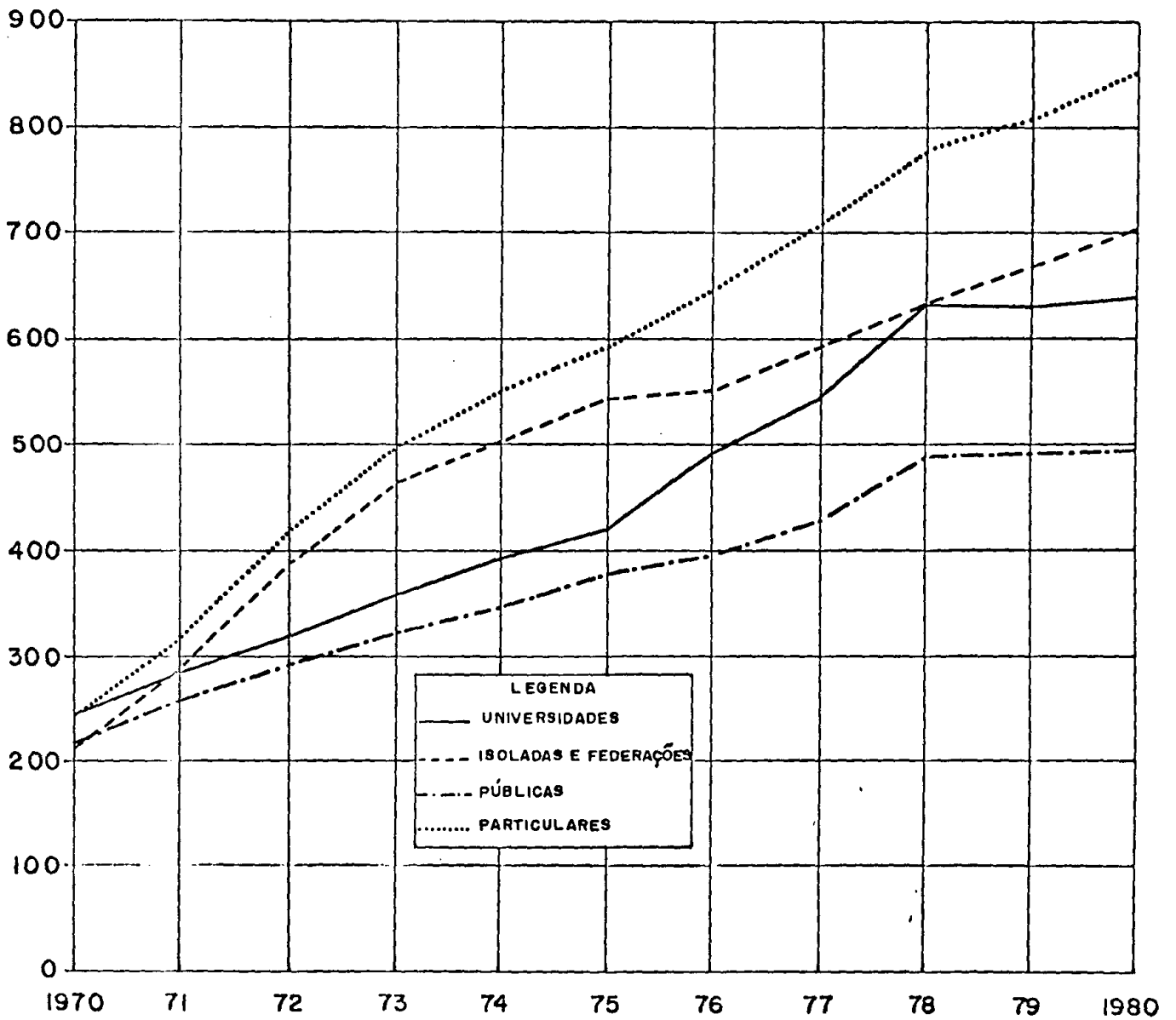


GRÁFICO - 8 - EVOLUÇÃO DO ALUNADO DE GRADUAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (EM MIL) - 1970/1980 -



FONTE: - BOLETIM INFORMATIVO SESU, -1981-. PAG. 19

GRÁFICO VII

TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADO DO NÚMERO
DE ALUNOS E CURSOS NA PÓS-GRADUAÇÃO
1970 - 1981

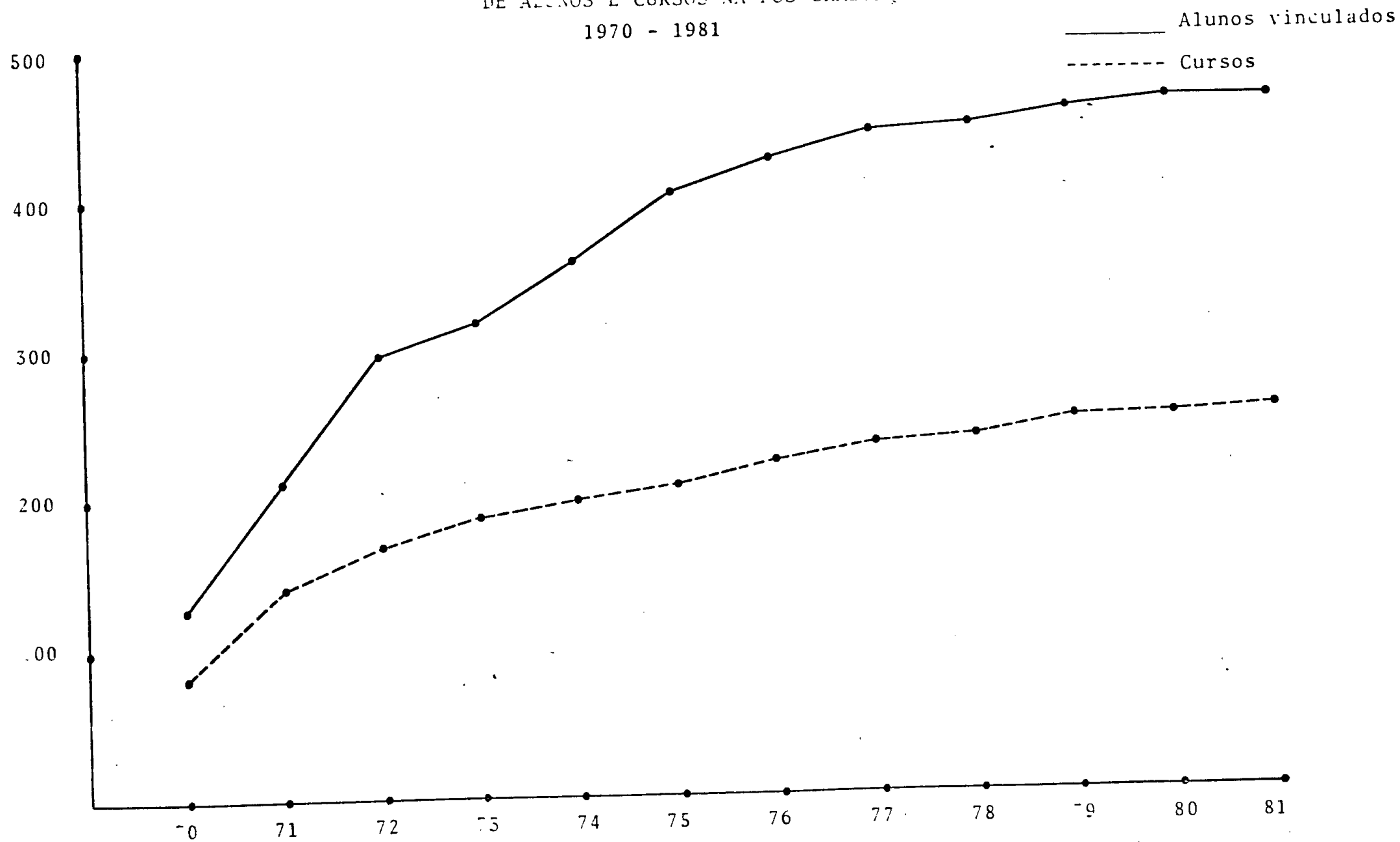


TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO DA TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE EM 21 UNIVERSIDADES POR ÁREA DE CONHECIMENTO

	T.D.	M	D	DCT	DST	TTM	TTD	TT
ARQUITETURA	447	22	31	53	394	34	8	42
ARTES COMUNICAÇÃO MÚSICA	199	18	15	33	166	30	5	35
BIBLIOTECONOMIA DOCUMENTAÇÃO	1.170	121	100	221	949	110	25	135
ECONOMIA + ADMINIS TRAÇÃO + CONTABILI DADE + EST. SOCIO ECON. + CIÊNC. CON TÁBEIS	1.516	338	97	435	1.081	130	46	176
ED. FÍSICA	419	15	2	17	402	34	4	38
ENFERMAGEM + FARMÁ CIA + NUTRIÇÃO (SAÚ DE)	1.260	162	128	290	970	157	43	200
MEDICINA	4.810	565	622	1.187	3.633	546	131	677
ODONTOLOGIA	1.138	140	323	463	675	95	24	119
CIÊNC. BIOLÓGICAS	1.883	393	428	821	1.062	251	129	380
ENGENHARIAS	2.649	579	271	850	1.799	367	116	483
LETRAS	1.258	372	156	492	776	198	88	284
VETERINÁRIA	1.316	392	279	637	624	188	82	270
DIREITO	1.155	71	166	237	918	107	16	123
MATEMÁTICA	976	270	100	369	607	175	80	256
QUÍMICA	954	218	161	370	588	148	96	243
EDUCAÇÃO	1.352	406	159	589	763	255	90	346
CIÊNCIAS HUMANAS	829	170	59	229	600	139	52	191
GEOCIÊNCIAS	536	183	76	227	286	98	35	148
T O T A L	23.912	4.445	3.175	7.520	16.392	3.062	1.070	4.132

FONTE: CAPES/MEC - Inédito

TABELA 7 - EVOLUÇÃO DAS CONCLUSÕES DE 2º GRAU, INSCRIÇÕES E OFERTA DE VAGAS NO VESTIBULAR - 1970/80

ANO	CONCLUSÕES DE 2º GRAU (A)	%	INSCRIÇÕES (B) ₁	%	VAGAS OFERECIDAS (C)	%	A/C	B/C
1970	225.913	-	328.931	-	145.000	-	1,56	2,27
1971	246.883	9,3	400.958	21,9	202.110	39,4	1,22	1,98
1972	296.454	20,1	416.662	3,9	223.009	10,3	1,33	1,87
1973	329.851	11,3	530.354	27,3	282.333	26,6	1,17	1,88
1974	349.909	6,1	614.805	15,9	309.448	9,6	1,13	1,97
1975	368.479	5,3	781.190	27,1	348.227	12,5	1,05	2,24
1976	435.489	18,2	945.279	21,0	382.418	9,8	1,14	2,47
1977	458.979*	5,4	1.186.181	25,5	393.560	2,9	1,17	3,01
1978	501.061*	9,2	1.250.537	5,4	401.977	2,3	1,25	3,11
1979	547.001*	9,2	1.559.094	24,7	401.979	0,0	1,32	3,88
1980*	597.000	9,1	1.750.000	12,2	409.000	1,7	1,46	4,28

ONTE: CODEAC/SESu - Boletim Informativo SESu - Coletânea de Dados Estatísticos. MEC, 1981.

Dados Estimados

TABELA 6 - EVOLUÇÃO DO ALUNADO DE GRADUAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DAS INSTITUIÇÕES - 1970/1980

ANOS	UNIVERSIDADES			ISOLADAS E FEDERAÇÕES			TOTAL		TOTAL
	PÚBLICAS	PARTICULARES	TOTAL	PÚBLICAS	PARTICULARES	TOTAL	PÚBLICAS	PARTICULARES	GERAL
1970	164.651	79.562	244.213	50.426	161.495	211.921	215.077	241.057	456.134
1971	192.224	93.778	286.002	64.349	224.659	289.008	256.573	318.437	575.010
1972	212.859	107.077	319.936	79.482	309.898	389.380	292.341	416.975	709.316
1973	231.329	125.551	356.880	89.734	373.879	463.613	321.063	499.430	820.493
1974	249.717	142.840	392.557	96.488	408.155	504.643	346.205	550.995	897.200
1975*	270.000	156.000	426.000	106.000	435.000	541.000	376.000	591.000	967.000
1976	311.709	180.198	491.907	83.901	466.664	550.565	395.610	646.862	1.042.472
1977	345.786	197.386	543.172	82.730	511.168	593.898	428.516	708.554	1.137.070
1978	391.562	241.022	632.584	96.405	538.570	634.975	487.967	779.592	1.267.599
1979	390.438	240.865	631.303	99.640	567.388	667.028	490.078	808.253	1.298.331
1980*	392.000	250.000	642.000	101.000	602.000	703.000	493.000	852.000	1.345.000

FORNTE: CODEAC/SESu - Relatório Anual dos Estabelecimentos de Ensino Superior

* Dados Estimados

TABELA 5 - EVOLUÇÃO DO ALUNADO DE GRADUAÇÃO, POR ÁREA DE CONHECIMENTO - 1974/1980

ANO	1974	1975*	1976	1977	1978	1979	1980*
ÁREA DE CONHECIMENTO							
CIÊNC. EXATAS E TECNOLOGIA	209.890	222.000	230.205	266.650	313.848	312.473	322.000
CIÊNC. BIOL. E PROF. DA SAÚDE	123.628	128.000	138.642	144.345	164.665	158.970	165.000
CIÊNC. AGRÁRIAS	19.448	21.000	25.347	30.014	31.181	36.246	41.000
CIÊNC. HUMANAS	453.464	502.000	550.007	598.301	653.344	688.905	711.000
LETRAS	74.591	73.000	70.766	68.238	73.563	77.341	81.000
ARTES	16.179	18.000	20.456	22.302	25.104	23.986	25.000
BÁSICO GERAL	-	3.000	7.049	7.220	5.854	410**	-
TOTAL	897.200	967.000	1.042.472	1.137.070	1.267.559	1.298.331	1.345.000

FONTE: CODEAC/SESu - Boletim Informativo SESu - Coletânea de Dados Estatísticos. MEC, 1981.

* Dados estimados. Fonte CODEAC

TABELA 12 - EVOLUÇÃO DO CORPO DOCENTE DE ENSINO SUPERIOR SEGUNDO A NATUREZA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DAS INSTITUIÇÕES - 1972/80

ANOS	NATUREZA DA INSTITUIÇÃO				DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				TOTAL	%
	Universidades	%	ISOLADAS E FEDERAÇÕES	%	Públicas	%	PARTICULARES	%		
1972	34.106	-	24.172	-	32.438	-	25.840	-	58.278	-
1973	35.600	4,3	29.987	24,0	34.100	5,1	31.487	21,9	65.587	12,5
1974	41.981	17,9	33.950	13,2	40.974	20,2	34.957	11,0	75.931	15,8
1975	46.031	9,6	37.355	10,00	46.195	12,7	37.191	6,4	83.386	9,8
1976	49.431	7,3	35.813	-4,1	45.680	-1,1	39.564	6,4	85.244	2,2
1977	55.270	11,8	38.380	7,2	50.258	10,0	43.392	9,7	93.650	9,9
1978	55.183	-0,2	38.746	1,0	49.402	-1,7	44.527	2,6	93.929	0,3
1979	63.325	14,7	40.469	4,4	57.675	16,7	46.119	3,6	103.794	10,5
1980*	68.000	7,3	42.000	3,7	62.000	7,4	48.000	4,0	110.000	5,9

FONTE: CODEAC/SESu - Boletim Informativo SESu - Coletânea de Dados Estatísticos, 1981

* Dados Estimados

TABELA 8 - INSCRIÇÕES, VAGAS OFERECIDAS E RELAÇÃO INSCRIÇÃO/VAGA OFERECIDA POR ÁREA DE CONHECIMENTO SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DAS INSTITUIÇÕES - 1975 e 1979

ESPECIFICAÇÕES		INSCRIÇÕES			VAGAS OFERECIDAS			RELAÇÃO I/VO		
ÁREA DE CONHECIMENTO/ /ANO		PÚBLICAS	PARTICULARES	TOTAL	PÚBLICAS	PARTICULARES	TOTAL	PÚBLICAS	PARTICULARES	TOTAL
CIÊNC. EXATAS E TECNOLÓGICAS	1975	107.775	85.575	193.350	29.872	41.875	71.747	3,61	2,04	2,69
	1979	225.057	194.990	420.047	34.014	54.532	88.546	6,62	3,57	4,74
CIÊNC. BIOL. E PROFIS: SAÚDE	1975	106.711	78.850	185.561	17.318	18.191	35.509	6,16	4,33	5,23
	1979	200.521	166.809	367.330	19.472	19.366	38.838	10,30	8,61	9,46
CIÊNC. AGRÁRIAS	1975	24.398	10.242	34.640	5.172	880	6.052	4,71	11,64	5,72
	1979	57.545	8.708	66.253	6.074	1.536	7.610	9,47	5,67	8,71
CIÊNC. HUMANAS E SOCIAIS	1975	117.861	208.109	325.970	40.888	143.031	183.919	2,88	1,45	1,77
	1979	236.323	401.610	637.933	46.683	167.211	213.894	5,06	2,40	2,93
LETRAS E ARTES	1975	20.526	21.143	41.669	13.491	37.509	51.000	1,52	0,56	0,82
	1979	32.063	33.339	65.402	15.062	37.229	52.291	2,13	0,89	1,25
CICLO BÁSICO GERAL	1975	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1979	2.129	-	2.129	520	280	800	4,09	-	2,66
TOTAL	1975	377.271	403.919	781.190	106.741	241.486	348.227	3,53	1,67	2,24
	1979	753.638	805.456	1.559.094	121.825	280.154	401.979	6,19	2,87	3,83

FONTE: CODEAC/SESu - Boletim Informativo SESu - Coletânea de Dados Estatísticos. MEC, 1981.



CNPq

CONSELHO NACIONAL
DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Angelo

DGS

0152.737/80

Brasília, 17 de outubro de 1980

Ilmº Sr.

Dr. Cláudio de Moura Castro

M.D. Diretor Geral do CAPES/MEC

S.A.S. Ed. ASCB - 7º andar

70.000 - Brasília - DF

CAPES - SSG		
PROTÓCOLO		
21 OUT 1980		
RECEBIDO		
D. DESENVOLVIMENTO		
Seção	Data	Rubrica
DGS	21/10/80	

Senhor Diretor,

A pedido do Ministério das Relações Exteriores, a Coordenadoria do Programa do Trópico Úmido elaborou o documento anexo, "Subsídios à Política de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para a Região Amazônica Brasileira", objetivando listar e priorizar as ações em Ciência e Tecnologia para aquela Região, com o propósito de utilizar o Tratado de Cooperação Amazônica para que tal cooperação científica internacional redunde em benefícios a todos os envolvidos.

Tal estudo representa a resultante de sucessivos esforços desenvolvidos pelo Programa do Trópico Úmido, não esgotando, entretanto, as ações que poderão ser empreendidas no período 80/85.

Atenciosamente,



Atila Torres Calvente

COORDENADOR DO PROGRAMA DO TRÓPICO ÚMIDO

Os Servidores da Coordenação do Aposentamento de Pessoal de Nível Superior, incluídos os requisitados e os que percebem dos seus salários por serviços prestados, reunidos aos 8 (oito) dias do mês de julho de 1963, resolveram / juntar seus esforços, para manter um grêmio que através de atividades recreativas, culturais e desportivas estreite os laços de camaradagem e possibilite uma convivência sadia.

A instituição denominar - se - á CAPES SOCIAL CLUBE e se regerá pelo presente Estatuto.

CAPITULO I

Das Finalidades

Art. 1º O CAPES SOCIAL CLUBE é o órgão representativo dos que, sob qualquer regime, trabalham na CAPES e bem assim de seus familiares, e tem por finalidades:

- a) cultivar o espírito de solidariedade entre seus associados ;
- b) propugnar pelo bem estar de seus sócios ;
- c) promover e estimular o desenvolvimento cultural e artístico de seus membros ;
- d) proporcionar e incentivar a prática de desportos ;
- e) realizar atividades recreativas e sociais .

CAPITULO II

Dos órgãos de sua administração

Art. 2º São órgãos do CLUBE:

- a) Assembléia Geral ;
- b) Diretoria ;
- c) Conselho Fiscal.

Da Assembléia Geral

Art. 3º A Assembléia Geral é o órgão máximo do CLUBE, e é constituída pelos sócios em pleno gozo de seus direitos.

Art. 4º Compete à Assembléia Geral :

- a) debater e decidir todos os assuntos de interesse geral;
- b) emendar e reformar o presente Estatuto;
- c) eleger e destituir os ocupantes de cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal ;
- d) apreciar os atos da Diretoria e do Conselho Fiscal ;
- e) funcionar como última instância nas divergências da Diretoria e do Conselho Fiscal ;

f) interpretar, em grau de recurso, o presente Estatuto e decidir / nos casos omissos;

g) determinar a dissolução do CLUBE e o destino do seu patrimônio observada a legislação vigente e o disposto no artigo 29 deste Estatuto,

Art. 5º A Assembléia Geral deliberará, em 1ª convocação, com a presença da maioria absoluta dos sócios e em 2ª convocação, com qualquer número / de sócios.

Parágrafo único A 2ª convocação será feita meia hora depois da / primeira.

Art. 6º Para deliberar sobre a dissolução do CLUBE será exigido o quorum de 2/3 dos sócios.

Art. 7º Em caso algum será permitido o voto por procuração.

Art. 8º A Assembléia Geral reunir - se - á ordinariamente em fevereiro de cada ano, para proceder a eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal e / apreciar o relatório da Diretoria sobre as atividades do ano anterior.

Art. 9º A Assembléia Geral poderá reunir - se extraordinariamente;

a) por convocação da Diretoria;

b) por convocação do Conselho Fiscal;

c) por convocação de 1 / 3 dos associados no gozo de seus direitos

Parágrafo único O ato convocatório deverá indicar os motivos e / data da reunião, a qual não poderá ser realizada antes de decorridas 72 horas.

Da Diretoria

Art. 10 A Diretoria compor - se - á de 3 membros: Presidente, / Vice-Presidente e Tesoureiro, eleitos pela Assembléia Geral, em fevereiro de cada ano, e de outros membros de livre escolha do Presidente.

Parágrafo único O mandato da Diretoria será de 1 ano a contar da data de posse.

Art. 11 A Diretoria reunir - se - á, no mínimo, uma vez por mês.

Art. 12 Compete ao Presidente:

a) presidir e orientar as reuniões da Assembléia Geral e da Direto / ria;

b) administrar os serviços do CLUBE, com o auxílio dos demais / membros da Diretoria;

c) submeter à Assembléia Geral o orçamento anual, normas econô / micas e financeiras e a prestação de contas das despesas realizadas após haver ou / vido o Conselho Fiscal;

d) autorizar as operações de créditos;

e) assinar, juntamente com o Tesoureiro, cheques bancários;

f) apresentar, até 31 de janeiro de cada ano, à Assembléia Geral, / relatórios das atividades do CLUBE do ano anterior;

(relatório das atividades do CLUBE; no ano anterior);

Art. 13 O Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas faltas, impedimentos, renúncia ou destituição.

Parágrafo único Em caso de renúncia ou destituição do Presidente o Vice-Presidente completará o seu mandato.

Art. 14 Compete ao Tesoureiro :

- a) a arrecadação de recursos financeiros e guarda do patrimônio social ;
- b) assinar, juntamente com o Presidente, cheques e efetuar os pagamentos autorizados pelo mesmo ;
- c) elaborar o orçamento anual para apreciação da Assembléia Geral ;
- d) ter em dia a escrita do CLUBE e elaborar balanços e balancetes.

Art. 15 As funções e competências dos outros membros da Diretoria serão fixadas pelo Presidente.

Do Conselho Fiscal

Art. 16 O Conselho Fiscal será composto de 3 membros, dos quais um será escolhido pelos demais para seu Presidente.

Parágrafo único O Conselho Fiscal será eleito pela Assembléia Geral na mesma data que a Diretoria e por tempo igual.

Art. 17 Compete ao Conselho Fiscal :

- a) fiscalizar a execução do orçamento e a gestão econômico-financeira da Diretoria ;
- b) representar à Assembléia Geral, contra qualquer ato da Diretoria que entenda lesivo aos interesses do CLUBE.

CAPITULO III

Dos Sócios

Art. 18 Poderão ser admitidos como sócio, os que trabalham na CAPES e seus familiares, desde que o requeriram.

Art. 19 O CLUBE será constituído de sócios :

- a) fundador - o servidor da CAPES que tendo assinado a ata de fundação do CLUBE, desejar contribuir com a mensalidade que fôr fixada ;
- b) efetivo - o servidor da CAPES que contribuir com a mensalidade que fôr fixada;
- c) benemérito - aquêle que sendo sócio fundador ou efetivo, houver prestado , a juízo da Assembléia Geral, serviços relevantes ao CLUBE ;
- d) honorário - aquêle que, não sendo associado, haja de forma destacada , a juízo da Assembléia Geral, cooperado para o engrandecimento e prosperidade do CLUBE;

e) contribuinte - o parente de sócio fundador ou efetivo que contribui

(hvir com a mensalidade que fôr fixada.)

Art. 28 A Secretaria do CLUBE receberá o pedido de registro das chapas que disputarão o pleito até uma semana antes da eleição para a Diretoria e Conselho Fiscal, na forma do artigo 8º deste Estatuto.

§ 1º A Diretoria examinará as condições de elegibilidade dos candidatos, efetivando o registro, quando não houver contra indicação.

§ 2º A apuração será feita por chapa, e não por candidato. / Assim, a mesma pessoa não poderá figurar em duas ou mais chapas, ainda que para cargos diferentes.


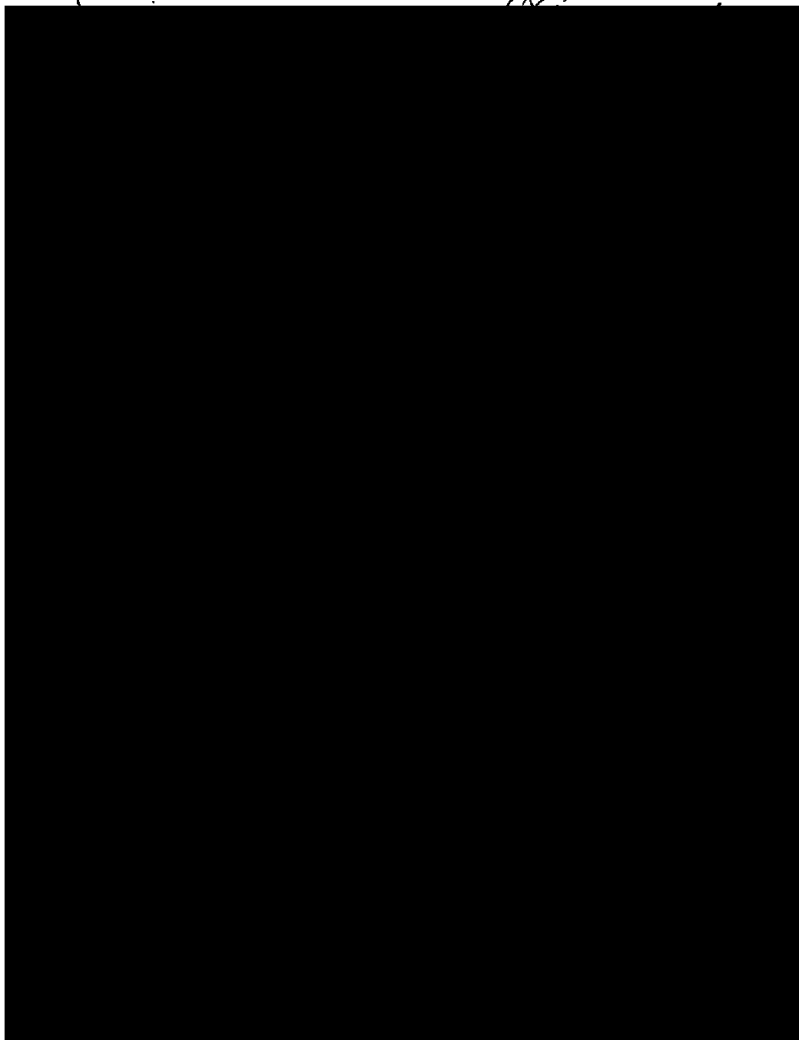
Art. 29 Em caso de dissolução do CLUBE os bens, pagas as dívidas decorrentes de suas responsabilidades, serão doados a entidades de caridade.

Art. 30 A primeira Diretoria e Conselho Fiscal do CLUBE serão eleitos e empossados, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes a aprovação do presente Estatuto, e seus mandatos terminarão no 1º dia útil da 2ª quinzena do mês de fevereiro de 1969.

Art. 31 Os bens pertencentes a entidade de igual denominação que passa a reger-se pelo presente Estatuto, passarão a constituir o fundo inicial de patrimônio do CLUBE.

Art. 32 O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral.

Rio de Janeiro, GB, 08 de *Julho* de 1968



O PROTOCOLO DE OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DA CAPES

A – O perfil da CAPES

1. Ampliar a atuação da CAPES como foco de debate e reflexão sobre a pós-graduação. Através de seminários discussões e material impresso discutir temas e prioridades. O espírito dessa forma de discussões é alimentar os órgãos do MEC com idéias sobre a pós-graduação e sua conseqüente pesquisa. Jamais cumpriu à CAPES estabelecer prioridades mas sim gerar o ambiente onde estas possam germinar e amadurecer.
2. Expandir fortemente os mecanismos de divulgação da CAPES. Não se trata de promoção de nomes mas de usar a organização como instrumento de difusão de idéias na comunidade acadêmica. Contudo, estas idéias tem fontes e autores (dentro e fora da instituição), a CAPES não as endossa nem omite sua origem, simplesmente as expõe à discussão.
3. O mecanismo privilegiado para essa aproximação são os consultores. Temos que pensar neles como nosso contato a nível de idéias e clima de opinião. Até o momento eles nos auscultam a comunidade científica. Gostaríamos que operassem também no outro sentido, levando ao seu meio as idéias programas e preocupações da CAPES. Pensaríamos no corpo de consultores como uma rede de interlocutores. Seu número poderia ser expandido e um sistema de folhetos periódicos seriam o modo privilegiado de comunicação.

B – Estilo de atuação

4. Tornar a instituição ágil e de funcionamento simplificado, ainda que custe errar mais, não podemos contudo falhar no que é caro ou crítico.
5. Chegar à frente dos outros. O cruzeiro gasto um ano antes vale muitas vezes mais. O desafio é saber em que, quando, onde e com quem.
6. Experimentar livremente no que for interessante promissor e barato. Ter recursos disponíveis para experimentação, entendendo que os riscos de falhas só não estão presentes em coisas triviais.
7. Continuar a ação supletiva de atender a emergências financeiras ligadas a falhas de continuidade de programas e, áreas onde a rigidez administrativa da Universidade ou de outros financiadores cria estrangulamentos.
8. Descentralizar decisões e procedimentos, dando mais autonomia aos executores diretos e aos responsáveis. Ao mesmo tempo, cobrar resultados com energia e realismo. Isto, naturalmente, requer melhor conhecimento desses resultados. Em outras palavras, avaliar mais e controlar menos. Auditorar pelos resultados substantivos mais do que pelo detalhamento dos procedimentos contábeis.
9. Montar sistemas de monitoração e avaliação dos programas, visando gerar indicadores (ainda que não inteiramente quantificáveis) de custo/eficiência. Isso significa avaliar programas, bolsistas e ex-bolsistas.

C - Prioridades

10. Colocar qualidade à frente da quantidade. Concentrar recursos onde for mais produtivo ou promissor. Da maneira mais incruenta possível, afastar-se dos programas de baixa relação custo/eficiência (eficiência significa produzir bons alunos e boas pesquisas). Partimos da hipótese de trabalho de que o aumento da pós-graduação se deu a um ritmo que não pôde ser acompanhado pela produção de docentes com nível aceitável, bem como pela oferta de alunos com o potencial de desenvolvimento pessoal exigido para os títulos conferidos. Outra consequência inauspiciosa é o preenchimento dos quadros docentes por pessoal sem as qualificações e sem o potencial para obtê-las. Sabemos muito bem o peso que mais adiante representará, dado o seu natural imobilismo e reduzidas alternativas.
11. Parte da pressão pela pós-graduação é gerada pela própria presença de pós-graduação na Universidade. Suas aspirações, em última análise, não são pela pós-graduação em si mas pelo que ela traz: bons alunos, pesquisa e ambiente estimulante. Nos centros que não tem massa crítica, talvez seja possível um esquema que, além de outras vantagens, pode substituir ou postergar a pós-graduação. Trata-se de um sistema de alunos de graduação em tempo integral com bolsa e atendidos por tutores. Esse sistema foi tentado com êxito em algumas Faculdades. Inicialmente em âmbito restrito, iniciaremos alguns experimentos desse tipo em departamentos promissores onde se possa identificar professores com iniciativa e liderança para manejar esses programas.
12. Rever criticamente os programas presentes tendo em vista a pertinência de revisões, redirecionamentos, extinção ou manutenção do status quo. A ênfase naturalmente estará naqueles que vem recebendo mais críticas.
13. Fortalecer a pós-graduação lato-senso bem como o seu prestígio nas áreas profissionais e onde o mestrado se abastardaria ou não tem sentido. Promover a especialização como algo justificável em si e não como prêmio de consolação.
14. Experimentar com modalidades não formais da pós-graduação lato-senso. Por exemplo, sistema de tutorias por correspondência para professores sem condições de deslocamento. Pensamos usar tecnologia e materiais da Open University.
15. Pensar na possibilidade de usar o Projeto Setorial de Educação para uma mudança de orientação nos temas de pesquisa, passando a focalizar o início do processo de escolarização, cujos índices de eficácia são catastróficos.
16. Estimular os convênios internacionais, sempre e quando as atividades principais se vinculem à pesquisas em associação entre visitantes e pessoal local. Bolsas no exterior são bem vindas. Visitas de curto prazo, apenas para atender necessidades vividas e sentidas pelo programa específico que vai receber o visitante.

PORTARIA CFE Nº 02 DE 20 DE MAIO DE 1983
(Publicada no D.O.U. de 25 de maio de 1983)

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a Resolução CFE nº 05/83,

RESOLVE:

Art. 1º — Aprovar as instruções para organização e tramitação de pedidos de credenciamento e renovação de credenciamento de cursos de Mestrado e Doutorado junto ao Conselho Federal de Educação, em anexo.

Art. 2º — Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lafayette de Azevedo Pondé
Presidente do CFE

INSTRUÇÕES PARA ORGANIZAÇÃO E TRAMITAÇÃO DE PEDIDOS DE CREDENCIAMENTO E RENOVAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO JUNTO AO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

I – INTRODUÇÃO

O credenciamento e renovação do credenciamento de cursos de Mestrado e Doutorado, para efeito de validade nacional dos diplomas conferidos, está regulado no Art. 24 da lei nº 5540/68. O CFE, no exercício da competência atribuída por esse dispositivo legal, pela Resolução 05/83, baixou as normas relativas à matéria.

O credenciamento inicial de um curso de pós-graduação, como previsto no art. 5º da Resolução CFE 05/83, somente poderá ser solicitado após período de funcionamento experimental, com duração mínima de dois anos, sob permanente acompanhamento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, de acordo com o Decreto 86.816, de 05 de janeiro de 1982, tem a responsabilidade de acompanhar e avaliar os cursos de pós-graduação no País.

Os pedidos de credenciamento (ou renovação) de cursos de mestrado e doutorado, junto ao CFE, devem ser instaurados por iniciativa das instituições mantenedoras, segundo critérios adiante especificados.

II – DA ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS

O processo de credenciamento (ou renovação) deve ser organizado em forma de relatório sucinto do curso, com a assinatura do responsável pela pós-graduação na instituição, o qual responderá pelas informações prestadas.

São dispensados anexos comprobatórios.

1. *Do Conteúdo das Informações*

Do relatório constarão necessariamente os seguintes dados:

1.1. *Justificativa e Proposta do Curso*

- Destacar a relevância de sua atuação na área e suas perspectivas futuras.
- Explicitar a proposta do curso, evidenciando seus objetivos e a articulação entre ensino e pesquisa.

1.2. *Corpo Docente*

- Listar os nomes dos docentes, acompanhados de informações sobre: mais elevada titulação obtida (nível, especialidade, instituição que concedeu e ano de obtenção); regime de trabalho na instituição; disciplina(s) pela(s) qual(is) é responsável; especificação das atividades no curso (ensino, orientação, pesquisa e administração) e outras atividades na instituição.
- Em caso de pedido inicial de credenciamento, enviar um currículo sucinto de cada docente. Em caso de renovação, enviar a listagem dos títulos da produção

científica (publicações e outros trabalhos) dos docentes aprovados pelo CFE na concessão do credenciamento anterior, bem como o currículo sucinto dos professores incorporados após o credenciamento.

- Os dados relativos ao corpo docente podem estar consolidados num quadro geral. Ementas dos "curricula vitae" complementam as informações.

1.3. Estrutura do Curso

- Listar as disciplinas oferecidas, evidenciando seu caráter obrigatório ou eletivo, acompanhadas das respectivas ementas e bibliografia indicada. Nesta última devem ser assinaladas as leituras existentes na biblioteca da instituição.
- Explicitar o regime de créditos e o sistema de seleção e aprovação de alunos.
- Encaminhar as normas regimentais e regulamentos vigentes.
- Para a renovação de credenciamento, apontar tão somente as mudanças ocorridas em relação à proposta vigente na época do credenciamento anterior.

1.4. Pesquisa e Produção Científica/Técnica/Artística

- Listar as principais pesquisas concluídas e todas aquelas em andamento.
- Listar as dissertações e/ou teses defendidas. Em caso de renovação de credenciamento, listar apenas aquelas defendidas no quinquênio referente ao credenciamento anterior.
- Listar as principais publicações e trabalhos do corpo docente. Em caso de renovação de credenciamento e para professores já apreciados pelo CFE na concessão do credenciamento anterior, limitar-se ao último quinquênio.

1.5. Corpo Docente

- Indicar o número de alunos e sua situação no curso: apenas cursando disciplinas; cursando disciplinas e elaborando dissertação/tese; apenas elaborando dissertação/tese; dissertação/tese entregue, aguardando defesa; com matrícula trancada. A relação número orientandos/número orientadores também deverá ser informada.

1.6. Infra-estrutura Física e Financeira

- Relacionar, quando for o caso, laboratórios, oficinas e demais instalações exigidas pela especificidade do curso. São dispensáveis descrições minuciosas e anexos comprobatórios.
- Listar os principais periódicos e revistas específicas da área do curso assinados pela instituição, a dimensão das coleções, assim como os convênios e/ou facilidades de acesso a acervo bibliográfico de outras instituições, explicitando as reais condições em que se dá este intercâmbio.
- Informar a fonte de recursos financeiros para fazer face aos encargos do curso. No caso da existência de convênios, devem ser explicitados os seus respectivos valores anuais, a instituição, a duração e o destino dos recursos. Na existência de anuidades ou taxas pagas pelos alunos, deve ser fornecido o seu valor.

2. Da Forma de Apresentação e Tramitação

Os documentos necessários ao pedido de credenciamento (ou renovação) de cursos de Mestrado ou Doutorado são os abaixo relacionados:

- 2.1. Ofício de encaminhamento dirigido ao Presidente do CFE, assinado por quem de direito.
- 2.2. Cópia do regulamento do curso.
- 2.3. Comprovante de recolhimento da taxa relativa à Comissão Verificadora, conforme determinado em Portaria própria.
- 2.4. Relatório das informações conforme roteiro já descrito.

Embora dirigido ao Presidente do CFE, o pedido deve ser protocolado na CAPES. Esta procederá à verificação das condições de funcionamento do curso, designando para tal Comissão Verificadora composta por especialistas da área. Com base no laudo dos especialistas e nas informações acumuladas durante o acompanhamento e avaliações, a CAPES procederá à instrução processual, oferecendo ao CFE relatório objetivo sobre a qualidade do ensino e atividades do curso. Concluída a instrução, a CAPES encaminhará o processo ao CFE para deliberação.

Os pedidos de renovação de credenciamento deverão ser encaminhados à CAPES com, no mínimo, 3 meses de antecedência em relação ao vencimento do período de vigência do credenciamento anterior.

III – DAS DILIGÊNCIAS

O CFE poderá solicitar à instituição ou à CAPES informações complementares necessárias à formação da decisão final.

O cumprimento das diligências deverá conter:

- Ofício dirigido ao Presidente do CFE, contendo resposta sobre os itens objeto da diligência.
- Documentos, quando for o caso, solicitados na diligência.
- Cópia do Despacho de Câmara ou Parecer que determinou a diligência.

IV – ESCLARECIMENTOS FINAIS

- O CFE encaminhará cópias de suas decisões – Parecer Final ou Diligência – à CAPES e às Instituições interessadas.
- As dúvidas quanto à aplicação e utilização das instruções poderão ser esclarecidas por telefone, quer junto à CAPES (Telefone: 225 2195) quer junto ao CFE (Telefone: 273 4475 Ramal: 173).
- As informações quanto à tramitação dos processos no CFE devem ser solicitadas ao Setor de Protocolo (telefone: 273 4475 Ramais: 109 e 189).

Os pedidos de credenciamento poderão dar entrada na CAPES nos meses de março e julho.

Se, após a entrega do pedido, houver necessidade de acréscimo ou correção nas informações prestadas, essa providência deverá ser tomada através de ofício dirigido ao Presidente do CFE e assinado por quem de direito, solicitando o apensamento desses novos elementos, do qual devem constar: número de identificação do processo; descrição e finalidade dos novos elementos então apresentados.

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 10 DE JUNHO DE 1985
DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Dispõe sobre a revalidação de diplomas e certificados de cursos de graduação e pós-graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

O Presidente do Conselho Federal de Educação, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Parecer nº 256/85, homologado pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado da Educação,

RESOLVE:

Art. 1º – Os diplomas e certificados de cursos de graduação e pós-graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior, serão declarados equivalentes aos que são concedidos no País e hábeis para os fins previstos em Lei, mediante a devida revalidação por instituição brasileira, nos termos da presente Resolução.

Art. 2º – São suscetíveis de revalidação os diplomas e certificados que correspondam, quanto ao currículo, aos títulos ou habilitações conferidas por instituições brasileiras, entendida a equivalência em sentido amplo, de modo a abranger áreas congêneres, similares ou afins, aos que são oferecidos no Brasil.

Parágrafo Único. A revalidação é dispensável nos casos previstos em acordo cultural entre o Brasil e o país de origem do diploma ou certificado, subsistindo, porém, a obrigatoriedade do registro, quando este for exigido pela legislação brasileira.

Art. 3º – São competentes para processar e conceder as revalidações:

I – de diplomas e certificados de graduação, as universidades reconhecidas e as instituições isoladas federais de ensino superior, que ministram cursos reconhecidos correspondentes aos referidos nos títulos estrangeiros;

II – de diplomas e certificados de pós-graduação, as universidades reconhecidas e instituições isoladas federais de ensino superior que mantenham cursos de pós-graduação credenciados em área de conhecimento idêntica ou afim e no nível igual ou superior ao do título estrangeiro.

Art. 4º – O processo de revalidação será instaurado mediante requerimento do interessado, acompanhado de cópia do diploma ou certificado a ser revalidado e instruído com documentos referentes à instituição de origem, duração e currículo do curso e histórico escolar do candidato, todos autenticados pela autoridade consular e acompanhados de tradução oficial.

Parágrafo único. Aos refugiados que não possam exhibir seus diplomas e currículos será permitido o suprimento pelos meios de prova em direito permitidos.

Art. 5º — O julgamento da equivalência, para efeito de revalidação, será feito por uma Comissão, especialmente designada para tal fim, constituída de professores da própria instituição ou de outros estabelecimentos, que tenham a qualificação compatível com a área do conhecimento e com o nível do título a ser revalidado.

Art. 6º — A Comissão de que trata o Artigo anterior deverá examinar, entre outros, os seguintes aspectos:

I — qualificação conferida pelo título e adequação da documentação que o acompanha;

II — correspondência do curso realizado no exterior com o que é oferecido no Brasil.

Parágrafo Único. A Comissão poderá solicitar informações ou documentação complementares que, a seu critério, forem consideradas necessárias.

Art. 7º — Quando surgirem dúvidas sobre a real equivalência dos estudos realizados no exterior aos correspondentes nacionais, poderá a Comissão determinar que o candidato seja submetido a exames e provas, destinados à caracterização dessa equivalência e prestados em Língua Portuguesa.

§ 1º — No caso de cursos de graduação, os exames de provas versarão sobre as matérias incluídas nos currículos mínimos dos cursos correspondentes no Brasil, ou, na ausência destes, nos planos de cursos aprovados pelo Conselho Federal de Educação.

§ 2º — Quando a comparação dos títulos e os resultados dos exames e provas demonstrarem o não preenchimento das condições exigidas para revalidação, deverá o candidato realizar estudos complementares na própria instituição ou em outra em que se ministre curso correspondente.

§ 3º — Em qualquer caso, exigir-se-á que o candidato haja cumprido ou venha a cumprir os requisitos mínimos prescritos para os cursos brasileiros correspondentes.

Art. 8º — A Comissão elaborará relatório circunstanciado sobre os procedimentos adotados e, com base no atendimento às exigências estabelecidas para o reconhecimento de equivalência, emitirá parecer conclusivo sobre a viabilidade da revalidação pretendida, a ser homologada pelo órgão competente na estrutura da instituição.

Art. 9º — Da decisão caberá recurso para o colegiado superior da universidade ou instituição isolada, no prazo estipulado em regimento, e, do julgamento deste, para o Conselho Federal de Educação, dentro de 30 dias.

Art. 10 — Concluído o processo, o diploma ou certificado revalidado será apostilado e seu termo de apostila assinado pelo dirigente da instituição revalidante, devendo subsequenteemente, proceder-se conforme o previsto na legislação para os títulos conferidos por instituições de ensino superior brasileiras.

Parágrafo Único. A instituição revalidante manterá registro, em livro próprio, dos diplomas e certificados apostilados.

Art. 11 — As instituições interessadas deverão fixar normas específicas para disciplinarem o processo de revalidação, ajustando-as à presente Resolução.

Art. 12 — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Resoluções n.ºs 43 e 44/75 deste Conselho e demais disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1985
Paulo Nathanael Pereira de Souza.
Presidente do CFE